

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GIOVAN PEREIRA SANTANA

***DE LÁ PRA CÁ: TRAJETÓRIAS E LUGARES DE NORDESTINAS/OS
EM NOVA ANDRADINA (MS)***

Dourados-MS
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Giovan Pereira Santana

***DE LÁ PRA CÁ: TRAJETÓRIAS E LUGARES DE NORDESTINAS/OS
EM NOVA ANDRADINA (MS)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jones Dari Goettert

**Dourados-MS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S232d Santana, Giovan Pereira

DE LÁ PRA CÁ: TRAJETÓRIAS E LUGARES DE NORDESTINAS/OS EM NOVA
ANDRADINA (MS) [recurso eletrônico] / Giovan Pereira Santana. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Jones Dari Goettert.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Lugar. 2. Nordestinas/os. 3. Nova Andradina (MS). I. Goettert, Jones Dari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jones Dari Goettert
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Leandro Baller
Membro Titular

Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo
Membro Titular

Prof.^a Dr.^a. Juliana Grasiéle Bueno Mota
Membro Suplente

Dourados-MS
2019

*Às memórias de meus avós maternos
Maria Josefa de Farias,
José Pereira de Farias
e do meu pai José Joaquim Santana,
migrantes nordestina/os em Nova Andradina.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que direta e indiretamente esteve presente na minha trajetória, especialmente a minha esposa pelo apoio e companheirismo durante o curso e na produção desse trabalho, e aos meus filhos pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos professores e professoras do programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, minha eterna gratidão. De modo especial ao professor Jones Dari Goettert por suas valiosas contribuições e orientação, me possibilitando aprimoramento e crescimento pessoal.

A turma do “Vapt Vupt” (grupo de rede social), Cleivaldo, Cleiton, Edmilson e Laudicéia, pessoas que durante as viagens semanais, a participação em eventos, as trocas de ideias e de livros, os debates, os anseios, as angústias, as alegrias, os almoços, os lanches, se fizeram amigos e em muito contribuíram na jornada do mestrado, as quais lembrarei por toda a vida.

Agradeço também as mulheres e os homens migrantes nordestinas/os no município de Nova Andradina, que a partir dos relatos de suas trajetórias se tornaram fonte e contribuíram para a produção deste trabalho.

A Deus.

RESUMO

De lá para cá: trajetórias e lugares de nordestinas/os em Nova Andradina (MS)

Neste estudo, tratamos da migração de nordestinas/os para o município de Nova Andradina (MS) buscando compreender a motivação da saída de lugares da região Nordeste, os desdobramentos das trajetórias e os vínculos no município. Baseados em dados demográficos do IBGE nos censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, analisamos e averiguamos o quantitativo de migrantes da região Nordeste para o estado de Mato Grosso [do Sul] e o município. Esses dados possibilitaram investigar as causas e influências do processo migratório de nordestinas/os para o estado e o município. Abordando a oralidade, entrevistamos migrantes nordestinas/os que relataram suas relações com a identidade, a cultura nordestina, a trajetória e as vivências em Nova Andradina. Verificamos que as/os migrantes nordestinas/os no município, influenciados por processos migratórios ou por questões subjetivas, contribuem para a produção e reprodução do lugar.

Palavras-Chave: Lugar, Nordestinas/os, Nova Andradina (MS)

ABSTRACT

From there to here: trajectories and places of northeastern Brazil in Nova Andradina (MS)

In this study, we deal with the migration of northeasterners to the municipality of Nova Andradina (MS), seeking to understand the motivation of the exit of places in the Northeast region, the unfolding of trajectories and the links in the municipality. Based on IBGE demographic data in the 1970, 1980, 1991, 2000 and 2010 censuses, we analyzed and quantified the number of migrants from the Northeast region to the state of Mato Grosso [do Sul] and the municipality. These data made it possible to investigate the causes and influences of the migratory process of northeasterners for the state and the municipality. Approaching the orality, we interviewed Northeastern migrants who reported their relations with the Northeastern culture, the trajectory and the experiences in Nova Andradina. We verified that the Northeastern migrants in the municipality, influenced by migratory processes or by subjective questions, contribute to the production and reproduction of the place.

Keywords: Place, northeastern, Nova Andradina (MS)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização e vias de acesso a Nova Andradina.....	20
Figura 2- Fotografia de visão aérea da área central da cidade de Nova Andradina.....	24
Figura 3- Fotografia do acidente de trânsito envolvendo o veículo pau-de-arara.....	60
Figura 4- Fotografia do avião de propriedade do colonizador da cidade de Nova Andradina.....	80
Figura 5- Fotografia da parte interna do avião de propriedade do colonizador da cidade de Nova Andradina.....	80
Figura 6- Fotografia do Relógio do Tempo na área central da cidade de Nova Andradina.....	82
Figura 7- Fotografia do desmatamento de vegetação nativa no início da colonização de Nova Andradina.....	85
Figura 8- Fotografia da formação inicial da área urbana de Nova Andradina.	86
Figura 9- Fotografia do posto de gasolina relatado pela senhora Marly.....	87
Figura 10- Fotografia do caminhão de tora no período relatado pela senhora Marly.....	88
Figura 11- Fotografia do esposo da sra. Marly no caminhão de transporte de madeira.....	89
Figura 12- Fotografia da primeira igreja Matriz de N.A., sra. Marly e o esposo.....	90
Figura 13: Participação da pecuária no ICM nos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 1980.....	100
Figura 14: Participação das pastagens nas áreas dos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 1980.....	102
Figura 15- Sessão solene na instauração do dia do Migrante Nordestino em Nova Andradina.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Área plantada de lavouras por produto nos anos de 2006 e 2016...	21
Quadro 2- Número de estabelecimentos agropecuários por área (hectares) e movimento de venda de bovino em 2006.....	22
Quadro 3- Quantitativo de empresas locais e de pessoal ocupado.....	23
Quadro 4- População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MT e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1970.....	32
Quadro 5- População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1980.....	33
Quadro 6- População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1991.....	33
Quadro 7- População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 2000.....	34
Quadro 8- População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 2010.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - CAMINHOS QUE LEVAM A NOVA ANDRADINA.....	19
1.1 A Marcha de nordestinas/os para o Oeste após 1940 (Mato Grosso [do Sul] e Nova Andradina)	27
CAPÍTULO II - LUGARES E TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES NORDESTINAS/OS.....	36
2.1 Lugares da memória e a concepção identitária de migrantes nordestinas/os.....	38
2.2 A região Nordeste e a concepção da cultura nordestina.....	45
2.3. Migrantes nordestinas/os e o desdobramento de suas trajetórias.....	57
CAPÍTULO III - NOVA ANDRADINA, LUGAR DE NORDESTINAS/OS.....	79
3.1 Representações de Nordestinidade em Nova Andradina	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
ENTREVISTADAS/OS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

INTRODUÇÃO

*Seu doutô, me dê licença
Pra minha história contá
Hoje eu tô em terra estranha
É bem triste o meu pená
Eu já fui muito feliz
Vivendo no meu lugá
Eu tinha cavalo bão
Gostava de campear
Todo dia eu aboiava
Na porteira do curral
Êeeiaaaa
Êee vaca Estrela
Ôoooo boi Fubá
Eu sô filho do Nordeste
Não nego meu naturá
Mas uma seca medonha
Me tangeu de lá prá cá
Lá eu tinha o meu gadinho
Não é bão nem imaginá
Minha linda vaca Estrela
E o meu belo boi Fubá
Quando era de tardinha
Eu começava aboiá
Êeeiaaaa
Êee vaca Estrela
Ôoooo boi Fubá
Aquela seca medonha
Fez tudo se atrapaiá
Não nasceu capim no campo
Para o gado sustentá
O sertão se esturricô
Fez o açude secá
Morreu minha vaca Estrela
Se acabô meu Boi Fubá
Perdi tudo quanto eu tinha
Nunca mais pude aboiá
Êeeiaaaa
Êee vaca Estrela
Ôoooo boi Fubá
Hoje nas terra do Sul*

*Longe do torrão natal
Quando vejo em minha frente
Uma boiada a passá
As águas corre nos óio
Começo logo a chorá
Me lembro a vaca Estrela
Me lembro meu boi Fubá
Com sodade do Nordeste
Dá vontade de aboiá
Êeeeiaaaa
Êeee vaca Estrela
Ôoooo boi Fubá¹*

Trago pela lembrança do período de minha infância os dias de vivência no sítio Santo Antônio. É recorrente a memória da pequena propriedade rural localizada às margens da Rodovia MS 134, em Nova Andradina onde meu avô materno e meu pai, ambos nascidos na cidade de Traipu, em Alagoas, cantarolavam a música “Vaca Estrela e Boi Fubá”. Essa lembrança sempre me causa a percepção de uma forte emoção na tonalidade da voz e no brilhar dos olhos diante do que a música retrata.

Desde aquele período foi me despertando a curiosidade sobre suas relações pessoais no lugar de onde vieram, o porquê da mudança e como chegaram em Nova Andradina. Os questionamentos aumentavam quando após os dias de trabalho na roça ou na lida com o gado, se ouvia, pela voz cansada, as histórias sobre os lugares de vivência no Nordeste, dos parentes que lá ficaram e das dificuldades que se enfrentava. Era comum ouvir dos avós maternos, do pai, da mãe e dos tios, relatos sobre a natureza, a família, os amigos, a alimentação, as vestimentas, as relações com o trabalho, os empregos, os patrões, as festas e a religiosidade do “lugar deixado”². Nas falas, transparecia uma mistura de sentimentos que pareciam confundir quem ouvia. Por vezes, o sentimento de saudade soava como um certo arrependimento em ter saído e deixado a vida no Nordeste, e ao mesmo tempo, um forte apego por Nova Andradina, quando exaltava as relações construídas no lugar chegado, as possibilidades encontradas para a moradia, para o trabalho e a reconstrução familiar no novo lugar.

A identidade de nordestinos era aparente no contato com outros munícipes. Tanto meu pai como meu avô eram tratados de “Zé Lagoa” ou “Zé Lagoano”, o que era mais visível quando se dava entre conterrâneos, pois comentavam-se sobre a “terrinha”, os causos, as experiências no Nordeste, que também ia sendo inventado!

¹ Música “Vaca Estrela e Boi Fubá”, do Compositor Patativa do Assaré.

² "Lugar deixado" (e "lugar chegado") são expressões usadas por GOETTERT, 2008.

No fazer-se cidadão novandradinense com descendência nordestina, aos 27 anos, ingressei no curso de Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Nova Andradina. Dentre a diversidade de estudos da ciência geográfica presentes no curso, procurei aprofundar as leituras e reflexões sobre o campo da Geografia Humana, com ênfase na Geografia da População, especialmente nas relações que motivam a mobilidade dos indivíduos e dos grupos sociais. A partir de então, passei a pesquisar sobre os condicionantes e influências da saída da/o migrante nordestina/o da sua terra natal, sua condição enquanto migrante, a motivação da vinda e sua participação em Nova Andradina. Essa temática me motivou a ingressar no curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Hoje compreendemos que a identidade de migrante nordestina/o e a saudade do lugar vivido e memorizado, como descrito na minha vivência familiar na infância e a relação com a música “Vaca Estrela e Boi Fubá”, está vinculada ao imaginário de ‘saudade e tradição’ por nordestinas/os que portam o sentimento de pertencimento a lugares da região Nordeste e a difusão de suas culturas. Associamos à concepção identitária dos que emigraram e levaram consigo o sentimento de pertencimento ao lugar deixado vinculado ao apontamento de Albuquerque Jr. (2011), sobre a difusão no país e na espacialização identitária da Região Nordeste desde o início do século XX:

A saudade é um sentimento pessoal que se percebe perdendo pedaços queridos do seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos de seu poder esculpido no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 78)

A convivência em Nova Andradina nos permitiu a aproximação com migrantes nordestinas/os, que a partir de entrevistas, contribuíram para a pesquisa. Escutamos relatos de homens e mulheres de diferentes faixas etárias, que migraram em distintos contextos e períodos. Pela oralidade, eles e elas dizem manter sentimentos de pertencimento e de saudade a lugares da região Nordeste, retratam as antigas vivências do lugar deixado e portam recordações da cultura³. Conversamos com migrantes que saíram do Nordeste no período de sua infância, trazendo consigo pouca lembrança, e ainda, descendentes, que cativados pela memória dos pais ou familiares reiventam a identidade.

³ Cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. (SANTOS, 1987, p. 20 e 21)

No emaranhado de relações temporais e espaciais de vivências nos lugares, ao qual as/os migrantes experienciam, abordamos as relações entre suas trajetórias, e a ligação com Nova Andradina.

Pelas entrevistas, nos aproximamos de imigrantes nordestinas/os com diversas ocupações no município, sendo cinco comerciantes (Edival Freire, Joaquim Vieira de Souza, José Freire de Araújo, Maria Marizinha Marinho e Meridioneira Evangelista dos Santos Araújo), duas professoras (Kátia Cilene Gonçalves Marinho Ramos e Marcia Maria do Nascimento Lima), um agente patrimonial estadual (José Bonfim), um trabalhador na Usina Sucroalcooleira (Ricardo Lourenço dos Santos), dois assentados rurais (Joaquim Alves Barbosa e Manoel Antônio Apolônio Filho) e três aposentados (Hermes Almeida da Costa, aposentado como comerciante, Marcionílio Pereira Santos, aposentado como vigia na prefeitura municipal e Marly Maria da Silva Nascimento, aposentada como secretária escolar da rede estadual de ensino) e o descendente de migrantes nordestinos Josenildo do Nascimento, o “Ceará”(Servidor Público na Câmara Municipal de Nova Andradina).

O contato com as/os migrantes entrevistados ocorreu de maneira indireta e aleatória, mediante nosso conhecimento e do apontamento de amigos e familiares da existência de muitas/os migrantes nordestinas/os no município. Algumas e alguns migrantes acabaram nos negando o pedido de entrevistas. Após contactarmos os entrevistados, procuramos agendar previamente as entrevistas de acordo com suas disponibilidades. Dos cinco comerciantes, quatro nos atenderam em seus comércios (lojas de confecções e hotel) em horário comercial. Houve momentos em que as entrevistas aos comerciantes foram interrompidas, pois eles eram solicitados por seus funcionários, clientes e ou familiares, mas após curto tempo de espera, conseguimos concluí-las.

Já a comerciante Meridioneira Evangelista dos Santos Araújo nos recebeu em sua residência, juntamente com sua família, onde pudemos conversar para além do que era pretendido. Ela compartilhou nas suas experiências de vida coisas que segundo ela, nem os filhos sabiam. Falou de coisas do lugar de vivência na infância, das viagens, dos lugares de moradia e de pessoas com quem conviveu.

Uma das duas professoras, Kátia Cilene nos atendeu na escola onde leciona, num horário livre, numa sala com outras e outros professoras/es, o que não comprometeu as respostas aos questionamentos, pois ela demonstrou espontaneidade e muito interesse, falando ainda coisas da sua vida e do nordeste para além do que lhe foi perguntado.

Quanto a professora Márcia Maria do Nascimento Lima nos recebeu em sua casa. Houve momentos em que seu esposo se fez presente na entrevista, comentando sobre alguns

assuntos tratados. Também houve algumas interrupções por conta dos filhos, alguns a chamava e outros avisam que saíam. Porém ela se demonstrou muito disposta a falar das suas experiências nos lugares por onde passou, na sua vinda e vivência em Nova Andradina.

José Bonfim preferiu ser entrevistado no seu local de trabalho, na sala de professores da escola num dia de domingo. Segundo ele, era mais tranquilo, sem interferências de outras pessoas, o que possibilitou que ele nos contasse sobre as motivações de sair do nordeste até a chegada à Nova Andradina.

Ricardo também pode nos conceder a entrevista numa tarde de domingo, dia em que tinha folga da usina. Na varanda de sua casa, servindo tereré, respondeu aos questionamentos e ficou muito a vontade para falar sobre as causas da sua vinda para Nova Andradina.

A entrevista aos dois assentados rurais (Joaquim Alves Barbosa e Manoel Antônio Apolônio Filho) ocorreu em suas propriedades, lugar onde residem, num dia de domingo. O contato com eles se deu após levantamento de dados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município, onde tivemos acesso aos seus números de telefones, o que nos permitiu conversar e agendar as entrevistas.

O senhor Hermes nos recebeu em sua casa no período da noite, momento em que segundo ele, haveria disponibilidade, pois suas tarefas do cotidiano comprometiam todo o seu tempo diário.

O senhor Marcionílio também nos recebeu em sua residência. Numa tarde de sexta-feira ele, com muita animação, acompanhado de sua esposa, falou sobre suas experiências de vida desde a moradia no nordeste. Na ocasião, estava presente uma filha e seu esposo, também migrantes nordestinos residentes em São Paulo, os visitando em período de férias.

A entrevista a senhora Marly ocorreu em sua residência numa tarde de sábado. Quando chegamos ela estava preparando um bolo. A conversa foi na mesa da cozinha, sob o cheiro de bolo assando, o que nos direcionou para questionamentos sobre a relação entre a alimentação e os lugares, do nordeste e Nova Andradina.

Quanto ao poeta Josenildo do Nascimento, o “Ceará” nos atendeu em seu local de trabalho. Ele, como intusiasta da representação da cultura nordestina, se emocionou durante a entrevista, pois, segundo ele, “falar do Nordeste é manter a lembrança viva de seu finado pai”

Cabe salientar que nem todas/os migrantes contactadas/os aceitaram participar desse trabalho através de entrevistas.

Para além das entrevistas das/os migrantes nordestinas/os elencados, consideramos a relevância dos estudos demográficos. Utilizamos dados censitários do IBGE para averiguarmos a participação dos migrantes nordestinos no estado de Mato Grosso [e “do Sul”,

a partir de 1977/1979]⁴ e no município de Nova Andradina nos Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tais dados contribuíram para análise ao processo migratório estudado e suas influências na vinculação de migrantes nordestinas/os no estado de Mato Grosso do Sul, e especialmente no município de Nova Andradina. Com investigação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tivemos acesso acerca de seis mil fichas, das quais, haviam mais de quinhentos associadas/os com naturalidade em municípios da região Nordeste, o que possibilitou o contato e a entrevista com os dois assentados rurais, que contribuíram com seus relatos sobre a questão agrária e a luta pela terra.

No capítulo I apresentamos, a partir dos “Caminhos que levam à Nova Andradina”, as vias de acesso ao município na atualidade, demonstrando características da paisagem rural contidas nas relações entre a estrutura fundiária, a produção econômica agropecuária e a ocupação de trabalhadores nesse setor. Nesse mesmo capítulo, apresentamos a área urbana e a população ocupada no comércio. A partir de então, pelo movimento de entrada e saída no município, tratamos da concepção geográfica de lugar apontando a participação de migrantes nordestinas/os no contingente populacional do município.

Abordamos ainda neste capítulo o movimento migratório de nordestinas/os a partir do projeto político-econômico e social da Marcha para o Oeste. Analisamos os desdobramentos de políticas desenvolvimentistas como propulsoras na atratividade de contingente populacional da região Nordeste. A partir de dados demográficos, averiguamos Censos do IBGE sobre o quantitativo populacional com naturalidade em estados da região Nordeste e residentes no estado de Mato Grosso e no município de Nova Andradina, no ano de 1970 e nos censos demográficos das décadas de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em “Lugares e trajetórias de migrantes nordestinas/os”, analisamos no capítulo II, a partir da abordagem da oralidade, os relatos de vivência em lugares do Nordeste, e a relação entre memória a constituição identitária. Continuamos, na sequência, tratando de questões sobre a produção regional, abordando as consequências da regionalidade na concepção da cultura nordestina. A partir de então, passaremos a tratar sobre a motivação da saída dos lugares da região Nordeste e as relações dos contextos políticos, econômicos e sociais nas trajetórias dos migrantes antes da chegada em Nova Andradina.

Com o tema “Nova Andradina, lugar de nordestina/os”, desenvolvemos o capítulo III a partir dos relatos sobre o contato, a permanência e a participação de migrantes nordestinas/os no município. Neste capítulo, tratamos das relações sociais das/os migrantes nordestinas/os

⁴ Mato Grosso do Sul, originário do estado de Mato Grosso, é criado em 1977 e instalado em 1979.

desde a fundação do município até a atualidade, e os desdobramentos da participação na espacialidade do município. Abordamos ainda a complexidade da concepção identitária associada aos migrantes e seus descendentes e questões de representatividade social da/o migrante nordestina/o no município, como a Associação Cultural Nordestina em Nova Andradina - ACNNA, a instauração do Dia Municipal do Migrante Nordestino e a obra literária “Eis-me Aqui”, do poeta Josenildo do Nascimento, o “Ceará”.

CAPÍTULO I

CAMINHOS QUE LEVAM À NOVA ANDRADINA

*Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar⁵*

Entre o ir e o chegar existe o movimento. Esse movimento é também o espaço. Esse espaço é então feito de caminhos. Caminhos se cruzam, conectam pontos, lugares. Pessoas andam por caminhos. O poeta ao declamar “*caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar*”⁶, certamente também está se referindo a trajetórias daqueles que caminham por entre lugares, os migrantes. Dentre os caminhos que possibilitam o encontro e o contato entre pessoas e lugares, há aqueles que levam a Nova Andradina.

O acesso a Nova Andradina é possibilitado por rodovias que conectam o município a outros territórios municipais e estaduais. Chega-se pela BR 267, que cruza o território municipal nos sentidos Nordeste/Noroeste e pela conexão entre esta e as MS 340 e MS 134, ao Norte. A Oeste vem-se pela MS 141 e MS 274. A Sudoeste, pela MS 276, e a Sudeste, pelas MS 276 e MS 473.

Nas proximidades do entroncamento entre a BR 267 e a MS 134 há o Distrito de Nova Casa Verde, núcleo “urbano” criado a partir da lei nº 241 de 31 de outubro de 2000. De acordo com os dados do IBGE, no censo de 2010 havia 3.524 habitantes neste Distrito, dos quais são somados os moradores do assentamento rural (formado pelas glebas Angico, Ipê e Peroba). Esse assentamento foi iniciado no ano de 1987 pelo projeto de Reforma Agrária do INCRA, iniciando a formação do Distrito. Com distância de 57 km da cidade de Nova Andradina, esse conjunto populacional contribui para o total da população residente no município, que segundo o censo de 2010 (IBGE) somava 45.585 pessoas; o mesmo órgão apresenta a estimativa de haver no ano de 2017 o número de 52.625 pessoas no município.

⁵ Trecho da música “Encontros e Despedidas” dos compositores Milton Nascimento e Fernando Brant.

⁶ Do Poema “Cantares” de Antônio Machado.

O contato ao município também pode ser feito por via fluvial, uma vez que o território é limitado aos municípios de Ivinhema e Angélica pelo Rio Ivinhema; ao município de Ribas do Rio Pardo pelo Rio Anhanduí; ao município de Bataguassu pelo córrego Pindaíba; e com Nova Alvorada do Sul pelo Ribeirão Papagaio.

Há a possibilidade de chegada pelo Aeroporto Municipal, que possui capacidade para aeronaves de pequeno porte. No entanto, o aeroporto se encontra com infraestrutura precária e legalmente desabilitado para circuitos comerciais. O aeroporto esteve incluso no pacote de investimentos do Programa de Aviação Regional, projeto sancionado no ano de 2012 no governo da presidenta Dilma Rousseff que versava sobre investimentos financeiros para adequação de normas e infraestrutura para operação. Porém, continua inoperante e à mercê de políticas públicas para a efetivação de projeto que o torne operante, sendo utilizado sazonalmente como pista de pouso. Há no município pistas de pouso particulares em propriedades rurais e indústrias, como no caso da pista de pouso do frigorífico JBS.

Dentre as várias vias de acesso, há no município as estradas vicinais que entremeiam as áreas rurais, e que também interligam os territórios vizinhos e podem possibilitar a chegada. Por estes caminhos vê-se paisagens com predomínio de propriedades latifundiárias ligadas à atividade agropecuária, constituída principalmente por pastagens com criação de bovinos e plantios de cana-de-açúcar.

No quadro 1 evidencia o aumento da produtividade agrícola entre os anos de 2006 e 2016, com predominância das áreas de agricultura para o cultivo de cana-de-açúcar, cuja área de plantio quase dobrou no período de dez anos em associação à produção sucroalcooleira no município e na região.

Quadro 1- Área plantada de lavouras por produto nos anos de 2006 e 2016.

Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)													
Município - Nova Andradina (MS)													
Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes													
2006							2016						
Total	Café (em grão) Total	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Total	Café (em grão) Total	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
24.247	-	14.506	600	1.000	3.000	5.000	61.263	3	28.186	1.410	1.500	14.150	16.000

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457#resultado>

Org. Giovan Pereira Santana

Já no quadro 2, verifica-se a partir do número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área em hectares e pelo movimento pecuário de venda por número de cabeças de bovinos, o predomínio da propriedade latifundiária (em quantidade de terra) voltada à atividade pecuária no ano de 2006. A criação de gado bovino representa uma das principais fontes econômicas do município, contribuindo para o abastecimento de frigoríficos que comercializam com mercados locais, regionais e internacionais. Segundo dados do IBGE, no

ano de 2006 haviam 13.497 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários do município.

Quadro 2- Número de estabelecimentos agropecuários por área (hectares) e movimento de venda de bovino em 2006.

Número de estabelecimentos agropecuários		Número de cabeças de bovinos	
Município - Nova Andradina (MS)		Município - Nova Andradina (MS)	
Ano - 2006		Ano - 2006	
Grupos de área de pastagem - Total		Movimento pecuário de bovinos no ano - Vendidos	
Total	654	Total	125.380
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-
De 0,5 a menos de 1 ha	-	De 0,5 a menos de 1 ha	-
De 1 a menos de 2 ha	-	De 1 a menos de 2 ha	-
De 2 a menos de 3 ha	-	De 2 a menos de 3 ha	-
De 3 a menos de 4 ha	-	De 3 a menos de 4 ha	-
De 4 a menos de 5 ha	1	De 4 a menos de 5 ha	X
De 5 a menos de 10 ha	9	De 5 a menos de 10 ha	50
De 10 a menos de 20 ha	20	De 10 a menos de 20 ha	210
De 20 a menos de 50 ha	204	De 20 a menos de 50 ha	3.498
De 50 a menos de 100 ha	125	De 50 a menos de 100 ha	4.058
De 100 a menos de 200 ha	61	De 100 a menos de 200 ha	3.091
De 200 a menos de 500 ha	87	De 200 a menos de 500 ha	10.062
De 500 a menos de 1.000 ha	78	De 500 a menos de 1.000 ha	26.015
De 1.000 a menos de 2.500 ha	36	De 1.000 a menos de 2.500 ha	17.271
De 2.500 ha e mais	33	De 2.500 ha e mais	61.123

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/783#resultado> Org. Giovan Pereira Santana

Com uma área territorial de 4.776,002 km², Nova Andradina está localizada na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul e é reconhecida como capital do Território da Cidadania do Vale do Ivinhema, que é composto por mais nove municípios (Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Bataiporã, Brasilândia, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Santa Rita do Pardo). Dentre esses municípios, Nova Andradina é eleita como a capital do Vale do Ivinhema por influência política, pela economia e pelo maior quantitativo populacional, o que consequentemente possibilita uma centralidade de comércio e de serviços.

Ao chegar na cidade de Nova Andradina observa-se uma zona urbana em expansão, com loteamentos em áreas ao Norte, caso do Jardim Universitário (Bairros, Celina Gonçalves, Almesinda Costa Souza e Randolpho Jareta), ao Nordeste, o Bairro Portal do Parque e a Sudoeste, os Jardins Imperial e Ipanema. Ainda à Sudoeste, junto a rodovia BR 376 há o distrito industrial, destinada à instalação de pequenas e médias empresas. No centro da cidade, especificamente na área comercial, verifica-se fachadas modernas que escondem antigos prédios comerciais. Ainda no centro há edificações com construções recentes de prédios comerciais, igrejas e obras públicas, como a reconstrução da praça Brasil (obra inacabada e iniciada em meados de 2015).

Concentrado nas duas principais avenidas da cidade, o comércio novandradinense é responsável pelo emprego de grande parte da população residente no município (o quadro 3

apresenta o total de empresas do setor comercial e o número de pessoal ocupado no ano de 2015).

Quadro 3- Quantitativo de empresas locais e de pessoal ocupado

Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado total (Pessoas)
Município - Nova Andradina (MS)	Município - Nova Andradina (MS)
Ano - 2015	Ano - 2015
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)
Total: 1.437	Total: 11.321

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6450#resultado> Org. Giovan Pereira Santana

Pela multiplicidade sócio-cultural, percebida a partir do contato no comércio, nos setores de serviços, na área rural e no convívio social, verifica-se que muitos moradores e trabalhadores oriundos de diferentes lugares se socializam e contribuem para a produção e reprodução do município de Nova Andradina. Nesse sentido, concebemos o espaço ao qual se territorializa o município como lugar, mediante as interações socioespaciais. Souza (2013, p. 114), em análise ao trabalho de ‘Ulrich Oslender’ sobre a discussão geográfica em torno dos três principais elementos que configuram a ideia de lugar (‘location’, ‘locale’ e ‘sense of place’), aponta para a designação do “lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os "sentidos de lugar” e as “imagens de lugar”.

Já para Carlos (2007, p.17), “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante - identidade – lugar*”. A autora pontua questionamentos sobre a redefinição do conceito geográfico de “lugar” e aponta o problema colocado para as Ciências Humanas e a Geográfica, frente às influências do “esmagador processo de globalização”. Abordando a concepção de Milton Santos na redefinição do lugar pela técnica que configura o território e pelas influências da globalização na densidade informacional, comunicacional e normativa, ela argumenta:

[...] há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial. (CARLOS, 2007, p.17)

Correlacionamos a produção do lugar “Nova Andradina” pelas influências “de fora” com a contribuição de Gupta e Ferguson (2000, p. 44) que, ao tratar de questões que envolvem cultura e sociedade, defendem que a espacialização de diferenças culturais não

ocorre somente entre nacionalidades; eles apontam que “a relação antropológica não se dá simplesmente com povos que são diferentes, mas com “uma sociedade diferente”, “uma cultura diferente”, e assim é inevitavelmente uma relação entre “aqui” e “lá”. Os autores apontam a complexidade na concepção do “nós” na cultura e na sociedade, e deixam claro que a identidade da própria sociedade é uma questão em aberto, portanto, sempre em processo.

Nesse sentido, Nova Andradina se configura de relações entre o ‘aqui’ e os ‘lá’, mediante a vinculação de sujeitos que chegam de diferentes lugares e contribuem para a espacialização do município.

Figura 2 – Fotografia de visão aérea da área central da cidade de Nova Andradina.



Disponível em: <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/nova-andradina-57-anos-a-cidade-do-passado-do-presente-e-do-futuro> (acesso em 10/02/2018).

Quem chega na área central da cidade, encontra o monumento do Obelisco (figura 2), no cruzamento entre as duas principais avenidas, a Antônio Joaquim de Moura Andrade (que recebe o nome do fundador da cidade) e a Eurico Soares Andrade. As duas avenidas se distribuem retilinearmente, contribuindo para o traçado quadricular do plano urbano e permitindo acesso às ruas que levam aos vários bairros da área urbana, e que consequentemente possibilitam a ligação com as vias de saída do município.

Pode-se observar no movimento de chegada e de saída no território elementos sociais e culturais aparentes na paisagem e no modo de vida da população que vão contribuir para identificar o lugar. Tuan (1983, p.114), ao tratar da relação entre o espaço e as configurações arquitetônicas, diz que “O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a

percepção humana”, nos remetendo ao entendimento de que o trabalho dos diversos sujeitos contribui para a construção e a identificação do lugar. Nesse sentido, um lugar, mesmo que pensado, projetado, não pode ser concebido como tal sem se considerar as múltiplas identidades e a (inter)subjetividade.

Associamos a contribuição de Souza (2013) ao inferir a concepção geográfica de lugar elucidando o termo ‘topofilia’, utilizado por TUAN, como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar; Tuan também trata ainda da sua aceção ao termo ‘topofobia’, evidenciando a possibilidade da ocorrência de aversão desse sentimento entre os sujeitos e os lugares:

[...] no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado, marcadas por aquilo que TUAN (1980) chamou de “topofilia” (e, por que não acrescentar, antes por “topofobia” que por “topofilia” em certos casos...). SOUZA (2013, p.115)

Correlacionamos aqui a dimensão cultural-simbólica presente nas relações sociais ao apontamento de Tuan (1980, p. 83), que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”, para dar ênfase à participação de migrantes que em diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais, se identificando como nordestinas/os e se familiarizando em Nova Andradina.

Ao tratarmos da migração de nordestinas/os para Nova Andradina, entendemos que o processo migratório é relevante para os estudos populacionais nos diferentes períodos históricos e nos distintos lugares. Nesse sentido, o processo migratório pode ser influenciado por fatores de ordem econômica, política ou social. Em Damiani (2006), verificamos que o fator econômico está associado ao desenvolvimento do capital, representado nas relações sociais e espaciais:

O estudo da migração desencadeou uma análise do processo de desenvolvimento, a partir da degradação de determinadas estruturas de propriedade (da pequena propriedade) e consolidação de outras (as grandes propriedades). A dinâmica populacional não aparecia como exterior, em última análise, a esse processo, como acontecia quanto ao crescimento vegetativo. Nesse sentido, mais do que nunca, a questão da população se inseria no interior do processo de acumulação. Do equilíbrio econômico e social tendo como causa o crescimento da população – um fenômeno demográfico – as migrações – gestado no interior desse desequilíbrio. (DAMIANI, 2006, p. 41 e 42)

Na dinâmica populacional, a migração se destaca pela complexidade do processo que envolve diferentes variantes, *dificultando* o entendimento do fenômeno, pois está enquadrada em classificações ou tipologias dentro de diversos contextos históricos, apresentados pelos fluxos migratórios, que formam o povoamento de diversas localidades. Em Damiani (2006), a discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital na modernidade, indo para além da concepção de crescimento natural - à do maior número de nascimentos sobre mortes.

Para a autora, esse caráter estratégico não está limitado ao crescimento natural da população (diferença positiva entre nascimentos e mortes). Ele revela a princípio os deslocamentos humanos a partir do exercício de expansão do capital sobre planos sócio-políticos, em que o contingente humano a se deslocar é um objeto para suprir a demanda do sistema capitalista. Desta maneira, a migração seria uma forma de levar mais pessoas onde a necessidade do capital assim demandasse (DAMIANI, 2006).

Na busca por entender o movimento migratório e a dinâmica populacional de um determinado espaço e ou território, a Demografia, ciência que parte de uma análise que utiliza métodos estatísticos de pesquisa, contribui para análise geográfica da população. De acordo com Damiani (2006):

Na análise geográfica da população, a demografia, além de contribuir nos procedimentos de quantificação dos dados brutos de população, definiu material estatístico de cunho mais qualitativo, que teria auxiliado a geografia na caracterização econômica, e no esclarecimento de tensões decorrentes das questões econômicas, no interior de marcos espaciais específicos. (DAMIANI, 2006, p. 57)

Mediante o exposto, a aproximação da Geografia com a Demografia, pelos censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos possibilita averiguar a relação, em diferentes tempos e espaços, de contextos políticos e econômicos, com o quantitativo populacional do movimento migratório da Região Nordeste para o Centro-Oeste, e os desdobramentos desse processo na dinâmica populacional do Estado de Mato Grosso [do Sul e do município de Nova Andradina.

1.1 A Marcha de nordestinas/os para o Oeste após 1940 (Mato Grosso [do Sul] e Nova Andradina)

Entre o final da década de 1930 e meados da de 1940, durante o Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas, iniciou-se o movimento para a reocupação⁷ de espaços no território brasileiro considerados vazios a partir do projeto político denominado “Marcha para Oeste”. Segundo Mondardo:

O projeto político/ideológico colonizador propunha a “reconstrução da nação” e foi apresentado ao povo brasileiro como a *chave* para o “desenvolvimento” econômico, cultural e político, através da conquista e expansão (especialmente, pelas migrações) do “território nacional” como um todo. (MONDARDO, 2012, p.113 e 114)

Esse projeto político-econômico e social do governo Getulista visava à ocupação e o abastecimento das áreas com baixo índice populacional, uma vez que o oeste brasileiro estava incluído no que foram denominados “espaços vazios”, como apontou Bonfim (2009):

No Brasil, a partir da primeira metade do século XX, notou-se uma intensificação do processo de ocupação de espaços, naquele momento entendidos pelos governos e empresas colonizadoras como espaços vazios ou, até mesmo, como sertões bravios. Processo aquele caracterizado pelas frentes pioneiras e acentuado, sobretudo a partir da era Vargas, no decorrer das décadas de 1940 e 1950. (BONFIM, 2009, p. 42)

No processo migratório e de reorganização espacial do território brasileiro, as correntes migratórias que ocorriam para a região Sudeste, mais especificamente para as áreas em que concentravam as indústrias dos centros urbanos paulistas e para o trabalho no cultivo e colheita de café das áreas rurais de cidades do interior de São Paulo, também em cidades localizadas ao norte do estado do Paraná, intensificaram o movimento populacional para o oeste, contribuindo para a mobilidade de um grande contingente de nordestinas/os para áreas denominadas “espaços vazios”. Assim aponta Patarra (2003, p. 23 e 24):

Enfocando o processo de desruralização da população brasileira, Camarano e Abramovay (1997) sugerem sucessivos ciclos regionais de movimentos rural-urbanos, caracterizados, na década de 50, por um enorme êxodo rural de Nordestinos (dos 10,8 milhões de migrantes rurais brasileiros dessa década, quase metade- 47,6%- vinha do Nordeste), e, no conjunto, como decorrência de vários fatores, entre eles a construção da Belém-Brasília, da nova Capital Federal, das grandes migrações para as áreas metropolitanas e mesmo as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste. (PATARRA, 2003, p. 23 e 24)

⁷ Reocupação, pois consideramos que o território já era ocupado.

O projeto político de Getúlio Vargas inicialmente se deu quando presidiu o Brasil no seu primeiro período, entre os anos de 1930 a 1945, para a colonização das fronteiras agrícolas, integrando os grandes centros econômicos do Brasil às regiões mais afastadas, desencadeando a migração para as áreas do sul do estado de Mato Grosso, como de nordestinas/os para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que anteriormente haviam migrado para São Paulo, conforme indica Casali (2006):

Nasce dessa maneira a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, que absorveu grande fluxo migratório nordestino, que vindos de São Paulo, buscavam melhores condições de vida, ancorados pelo cerne de esperança, presentes nos discursos de Getúlio Vargas. (CASALI, 2006 p. 138)

O discurso de Getúlio Vargas evidencia o teor desenvolvimentista do Estado, pela representação de atratividade para o migrante, o condicionando ao trabalho na produção capitalista. Mondardo (2012) aponta que:

O que se circunscrevia era a produção de um território nacional por meio da implementação de uma infraestrutura econômica e da disciplinarização e controle sobre os migrantes por normas, ideologias e representações. (MONDARDO 2012, p.118)

Pensar em desenvolvimento a partir de um planejamento que, dentre outros fatores, visa ajustes populacionais no território, passa a ser tarefa de raciocinar mediante uma lógica pré-estabelecida por uma hegemonia econômica nacional, sustentada pelo ideário nacionalista desenvolvimentista e sobretudo com a participação, a regulamentação e a efetivação das políticas públicas no país. Tratando sobre a intervenção do Estado na reorganização do espaço mato-grossense⁸ pela atuação da SUDECO, Abreu (2014) ressalta que:

A intervenção do Poder Público legitima-se nessa racionalização de ações pretensamente distributivas e imbuídas de justiça social para as classes, que extrapola os limites dos órgãos de planejamento e da academia, passando a fazer parte do dia a dia dos governantes e membros do governo, dos empresários e técnicos e também dos cidadãos “comuns”. [...] Cumpre igualmente compreender o discurso dos “desequilíbrios regionais” e do planejamento governamental, dentro do espectro da neutralidade pretendida como fundamental para compreender o modo como o capital industrial e os interesses do capital monopolista se comportaram no território brasileiro, especialmente no espaço mato-grossense. (ABREU, 2014, p. 30)

Concernente ao planejamento governamental no território brasileiro e os movimentos para a ocupação das novas fronteiras agrícolas, as terras até então “improdutivas” pela falta de

⁸ O *espaço mato-grossense* foi a denominação que criamos para a área delimitada e em análise nessa pesquisa e que compreende os limites territoriais dos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no contexto de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. (ABREU, 2014, P. 13)

ocupação seriam melhores aproveitadas, havendo maior distribuição da população e reduzindo a concentração em determinadas regiões.

Nesse contexto, o processo de ocupação do espaço da Região Centro-Oeste calcou-se no modelo de planejamento desenvolvimentista de integração e modernização, através de políticas que se consubstanciavam com a efetivação e consolidação do capital industrial no país, motivando a mobilidade inter-regional no território brasileiro.

Dentre as políticas de integração e ocupação dos espaços vazios, verifica-se o processo de formação de núcleos urbanos através de empresas colonizadoras, que, sob a premissa desenvolvimentista pautada na lógica do capital de exploração dos recursos e de mão de obra da classe trabalhadora, levaria o progresso a áreas da região Centro-Oeste. Embutido do ideário desenvolvimentista estava a motivação para mobilidade populacional no território brasileiro, em que a região Centro-Oeste era proclamada como área de atração populacional, como contextualiza Abreu (2014):

Os anos 50 inauguraram uma época de colonização que estava de acordo com o processo de ocupação e com as políticas desenvolvimentistas nacionais e regionais desse período. Estavam presentes tanto a preocupação com a manutenção/consolidação das fronteiras e com o discurso de “ocupação de vazios”, como a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais, apontando para a expansão do capital no contexto de uma nova divisão territorial do trabalho. (ABREU, 2014, p. 62)

No período assinalado aparecem empresas privadas para a colonização de diversas áreas no Sul do então estado de Mato Grosso, que vinculadas ao anseio desenvolvimentista do Estado angariavam territórios para desempenhar atividades econômicas. Dentre as várias empresas colonizadoras. Abreu (2014) observa a existência, dentre outras, da Companhia Moura Andrade, colonizadora da cidade de Nova Andradina:

No sul de Mato Grosso é possível citar empresas colonizadoras, como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que atuou em Bataiporã, Anaurilândia e Bataguassu; a Companhia Moura Andrade, que loteou áreas nas altas bacias dos rios Samambaia, São Bento e Inhanduí -Guaçu e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), que atuou em Ivinhema e Glória de Dourados, para destacar as mais expressivas. (ABREU, 2014, p. 62 e 63)

A colonização do município de Nova Andradina pela Companhia Moura Andrade tem início em 1938, e somente no ano de 1958 é que houve a emancipação política. Nesse contexto, o município aparece no conjunto da área abordada por Moro (2006), que tratou sobre o quantitativo de migrantes nordestinas/os entre as décadas de 1940 e 1970. Os

apontamentos do autor foram de que “a quantidade de migrantes mais expressiva estava no sul de Mato Grosso, território que depois se tornou Estado de Mato Grosso do Sul”. Este espaço se reorganizava pelo desenrolar do projeto de integração nacional, fortalecido no Governo de Getúlio Vargas pela Marcha para o Oeste:

Caso também expressivo no sentido numérico é o dos nordestinos. Na década de 1940 eram cerca de 30.000 mil migrantes da Região Nordeste residindo em Mato Grosso. Esse número teve grande alteração, pois no ano de 1980, que retrata a realidade referente à década de 1970, o número de nordestinos no Estado de MT ultrapassou a marca dos 110.000 mil. Na década de 40 do século XX, o maior número de migrantes provinha dos Estados da Bahia (15.482 mil migrantes), do Ceará (2.676), do Maranhão (4.213) e de Pernambuco (2.080). Nos dados do ano de 1980 esse quadro de nomes dos Estados registrou pouca alteração, algo não procedente para a quantidade dos que migraram: Alagoas (15.042), Bahia (31.122), Ceará (20.213), Maranhão (777) e Pernambuco (26.597). (MORO, 2006, p. 7)

Após o período de vigência do projeto político da Marcha para o Oeste, se instaura a reorganização da Região Centro-Oeste com repercussões diretas sobre a forma de ocupação e de povoamento, a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) em 1967. Segundo Abreu (2014):

É nesse contexto de racionalidade e planejamento que foi criada, em 1967, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), uma agência de intervenção e planificação regional, que por intermédio de seus diversos programas de desenvolvimento, ao fornecer equipamentos e infraestrutura, viabilizou maior integração do espaço mato-grossense ao território nacional. (ABREU, 2014, P. 45)

A estrutura socioeconômica vigente na região é, em grande medida, resultado das transformações históricas ocorridas ao longo da implantação desse modelo de desenvolvimento, em que foi progressivamente acentuado entre as décadas de 1960 e 1970, pois, esse período se constituiu numa conjuntura histórica marcada por ampla rearticulação política, econômica e cultural, que abriram espaços para uma reestruturação profunda nos fundamentos do aparelho estatal, procurando dotá-lo de uma organização burocrática capaz de mobilizar ações racionais, ou instrumentais, muito distintas das existentes até então, que eram ditadas pela “política do café com leite”, fortemente organizada na Região Sudeste⁹. De acordo com Leme (1999), “o crescimento econômico alcançado pelo Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 tem suas bases nas políticas adotadas a partir da década de 1930”.

⁹ Cabe salientar que a revolução de 1930 abriu espaços políticos para dar maior evidência as reivindicações de segmentos de classes burguesas e média em ascensão, originárias da nova etapa de incremento das atividades urbano-industriais. A emergência e difusão de uma ideologia desenvolvimentista, racionalista instrumental, assumida por estes segmentos impulsionaram várias ações do Estado.

Constata-se que as políticas para a Região Centro-Oeste, implantadas ao longo destas décadas, indubitavelmente promoveram a integração e ocupação dos ditos “espaços vazios”, a que se vinculava o oeste brasileiro, motivando e fomentando a ocupação territorial. Acerca da relação do planejamento desenvolvimentista entre o Estado, o capital e a reorganização do espaço nacional. Abreu destaca:

O que há de concordante, justamente, é uma “leitura” do planejamento instalado no Brasil como forma de racionalização/orientação dos investimentos e de controle, por parte do Estado – e através dele, por parte dos grupos de capitais multinacional e nacional –, dos rumos da ação do capital no território nacional. (ABREU, 2014, p. 44 e 45)

Conjuntamente, o planejamento se conjugou entre Estado e capital a partir de ações de fortalecimento da ‘integração nacional’ para atender a demanda comercial do capital nacional e internacional, ao qual a Região Centro-Oeste emerge como potencial campo para o mercado comercial interno e externo. Abreu (2014) assinala a objetivação do Estado em promover ações de ocupação e reordenação dos espaços da Região Centro-Oeste em associação a reprodução do capital:

A ocupação e intervenção na região Centro-Oeste fez parte de uma política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação e valorização do capital tanto em âmbito externo como interno. [...] Baseada na “tríplice aliança”, a agricultura necessitaria, cada vez mais, da indústria para obter muitos de seus meios de produção. Ao Estado coube o papel de fornecer e administrar as condições necessárias à garantia da reprodução do capital e da sociedade, investindo em infraestrutura – armazéns, rodovias, eletrificação etc – e oferecendo condições e recursos facilitados, como financiamentos a juros baixos e ampliação da rede oficial bancária. (ABREU, 2014, p. 78)

Nesse contexto, a divisão política do estado de Mato Grosso em 1977, aliado à lógica desenvolvimentista do Estado, fez parte da estratégia espacial de produção para abastecer o mercado interno e externo, o que conseqüentemente promoveu a atração de migrantes oriundos das regiões brasileiras, sobretudo e em maior contingente, migrantes da região Nordeste, conforme apresenta Abreu (2014):

Seria seu papel também desenvolver a atividade agropecuária com vistas à exportação, bem como absorver os excedentes de população interna, principalmente de nordestinos, atuando inclusive nas políticas de atração de imigrantes (de colonização) com vistas à fixação de população em áreas consideradas “despovoadas” – como é o espaço mato-grossense, notadamente em sua parte norte. (ABREU, 2014, p. 84)

Com a divisão de Mato Grosso, o contingente populacional que migrou para o dentro-cul passou a ser contabilizado no estado de Mato Grosso do Sul a partir do censo demográfico de 1980. No quadro 4, nota-se a relevância de contingente populacional da Região Nordeste

no contexto das migrações internas para o Estado de Mato Grosso e para o município de Nova Andradina no censo demográfico de 1970.

Quadro 4: População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MT e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1970.

Lugar de nascimento x População residente (Homens e Mulheres)						
Lugar de nascimento - Região Nordeste	População residente					
Unidade da Federação	Mato Grosso - 1970			Nova Andradina - 1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Maranhão	3.837	2.532	1.305	1	1	-
Piauí	3.469	2.299	1.170	14	8	6
Ceará	23.169	13.272	9.897	187	98	89
Rio Grande do Norte	3.173	2.088	1.085	19	12	7
Paraíba	7.624	4.622	3.002	68	42	26
Pernambuco	29.864	17.371	12.493	334	190	144
Alagoas	16.925	9.469	7.456	225	123	102
Fernando de Noronha	119	78	41	-	-	-
Sergipe	7.414	4.343	3.071	109	55	54
Bahia	58.987	35.814	23.173	745	422	323
Total	154.581	91.888	62.693	1.702	951	751

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. Giovan Pereira Santana

O contingente populacional de homens e mulheres que emigraram dos estados nordestinos e com residência no Estado de Mato Grosso no ano de 1970, demonstrado no quadro 4, se comparado aos números apresentados por Moro (2006), nos permite identificar que, de 1940 a 1970, período de quatro décadas, o contingente de migrantes nordestinas/os residentes no estado de Mato Grosso passou de 30.000 para 154.581, levando-nos a correlacionar o aumento no quantitativo de homens e mulheres ao processo migratório a partir do período em que se iniciou a Marcha para Oeste.

Em Nova Andradina havia 12.625 habitantes no ano de 1970, de acordo com o censo do IBGE, e conforme dados demonstrados no quadro 4, 951 homens e 751 mulheres que perfaziam o quantitativo de 1.702 habitantes com naturalidade em estados da região Nordeste, cerca de treze por cento da população municipal. O maior número respectivamente de migrantes dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará. Cabe aqui ressaltar a aparição de Fernando de Noronha como território nacional na região Nordeste, no período de 1942 até sua reintegração a Pernambuco no ano de 1988.

O quadro 5, que referencia o quantitativo da população nascida em estados da região Nordeste e com residência no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina no ano de 1980, em comparação aos dados do quadro 4, demonstra que houve um crescimento de cerca de doze por cento de migrantes nordestinas/os para o estado e de sessenta por cento para o município. E ainda considerando que no município de Nova

Andradina haviam 21.673 habitantes no ano de 1980, as/os imigrantes nordestinas/os perfaziam aproximadamente treze por cento desse quantitativo.

Quadro 5: População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1980.

Lugar de nascimento x População residente (Homens e Mulheres)						
Lugar de nascimento - Região Nordeste	População residente					
Unidade da Federação	Mato Grosso do Sul - 1980			Nova Andradina - 1980		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Maranhão	1.256	777	479	-	-	-
Piauí	3.091	1.947	1.144	53	21	32
Ceará	31.357	20.213	11.120	380	221	159
Rio Grande do Norte	4.356	2.703	1.653	53	40	13
Paraíba	9.496	6.049	3.447	176	96	80
Pernambuco	41.202	26.597	14.605	585	314	271
Alagoas	23.364	15.042	8.322	478	252	226
Fernando de Noronha	70	42	28	-	-	-
Sergipe	11.544	7.297	4.247	343	202	141
Bahia	49.325	31.122	18.203	746	415	331
Total	175.061	111.789	63.248	2.814	1.561	1.253

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. Giovan Pereira Santana

Ao compararmos os dados dos quadros 5 e 6, verificamos que houve um decréscimo significativo no quantitativo de migrantes nordestinas/os para o estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1980 e 1991, cerca de sessenta por cento. Já no município de Nova Andradina, a queda foi menos significativa, cerca de cinco por cento. Com população de 29.848 habitantes no ano de 1991, o contingente de imigrantes nordestinas/os em Nova Andradina perfazia cerca de nove por cento do total da população.

Quadro 6: População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 1991.

Lugar de nascimento x População residente (Homens e Mulheres)						
Lugar de nascimento - Região Nordeste	População residente					
Unidade da Federação	Mato Grosso do Sul - 1991			Nova Andradina - 1991		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Maranhão	1.502	671	831	14	14	-
Piauí	2.780	1.671	1.109	-	-	-
Ceará	20.710	11.197	9.513	488	271	217
Rio Grande do Norte	3.125	2.062	1.063	40	32	8
Paraíba	7.310	3.740	3.570	136	80	56
Pernambuco	25.173	13.312	11.861	384	217	167
Alagoas	12.764	6.720	6.044	394	172	222
Sergipe	7.583	4.145	3.438	391	208	183
Bahia	27.354	15.771	11.583	818	476	342
Total	108.301	59.289	49.012	2.665	1.470	1.195

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. Giovan Pereira Santana

Entre os anos de 1991 e 2000, respectivamente representados nos quadros 6 e 7, a população residente em Mato Grosso do Sul com naturalidade em estados do Nordeste pouco

se alterou, já no município de Nova Andradina houve um aumento de dez por cento. No ano de 2000, a população de Nova Andradina era de 35.381 e as/os migrantes nordestinas/os representavam pouco mais de oito por cento do quadro populacional.

Quadro 7: População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 2000.

Lugar de nascimento x População residente (Homens e Mulheres)						
Lugar de nascimento - Região Nordeste	População residente					
Unidade da Federação	Mato Grosso do Sul - 2000			Nova Andradina - 2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Maranhão	1.664	765	899	32	12	21
Piauí	3.167	1.788	1.380	28	20	8
Ceará	21.167	11.037	10.130	441	198	242
Rio Grande do Norte	3.107	1.834	1.273	60	50	10
Paraíba	6.890	3.602	3.288	185	70	115
Pernambuco	24.992	12.911	12.081	559	242	317
Alagoas	14.476	7.609	6.866	470	174	296
Sergipe	6.923	3.789	3.135	395	150	245
Bahia	26.411	14.184	12.227	788	463	325
Total	108.797	57.519	51.278	2.958	1.378	1.580

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. Giovan Pereira Santana

Em análise aos quadros 7 e 8, verifica-se que o contingente de migrantes nordestinas/os para o Estado de Mato Grosso do Sul e Nova Andradina pouco foi alterado entre os anos de 2000 e 2010. No ano de 2010, a população de Nova Andradina era de 45.585 habitantes, dos quais, pouco mais de seis por cento tinham naturalidade em estados da região Nordeste.

Quadro 8: População nascida nos estados da Região Nordeste com residência no estado de MS e em Nova Andradina no Censo Demográfico de 2010.

Lugar de nascimento x População residente (Homens e Mulheres)						
Lugar de nascimento - Região Nordeste	População residente					
Unidade da Federação	Mato Grosso do Sul - 2010			Nova Andradina - 2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Maranhão	3.734	2.018	1.716	16	8	8
Piauí	4.352	2.238	2.114	22	11	11
Ceará	19.398	10.602	8.796	390	233	156
Rio Grande do Norte	3.646	2.138	1.508	32	11	21
Paraíba	6.180	3.330	2.851	152	105	47
Pernambuco	23.217	12.347	10.871	470	239	230
Alagoas	15.968	8.276	7.693	618	287	331
Sergipe	7.198	4.026	3.172	381	166	216
Bahia	24.863	13.215	11.648	840	386	454
Total	108.556	58.189	50.367	2.920	1.446	1.474

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. Giovan Pereira Santana

Considerando os dados dos quadros acima referenciados, podemos averiguar que nas diversas décadas demonstradas, houve diferentes ritmos no processo migratório de

nordestinas/os para Mato Grosso do Sul e Nova Andradina, como o aumento de treze para sessenta por cento entre os anos de 1970 e 1980 para o município e o decréscimo de menos sessenta por cento para o estado, e de menos cinco por cento para o município entre os anos de 1980 a 1991. Os números permitem ainda evidenciar que, nas duas últimas décadas, o quantitativo de migrantes nordestinas/os para Mato Grosso do Sul e Nova Andradina pouco aumentou, apontando a diminuição no percentual desses migrantes no quadro populacional do estado e do município.

As informações contidas nos quadros 4, 5, 6, 7 e 8, obtidas pelo método censitário do IBGE considera como residente no lugar a pessoa moradora ininterruptamente há menos de dez anos em relação à residência anterior, e ainda a pessoa de cinco anos ou mais de idade que morava há mais de seis anos no lugar de residência na data de referência. Nesse sentido, os migrantes que vieram em períodos anteriores à formação do município deixam de ser contabilizados, e sua trajetória não é abordada e nem considerada pelo Censo Demográfico. Pensamos que se considerada, a trajetória possibilitaria o entendimento sobre a complexidade dos movimentos migratórios e contribuiria para o enriquecimento da compreensão dos processos migratórios, dos seus condicionamentos e das suas consequências.

No entanto, percebemos o avanço sobre a identificação da naturalidade dos migrantes no Censo Demográfico e entendemos a complexidade na identificação da trajetória dos migrantes, como a exemplo de um indivíduo que se encontra com pouco tempo de duração em um lugar, não sabendo se sua residência será definitiva, ou se ele é um migrante temporário.

Os quantitativos apresentados a partir do trabalho de Moro (2006) e os demonstrados nos quadros, em muito contribuí para o estudo da dinâmica na migração de nordestinas/os, que ocorreu em diversos períodos e contextos para a região Centro-Oeste e para o estado de Mato Grosso do Sul, nos possibilitando correlacionar as influências desse processo no município de Nova Andradina. Porém, buscar entender os motivos que levaram famílias, homens, mulheres e crianças a saírem de seus lugares no Nordeste, sua constituição como migrantes, o desenrolar de suas trajetórias e sua vinculação no município, torna-se tarefa de averiguar com os próprios migrantes, suas diferentes relações sociais e culturais por entre os lugares. Essa averiguação nos foi possibilitada pelo contato pessoal e pela interação verbal com alguns munícipes que se identificam como imigrantes nordestinas/os e contribuí para a formação do lugar.

CAPÍTULO II

LUGARES E TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES NORDESTINAS/OS

*Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei¹⁰*

A música identifica nordestinas/os que se enveredam por lugares do território nacional. Essa mobilidade, em muitos casos, aparece relacionada às disparidades nas geografias, nas estruturas econômicas, políticas e sociais entre diversas localidades das diferentes regiões do país.

Associamos às/aos migrantes nordestinas/os que portam o sentimento de pertencimento ao lugar deixado e são influenciados pela realidade do lugar chegado, o caráter da “contradição constitutiva da própria condição do migrante” quando na identificação de quem saiu de seu lugar (um e-migrante) e de quem chega em outro lugar (um i-migrante), e ainda os sentimentos de um “transplantado definitivo” por aqueles que se vinculam ao novo lugar ou um “deslocado” a aqueles que não conseguem se vincular aos lugares, conforme apontou Sayad (1998). Sobre as condições de ligação entre os sujeitos e os lugares no contexto da mobilidade dos argelinos para a França, o autor também aponta:

Da mesma forma como se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também a sociedade que os recebe, bem como a sociedade da qual provém -, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do migrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal. (SAYAD, 1998, p. 46)

Pierre Bourdieu, prefaciando a obra de Sayad, retrata que “*o imigrante é o atopus, sem lugar, deslocado*”. E é neste ser “deslocado” que também podemos procurar o significado do que configura a condição de migrante nordestina/o. Nesse sentido, pelo contato e aproximação nas entrevistas, as/os migrantes nordestinas/os relatam sobre suas identidades, o

¹⁰ Trecho da música “A vida do viajante”, do compositor e cantor Luiz Gonzaga.

motivo da saída de sua terra natal, interações com os lugares chegados e deixados, contribuindo para averiguarmos o desdobramento de suas trajetórias, a relação de permanência periódica em outros lugares e a ligação com o município de Nova Andradina. Preferimos transcrever e manter toda a narrativa dos entrevistados, pois entendemos que os migrantes, ao relatarem situações subjetivas, estavam rememorando um passado que ficou guardado, que constitui suas trajetórias.

Seguindo essa concepção, buscamos apoio em Garrido (1993, p. 39), demonstrando que “um dos aspectos mais interessantes do uso das fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos, mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu.”

Ao abordarmos relatos de migrantes nordestinas/os, adentraremos no campo da história pela metodologia da oralidade. A atribuição da multidisciplinaridade entre a história oral e demais ciências sociais é abordada por Lozano (1998, p. 18), ao definir que, “[...] tal como uma encruzilhada de caminhos, a história oral é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente com a antropologia, a sociologia e a psicologia.” Buscaremos aproximar dessa multidisciplinaridade a ciência geográfica. Segundo Hissa (2002, p. 13 e 14), na geografia, a proximidade dessa multidisciplinaridade somente é possível com o rompimento das fronteiras disciplinares, pois, “Não há a geografia sem transgressão de suas próprias fronteiras, assim como não há qualquer outra disciplina na ausência da contínua ultrapassagem de seus próprios territórios, tão sonhados, como rigidamente demarcados.”

Certos de que a abordagem multidisciplinar entre as referidas ciências sociais contribui para a busca de conhecimento do processo migratório que desencadeou a mobilidade de migrantes para Nova Andradina, é que consideramos as relações socioespaciais, a concepção identitária, as particularidades e a intersubjetividade das/os migrantes nordestinas/os abordados nesse trabalho. Ao relatar suas relações sociais, suas vivências e identificação nos lugares, os migrantes retratam suas experiências de vida revelando sua interação com o mundo físico, simbólico e subjetivo. Segundo Lozano (1998, p. 15), “Abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas.”

2.1 Lugares da memória e a concepção identitária de migrantes nordestinas/os

Adentrando no campo da oralidade, abordamos o relato de homens e mulheres, que em diferentes períodos emigraram de distintos lugares da região Nordeste, no intuito de compreender a constituição identitária pessoal e coletiva.

É pela fala que a migrante Marly Maria da Silva Nascimento relembra sobre sua infância no Distrito de Bonito, localizado na cidade de Catité, no estado da Bahia, onde nasceu aos 31/12/1943 e morou até os nove anos de idade. Para garantir o sustento da família de dez pessoas, o pai trabalhava em roças que ficavam nas proximidades do distrito, e a mãe com os trabalhos do lar e os cuidados com os filhos. Com dificuldade no provimento de recursos para a família, o pai encontrou possibilidade de obtê-los com sua força de trabalho na cidade de São Paulo, para onde passou a viajar e se instalar por períodos que chegavam a ser de um a até dois anos. A dificuldade para alimentar a família nesses períodos em que o pai estava na cidade de São Paulo era amenizada com a ajuda de outros familiares: “Minha mãe ficava com nós em Bonito, quem cuidava de nós, não deixava a gente passar fome, como diz o outro, era um tio que eu tinha, casado com a irmã da minha mãe, o tio Joaquim”.

Sobre a alimentação da família nesse período, ela diz:

Lá tem umas vasilhas de barro, ali minha mãe colocava feijão, quando tinha arroz, mas tem vez que era feijão, farinha, sabe, o nordestino gosta muito de farinha e ali botava de dois, três sentado no chão, que aquele tempo não usava igual hoje que a gente senta na mesa, sentado no chão ali, esse negócio de falá come com a colher, era com a mão, amassava o bolinho e ia comendo, era de dois três numa panela de barro. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Na fala da senhora Marly, o gostar da farinha evidencia sua relação identitária desde a infância. A concepção identitária, neste caso, aparece vinculada à estrutura familiar e a dinâmica sociocultural do lugar. As dificuldades que a família enfrentava na alimentação no Distrito de Bonito eram amenizadas quando o pai retornava e produzia alimentos a partir do beneficiamento da mandioca:

Quando meu pai vinha de São Paulo, que ele ficava lá muitos tempos, meu tio tinha no quintal dele, que era muito grande, tinha um engenho que ralava mandioca, nós criança, ajuntava todo mundo e cascava, era puxado por animal, puxava ali, e pai ia botando a mandioca e ia ralano, pra faze farinha, faze biju e faze polvilho, então ali o meu pai que mexia, ixi, aquilo era uma fartura pra nós, porque farinha né? Aí pai pegava aquela massa e fazia aqueles biju com a massa, botava farinha e aí tirava aquele biju da massa, não era aquele biju de polvilho, era aquele pedaço dessa grossura, quentinho assim sabe. Agora, o de polvilho era minha mãe que fazia, ia botando aqueles poquinho de polvilho assim. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A partir do relato sobre o cultivo de mandioca e a produção de alimento no Distrito de Bonito, evidenciamos a constituição de uma identidade na relação entre o espaço vivido pela família e a cultura, fortalecendo o sentimento de pertencimento a esse lugar. Stuart Hall (2006, p. 11 e 12) trata da concepção identitária do sujeito a partir de sua relação com “outras pessoas importantes para ele”, seja pela mediação entre os valores, os sentidos, os símbolos ou pela cultura dos mundos habitado:

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2006, p. 11 e 12)

Assim também se relaciona o relato de Medioneria Evangelista dos Santos Araújo, nascida na cidade de Dário Meira, na Bahia, em 31/05/1966, onde morou até os quatro anos de idade na área rural, na fazenda do avô. Rememora as raízes identitárias no contexto sociocultural a partir da produção e beneficiamento de mandioca e do plantio de cacau:

Dário Meira era muito pequena, super pequena. Ali perto de Dário Meira, isso por ouvir, não por lembrança, Jequié, Cajazeira e Juazêro, tudo ali pertinho. A gente morava especialmente na fazenda do meu avô paterno, numa casinha, eu lembro a nossa casa, a casa do meu avô, eu lembro a farinha. Na fazenda se produzia farinha, plantio de mandioca, aí ali tinha a farinha, do lado direito da nossa casa, tinha um riacho, aí atravessava o riacho, do lado direito a casa e do lado esquerdo a sede qui era a casa do meu avô. Era muito legal o local, a parentela que morava ali por perto, aquelas mulheres que trabalhavam na farinha, todas usavam roupas branca, aquelas saía bem rodada, cumprida, com aqueles turbante na cabeça, í eu lembro delas ali, mexêno com aqueles rodos grandes, né, mexêno ali no forno, torrâno a farinha, mexêno no tacho. Eu lembro que elas deixava dormí, aí no outro dia jogava aquela água fora, fazêno as goma, ali sabe, então, era produzido polvilho, era produzido a goma, ali o plantio saía também as mandioca. O meu avô também tinha, na parte de cima da fazenda, tinha cacau também, muito cacau. (Relato de Medioneria Evangelista dos Santos Araújo (Nery) em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A lembrança do lugar e da sociedade em que vivia quando criança está relacionado às experiências que algumas pessoas, senão todas, experienciaram no lugar de origem, pois a infância e o lugar que ela aconteceu estão ligados de uma forma intrínseca na construção de suas relações individuais e coletivas. “Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual” (AUGÉ, 2012,

p. 52). Temos que a infância é um período em que se associa a constituição da identidade e o lugar de vivência torna-se importante na referência da identidade.

É também pela memória que o migrante Joaquim Vieira de Souza, nascido em Várzea Alegre – Ceará, em 30/07/1946, conta que saiu de lá aos dois anos de idade: “Eu sei da história contada por ele”, referindo-se ao pai, onde, por sua fala, as relações de trabalho se contextualizavam com o lugar, tornando-o referencial de sua identidade.

Eu sei da história contada por ele, né? Lá em Várzea Alegre, meu pai foi é, como é que diz, comboieiro, esse pessoal que, ele tinha uma transportadora nas costas, no lombo do animal, transportava de uma cidade a outra, uma cidade distante pra busca farinha, feijão, cachaça, as coisas lá, ele trabalhou dezesseis anos nessa área aí, só com a tropa de burros. (Relato de Joaquim Vieira de Souza, em entrevista com gravação de áudio em 21/03/2018)

Pelos relatos de migrantes nordestinas/os, hoje adultos, observa-se que pela memória, a relação com o lugar de vivência na infância está baseada na representatividade entre a vida social e o lugar, pelas experiências vivenciadas e recordadas nas relações de trabalho, na alimentação, no convívio familiar. Nesse sentido, de acordo com os apontamentos de Woodward (2000, p. 10), “A construção da identidade é tanto simbólica como social”.

Quanto ao senhor Manoel Antônio Apolônio Filho, nascido em Pedra Branca – Ceará, em 17/08/1955, a construção de sua identidade aparece no período da infância, à qual traz lembranças dos lugares em que viveu no interior do Ceará. O trabalho na roça, a criação de gado para suprir o sustento familiar, os estudos, a casa, a professora, a perda da mãe aos dez anos de idade, simboliza e fortalece sua concepção de pertencimento ao lugar onde viveu.

Nasci numa região chamado Volta, município de Pedra Branca no Ceará né? nasci em dezessete de agosto de cinquenta e cinco, essa região já pertence a parte sul, era propriedade nossa mãe, do finado meu pai, hoje ele é falecido. Nós trabalhávamos assim na roça, lá sempre era, aqueles tempos, era um tempo atrasado né, as coisas e tudo era mais diferente, então a gente plantava o milho, a feijão, a fava, o feijão de corda, o arroz, é, a mandioca, a macaxeira que é a mandioca que a gente trata aqui né? que usava pra tirar a farinha, faz o porco. Quando produzia muito aí a gente não tinha aquele consumo, aí vendia, e criava também umas vacinhas, e assim eu ficava junto com meu pai, com a minha mãe até dez anos. Aí a minha mãe faleceu, ela morreu em 1965. Quando criança estudei em casa, tinha uma professora em casa, lembro até hoje o nome da professora, os vizinhos que tinham criança estudava tudo lá em casa né, então a minha mãe, ela pagava pra professora pra dar aula ali em casa, que era uma casa muito grande e tinha um espaço igualmente uma sala de escola né. Isso foi no ano de 62, 63, então tinha a professora dentro de casa, aí aquele tempo a gente começava pela carta de ABC, aí eu não passei na carta de ABC, aí a minha mãe faleceu aí eu fui morar com um tio e padrinho que é irmão do meu pai em Senador Pompeo, ficava distante dessa região Volta acho que era sete léguas, é, a gente fala léguas lá é uma légua igualmente seis quilômetros, meu pai continuou na propriedade, nós fomos

déiz irmão, treis mulé e sete homi, eu sendu o mais novo né?, qué dizê tinha um casal mais novo qui eu, um irmão e uma irmã, aí cumu tinha uma irmã já moça, ela ficô cuidano da casa né, aí ficô inu até, acho qui uns onze mêis, aí meu pai casô, segunda veiz né? Senadô Pompeo aquele tempo e hoje considera a terceira cidade maió du estadu du Ciará. Púquê primero é Fortaleza né, a capital, segundo é Juazero, terceru Senadô Pompeo. [...] Meu padrim tinha umas condição boa, eu sentí mais conforto, fui istudá, hoje eu num sô um grande homi nu istudo, purquê eu num mi interessei. Eu estudei cinco anu e nunca passei du primeru anu. Éra Grupo Escolá Rudrigues, lembriu até hoji. Rapais eu nunca trabaiei, cum idade di quinze prá dizesseiz anu, graças a Deus eu fui bem criado, só num fui nu estudo por fáia minha né. Recórdu qui eu vim trabaiaí aqui no Mato Grosso né. Viví lá cinco anos. Cum quinze anos aí voltei pra casa du meu pai, no mesmo lugá, fiquei um ano, um ano e poco, aí vim imhora aqui pru Mato Grosso. Eu vim pra cá até cum idade de dizesseis anu. (Relato de Manoel Antônio Apolônio Filho em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

Pelo relato do senhor Manoel Antônio Apolônio Filho, para além da simbologia que representa sua ligação com o lugar, que no período de vivência com o tio padrinho sua condição socioeconômica lhe possibilitou melhores oportunidades, que conforme ele diz, “tinha umas condição boa”, e que, mesmo não conseguindo progredir nos estudos, foi bem criado, não precisou trabalhar dos dez até os quinze anos. Relacionalmente ao caso do senhor Manoel, pela vivência na sua infância e adolescência, temos em Woodward (2000, p. 14) a associação de que “a identidade está vinculada também as condições sociais e materiais” do sujeito e ou de um grupo.

Seguindo esse viés, temos na concepção identitária de Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas – Bahia, em 22/11/1953, a relação com o lugar de vivência na infância pelas condições materializadas no lugar, onde, na propriedade rural da família, estava representada formas de subsídios para o sustento familiar:

Vivi até nove anos, na fazenda até umas altura a gente tinha, tinha criação de gado, carneiro, cabrito e prantava lá só a cumida du sustento, num éra pra vende, só pru consumo. Nós éra em doze filho, mais ficô só onze, um morreu novim. Qui naceu lá éra a metade, déis homi e duas muié. Us treis mais véio ainda foi numa escolinha paga lá, agora us zoto nenhum foi, num tinha iscola pública lá não. U mutivu du pai vendê as terra foi a inlusão de vim aqui pra Gória de Dourados. Depois, foi em cinquenta e oito que u pai vendeu, depois qui u pai vendeu nós ainda ficô lá, de cinquenta e oito até sessenta e dois morano agregado cum zotros noutra fazenda lá. Eu lembro bastante dos, dos, das, como éra, até um tempu a gente vivia bem sussegadu, tinha recurso, tinha as criação da gente. Aí quandu foi até cinquenta e oito quandu vendeu, aí ficô ruim, aí nós foi mora cum us zotros, tocá roça, aí em sessenta, sessenta e um deu uma seca muito braba, aí morreu muita criação, ficô difícil, aí foi onde distinamo qui vei imhora de veiz prá cá. (Relato de Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas-BA, em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

A desvinculação da propriedade rural, espaço de moradia, aparece no relato como algo negativo, pois a família vivia “bem sussegada”. Nesse sentido, há a preservação de uma memória no contexto de quem hoje é adulto, pois, pela lembrança da infância, o lugar aparece como espaço simbolicamente romantizado, do ponto de vista de que uma criança possui pouco ou nenhum conhecimento sobre as relações de produção econômica no campo de trabalho do adulto, o que pode levar a divergência de conhecimento do real motivo da venda da propriedade, pois como é mencionado no relato: “U mutivu du pai vendê as terra foi a inlusão de vim aqui pra Gória de Dourados”. Bosi (1979, p. 17) aponta que “Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros 'signos' destinados a evocar antigas imagens”. E também:

O discurso do pensador está-se interrogando sobre a passagem da percepção das coisas para o nível da consciência. A certa altura, introduz a reflexão seguinte: "Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças". Com essa frase, adensa-se e enriquece-se o que até então parecia bastante simples: a percepção como o mero resultado de uma interação de ambiente com o sistema nervoso. Um outro dado entra no jogo perceptivo: a lembrança que "impregna" as representações. (BOSI, 1979, p. 17)

Assim, a lembrança do senhor Joaquim Alves Barbosa se manifesta pela maneira de pensar o passado vivido e rememorar os signos de uma imagem retida nos sentimentos guardados do lugar de vivência na sua infância. Para Bosi (1979), “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” e, de alguma forma, a lembrança está associada a uma representatividade de um passado, no imaginário, mas que na realidade, é modificada, alterada, pois as pessoas mudam com o passar do tempo, como ela explicita:

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI 1979, p. 17)

Ainda que haja transformações na lembrança, provocadas em diferentes tempos e espaços de vivência dos indivíduos, pode se entender que “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembra [...] O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, nô-las provocam” (BOSI, 1979).

Nesse sentido, a memorização é fortalecida pelas experiências do indivíduo com o lugar vivido, e que, segundo Bosi (1979, p. 17), “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

No contexto em que, pela memória, as relações pessoais e socioespaciais dos indivíduos os direcionam para suas concepções identitárias, abordamos o relato do casal José Freire de Araújo, nascido em 10/02/1939, e Maria Marizinha Marinho, nascida em 08/02/1942, ambos com naturalidade em Acopiara – Ceará. Maria Marizinha Marinho conta que nasceu na Vila Ebron, área rural da cidade de Acopiara:

Nasci, mi criei e casei lá. Nós fomos criado lá, era um lugá muito gostoso porque era a família do papai, era os pais do papai da minha mãe, um lugá humilde, simples, mais muito bom porque a família unida. Então eu tenho uma lembrança muito boa de lá, muita saudade, porque lá nasci e me criei, tive minha juventude, estudei o que pude istudá, e hoje eu me recordo assim das coisas, teve dificuldade mais coisas muito boas. Nossa igreja foi feita em mil novecentos e trinta e oito, meus pais e meus avós que fizeram a igreja católica e, hoje mesmo falei com minha irmã de São Paulo, ela feliz da vida, porque mandaram pra ela um vídeo da chuva que tava lá, da água que tava descendo lá, porque lá é um lugá muito sofrido por falta de água, mas as pessoas não perdem a esperança. Essa igreja foi meu pai com meus avós que fizeram, tem até hoje, hoje eu tenho meus sobrinhos, eu tenho um primo qui é padre, qui participa lá, e tem os meus sobrinhos que cuida da igreja. Então eu tenho um prazê tão grande com isso porque aquilo que meu pai fez com muito amor, com muito carinho, porque os pais dele compraram aquele sítio lá e vei todo mundo pra lá, e ali ficô toda a família. Era difícil as coisas, mas meu pai, no sítio dele, eu não posso falá, não via dinheiro, mas não passava necessidade, tinha gado, carneiro, leite, queijo, papai tinha até prensa. Então eu não posso reclamá qui eu não tive uma vida boa. Quando eu morei lá era mais difícil, hoje já tem asfalto, hoje já ta muito diferente. (Relato de Maria Marizinha Marinho em entrevista com gravação de áudio em 01/03/2018)

O relato da senhora Maria Marizinha Marinho condiz com a lembrança de vivência num lugar que se faz presente no imaginário juntamente com as alterações socioespaciais, observada pelo contato com familiares que ainda residem nesse lugar, fortalecendo seu vínculo com a identidade construída no passado e reconhecida no presente. Pela descrição, a igreja construída pelos parentes aponta forte ligação com a religiosidade, à qual a senhora Maria Marizinha professa pela fé católica, o que contribui para a sua constituição identitária. Castells (1999) destaca:

Identities [...] constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construída por meio de um processo de individuação.

Embora, conforme argumentarei adiante, as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando esse os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. (CASTELLS, 1999, p. 23)

Assim, a constituição identitária aparece nas relações sociais no lugar, tal como verifica-se no relato do senhor José Freire de Araújo quando fala da vivência no sítio, o contato e a formação familiar com a senhora Maria Marizinha na Vila Ebron:

Eu nasci num sítio por nome de Monte Claro, seis quilômetros distante do Ebron, vivi até os dezessete anos lá, eu era agricultor e sapatero o mesmo tempo. Meu pai era pernambucano e minha mãe cearense. Aprendi a sê sapatero com uns parente meu. Lá no ano de cinquenta e oito foi seca total, eu saí do sítio e tinha interesse de entrá no comércio, sempre fui comerciante e sapatero. Eu casei em sessenta. A gente sempre foi católico, de tradição, pai, família. Istudei no Ebron até a quarta série. Nossos filho naceram tudo lá, ficamo lá depois de casado doze ano. [...] A família da Marizinha era, eles me acolheram muito bem, era amigo desde infância né?, a gente era muito amigo, os filhos nasceram lá, tirá os filho do colo do vô, da vô, isso aí é pió coisa qui pode existí no mundo. (Relato de José Freire de Araújo em entrevista com gravação de áudio em 01/03/2018)

A constituição identitária pelo processo de individuação, como colocado por Castells (1999), nos remete à caracterização de uma identidade individual constituída pelo contato com o coletivo. Nesse sentido, ela é permeada por elementos e signos presentes na convivência entre os indivíduos e nas relações de poderes espacializadas, que se estabelecem e agem na produção e reprodução do lugar, nos permitindo, novamente, associar aos argumentos de Castells:

A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizadas em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p. 23)

Os apontamentos sobre a constituição identitária dos entrevistados, em associação aos lugares de vivência no passado, em muito contribuí para a concepção identitária individual e coletiva em lugares da região Nordeste. Porém, a produção de uma identidade cultural apreendida por nordestino/a, difundida pelo Brasil e concebida pelas/os nordestinas/os, remonta contextos sociais, políticos e econômicos presentes na produção territorial do país e nas divisões regionais em diferentes períodos históricos.

2.2 A região Nordeste e a concepção da cultura nordestina

Recorrendo a períodos históricos, Andrade (1998, p. 5) apresenta que “O conceito de Nordeste, a aceitação de que existe uma região nordestina, é relativamente novo no Brasil”, condizendo aos períodos do Império (1822-1889) e da Primeira República (1889-1930), pois até estes dois períodos, “os Estados hoje nordestinos eram chamados de “do norte”, dada a difusão de que a divisão do território brasileiro se estabelecia em duas porções, ‘o norte e o sul”. A partir de então, segundo o autor, evidencia-se a problematização no processo de organização regional do país:

Na primeira República numerosos estudiosos procuraram dividir o país em regiões, ora visando fins administrativos, ora apenas fins culturais. Cada estudioso levava em conta determinados elementos para caracterizar as várias regiões, inclusive as razões de ordem política. (ANDRADE, 1998, p. 5)

Albuquerque Jr. (2011) trata da representatividade da região Nordeste em um dado período, quando as relações naquele espaço eram pouco difundidas no contexto nacional, corroborando para o entendimento de que ela aparece no ideário regional e nacional a partir da constituição de políticas desenvolvimentistas que enunciaram as problemáticas socioespaciais:

Até meados de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam. As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede, como registra Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, livro que se tornou filme famoso. Ademais, o problema mal era anunciado; era apenas vivido. Sem grande visi/dizibilidade. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 13)

A constituição de Região Nordeste representada na ‘visi/dizibilidade’ dada àquele espaço do país, remonta as relações socioespaciais permeadas por conflitos de classes, por disputas territoriais, pela depreciação da natureza, constituindo um estigma social, calcado na negação da multiplicidade e da heterogeneidade do espaço regionalizado. Evidenciamos a adequação de elementos socioculturais que vão contribuir para a propagação da homogeneidade em que é tratada a região, a partir dos apontamentos de Albuquerque Jr. (2011):

A seca, o cangaço, o messianismo, as lutas de parentela pelo controle dos Estados, são os temas que fundarão a própria ideia de Nordeste, uma área de poder que começa a ser demarcada, com fronteiras que servirão de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados. A elaboração da região

se dá, no entanto, no plano cultural, mais do que no político. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 46)

A representatividade de Região Nordeste vinculada às dificuldades sociais, é aparente na desigualdade social, na suposta falta de recursos, nas exíguas políticas sociais a favor desse contingente e, ainda, em lugares que possuem prolongados meses de seca, idealizando elementos de expulsão, como aponta Guillen:

Há, sim, um processo que engendra uma aparente repetição (que não é cíclica como as secas naturais) que faz com que o histórico, o socialmente construído, apareça como natural. Efetivamente, aquilo que aparece como imutável - "o" Nordeste, "a" seca - é perpassado por mudanças cotidianas, das próprias pessoas que se mudam todos os dias, seja porque estão em migração, seja porque vivem em precariedade. No entanto, também à migração, como fenômeno social, cola-se a imagem da imutabilidade (é sempre assim: seca lembra migração que lembra Nordeste). (GUILLEN, 2001, p. 5)

Atentando à questão social e a motivação da emigração nordestina, verificamos no relato do migrante José Bonfim, nascido na cidade de Dom Basílio, no estado da Bahia, em 02/01/1968, onde morou até os dezessete anos, o desconforto com seu modo de vida no lugar de vivência desde a sua infância, motivo até de frustração em alguns casos, como ele comenta, o que lhe aguçava a curiosidade sobre a existência de um outro lugar que possibilitasse uma melhor condição socioeconômica. E foi no contexto escolar que ele diz que viu que tinha algo diferente em outro lugar, o que lhe possibilitaria conhecer o novo, porém, se esbarrava nas limitações pessoais, do ponto de vista de que uma criança dificilmente trilhará individualmente seu próprio caminho, e ainda com a situação socioeconômica familiar daquele momento. Ele viu essa possibilidade quando houve contato com uma professora substituta paulista, despertando o desejo de ir para São Paulo, pois a ida possibilitaria o encontro com o novo:

Na verdade eu fui um bom, no ensino fundamental, no primário, como diziam né, eu fui um, relativamente um bom aluno, né? mais aí, quando eu comecei lá nuns, nos meus treze anos, por volta dos meus treze anos, aí a gente tinha, alguma coisa em mim dizia que, havia algo além daquilo que eles, que eu podia, que eu era capaz de absorvê dentro da, da, do contexto escolar, por conta do que? Por conta dos professores, eu me lembro em uma situação em que, que, a aula de inglês por exemplo, eles dava aula de inglês pra gente com, através de áudio né, colocava uma música internacional lá e depois ia traduzi pra gente, e eu achava aquilo ali muito pouco, assim, muito fraco, eu sempre pensei assim, na minha vida eu sempre pensei assim, puxa vida, deve te algo além disso, disso que eles tão me mostrando. Tinha uma professora de inglês que tinha uma subrinha que era do estado de São Paulo que ia passear lá e era professora de inglês. Aí as vezes ela substituía, essa subrinha substituía a tia como professora, aí era uma outra dinâmica, aí eu falava, eu não to errado. Isso me deu uma certa motivação, ah eu quero ir pra São Paulo, eu quero crescer. Isso foi um dos fatores que despertou a vontade

em mim de saí, daquele contexto né. Aí eu falei, um dia eu vou crescer e vou sair daqui, vou sair e descobrir algo diferente. Era com treze, catorze anos né? (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

No relato, verifica-se que a visão de desigualdade na estrutura metodológica das aulas na educação escolar entre as cidades de Dom Basílio e São Paulo, retrata a concepção ideológica do migrante que “inferioriza” o seu lugar. A inferiorização de outros lugares da região aparece também associada a questões ambientais, como no relato do senhor Joaquim Alves Barbosa:

Eu lembro bastante dos, dos, das, como era, até um tempu a gente vivia bem sussegadu, tinha recurso, tinha as criação da gente. Aí quando foi até cinquenta e oito quando vendeu, aí ficô ruim, aí nós foi mora cum us zotros, tocá roça, aí em sessenta, sessenta e um deu uma seca muito braba, aí morreu muita criação, ficô difícil, aí foi onde distinamo qui vei imhora de veiz prá cá. (Relato de Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas-BA, em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

Tais problemas sociais e ambientais acabaram fortalecendo a homogeneidade e a difusão de uma imagem negativa do Nordeste, frente aos problemas sociais, como descreve Andrade:

Geralmente se admite que o Nordeste é uma região muito pobre, habitada por pessoas mal alimentadas, carentes, pouco educadas e com baixos índices intelectuais. É lembrada sempre a presença de de nordestinos pobres que viajam para as grandes cidades para trabalhar nas atividades não qualificadas e de baixa remuneração. (ANDRADE, 1998, p. 58)

Em aproximação à configuração regional que se estruturou a região Nordeste, a intervenção do estado no “desenvolvimento regional” e na “integração nacional” com vistas à reprodução do capital, surge associada ao planejamento de políticas como contribuição para a homogeneização do espaço regionalizado. Que, conforme OLIVEIRA:

O planejamento emerge aqui como uma "forma" da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da "integração nacional". (OLIVEIRA, 1985, p. 29 e 30)

No contexto em que o Estado associa às disparidades regionais, nesse caso, pelos apontamentos de Oliveira (1985), do Nordeste estagnado e do Sudeste em crescimento,

mediante contradições nas relações de produção econômica e do trabalho, é que políticas públicas são implementadas na tentativa de diminuir tais disparidades:

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais "regiões" do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começam a aparecer como conflito entre as duas "regiões", uma em crescimento, outra em estagnação. É nesse contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos "desequilíbrios regionais", que nasce o planejamento regional para o Nordeste. (OLIVEIRA, 1985, p 37)

A partir de planejamento regional para o desenvolvimento da região Nordeste, no ano de 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek, implementa-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), política pública que contribuiu dentre outros fatores para o aumento dos movimentos migratórios do Nordeste para São Paulo, conforme Oliveira:

O Nordeste da SUDENE assume os contornos da ideologia da classe dominante da "região" da indústria: desde que os movimentos migratórios do Nordeste para São Paulo ganharam força e intensidade, os migrantes de todos os Estados do Nordeste e mesmo os dos Estados do Norte são apelidados em conjunto de "bahianos". (OLIVEIRA, 1985, p. 38)

A contradição da produção e reprodução do capital na economia da região e a influência de políticas públicas, ocasionam conflitos sociais como os ligados à estrutura agrária e contribuem para a "homogeneização" (para "fora") de elementos culturais, como no caso da sujeição dos trabalhadores apelidados de "bahianos", aparente ideologicamente no "processo de constituição das "regiões". Segundo Oliveira:

[...] as "regiões" são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 1985, p. 30)

Para Haesbaert, a região tanto conecta as ações dos sujeitos que a compõem, como recebe deles uma interação recíproca:

[...] o entendimento da região não simplesmente como um "fato" (em sua existência efetiva) nem como um mero "artifício" (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Propomos então tratar a região como um "artefato" (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e,

de certo modo, também, enquanto ferramenta política. (HAESBAERT, 2010, p. 7)

Haesbaert (2010) ainda demonstra que a região, entendida como arte-fato, rompe com alguns conceitos, apresentando-se como uma construção teórica (enquanto representação analítica do espaço) e identitária (enquanto construção do espaço vivido). A região é, dessa forma, produto e produtora das dinâmicas que tanto globalizam como fragmentam o processo de criação e difusão dos elementos culturais.

Concernente à concepção de região, Souza (2013) corrobora para o desafio da ciência geográfica acerca do entendimento e da conceituação desse termo na contemporaneidade, ao qual relacionamos a dinamicidade socioespacial para além das concepções econômicas e políticas que as homogeneízam:

É possível integrar as diferentes dimensões e os vários aspectos? É possível valorizar as identidades sem ser ingênuo ou “congelar” uma identidade? É possível valorizar a base econômica sem recair no economicismo? É possível valorizar o regionalismo sem reproduzir, menos ou mais inocentemente, discursos ideológicos? Acredito, sinceramente, que sim. E mais: que é possível fazer isso sem resvalar para um ecletismo teórico irresponsável. (SOUZA, 2013, p. 144)

A partir do exposto, entendemos que a concepção regional de Nordeste nasce da sujeição das/os próprias/os nordestinas/os, pelo estigma cultural apreendido, pelos conflitos de classes sociais e em consequência das relações de poderes exercidas por políticas de Estado e pela produção econômica regida pelo capitalismo, o que conjuntamente exercem domínio na idealização e difusão das disparidades regionais no país.

Há, nesse sentido, a “homogeneização” dos espaços regionais, repercutindo ideologicamente na negação da heterogeneidade e da multiciência desses espaços. Massey (2008) destaca a imaginação geográfica na definição de região concebida pelo aporte ‘natural’ na contribuição da generalização do espaço:

Foi através dessa imaginação do espaço (necessariamente por sua própria natureza) regionalizado/dividido, que o projeto (na verdade particular e altamente político) de generalização, através do globo, da forma Estado-nação, poderia ser legitimado como progresso, como “natural”. E isso continua a repercutir ainda hoje. (MASSEY, 2008, p. 102)

Relacionamos à generalização do espaço regionalizado, a atribuição da desigualdade social e a vinculação de crises associadas ao ‘natural’, a compreensão de que, mediante domínio de poderes hegemônicos, há a distorção da problemática das estruturas produtivas para o desenvolvimento social, e que as três esferas, política, econômica e social se divergem

e se conflitam. No entanto, o controle sobre o regionalismo é mais evidente nas relações entre o político e o econômico, como aponta Oliveira:

Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de "região" que se queria introduzir seja a da dimensão política. Isto é, de como o controle de certas classes dominantes "fecha" a região. Essa dimensão política não é uma instância separada da econômica; pelo contrário, "é ou será da imbricação das duas instâncias que poderá surgir mais completo o conceito que aqui se propõe, pelo menos na tradição teórica do marxismo. O "fechamento" de uma região pelas suas classes dominantes. (OLIVEIRA, 1985, p. 31)

Na visão de que a formação ideológica dessa região é concebida sob comando de poderes hegemônicos e representados no espaço, é que apontamos novamente Albuquerque Jr.:

Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. *A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.* (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 36)

Seguindo na questão que envolve as estruturas sociais, os meios de produção, as relações de trabalho e a formação ideológica da região Nordeste, abordamos pelo relato de Marcia Maria do Nascimento Lima, nascida na cidade de Palmares, Pernambuco, em 15/06/1965, a problemática acerca da constituição da "cultura nordestina", ancorados na premissa de Santos (1987, p. 35) ao apresentar que a "cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade":

Nasci em Palmares e fui criada no Engenho Gravatá que era propriedade do senhor José Silveira Coutinho, na verdade, do seu Benedito Silveira Coutinho que era avô desse aqui, até os nove anos de idade. Aí o seu Zé Coutinho que era filho do seu Benedito Coutinho, ele tinha vendido esse engenho pra outros proprietários lá, que eram usineiros, e comprou uma usina no estado de Alagoas. Aí quando foi numa época de eleição, ele não tinha transferido o título de eleitor dele pra Alagoas porque ele tinha um vínculo de amizade muito boa em Pernambuco, ele ia todo ano na época da eleição votá, então ele encontrou meu pai lá e fez essa proposta do meu pai vim embora pra Alagoas. Meu pai tinha vinte e sete anos de serviço que trabalhou, tempo dos Coutinho mais o tempo que ele foi pra essa usina Pumaty, que era os novos proprietários do Engenho e da usina que comprou do seu Zé. Então meu pai acabou pedindo demissão prá poder acompanhar a família Coutinho. Ele deixou vinte e sete ano de trabalho pra trás e veio acompanhar o seu Zé Coutinho em Alagoas que é onde ele comprou a usina

Sinimbú. [...] Em Alagoas moramos eu uma fazenda, Nossa Senhora das Graças, no município de Campo Alegre por dezoito anos. Quando mudamos pra lá, fazia um ano, meu pai morreu num acidente de carro, lá trabalhando pra família Coutinho, inclusive com um carro deles. Aí minha mãe ficou assim, muito atribulada, querendo voltar pra Pernambuco, só que a nossa família que a gente tinha em Pernambuco era pessoas muito pobre, não tinha nada, e esses novos donos que tinha lá, a gente não tinha nenhum laço, uma aproximação com esse povo, porque era um grupo grande de usineiros, não era igual seu Zé Coutinho. A família Coutinho era desde a época dos avós deles, meu pai, minha mãe, meus avós, sempre foram funcionários dos Coutinhos. [...] Em Palmares no Pernambuco até os nove anos eu estudei na escola Arthur Coutinho até a quarta série, primário, era uma sala multiseriado, era no engenho Gravatá, nesse engenho tinha uma escola, com uma única sala, era uma professora chamada Carmelita, a gente usava uniforme azul e branco, aquele uniforme bem tradicional, você sabe, saia pinçadinha, sapatinho azul, meia branca, e eu vivi aí, tinha uma igrejazinha pequenininha, eu passava na lateral dela pra ir pra escola, tinha a casa grande que chamava né, eu passava entre a casa grande e a igreja pra ir pra escola, aí descia um pouco, atravessava uma ponte, tinha um rio que chamava rio preto, aí tinha um cercado que a gente passava por dentro dele pra cortar caminho pra chegá mais rápido. Essa escola tinha a casa da professora, era conjugada. Meu pai era motorista de caminhão canavieiro, sempre foi, meu pai era analfabeto, não tinha nem carteira de habilitação, mas ele sabia dirigir, foi tratorista por algum tempo nesse mesmo engenho. Minha mãe tem dois filhos. Só nois dois, os nossos vizinhos, tinha gente de tê vinte, tê quinze, tê treze, eu lembro que a gente a noite é as vezes brincava de roda aí vinha aqueles meninos dos vizinhos de lá, da dona Mara, era uma vizinha senhorinha que tinha vinte e um. Era todos funcionários do Engenho. Era um engenho, uma fazenda bem grande, tinha trinta casas, tinha os arruados, o arruado das pedras, várias casas conjugadas. Era nas margens da rodovia BR 101, tinha muito plantio de cana. O senhor Benedito era fornecedor da usina Sinimbú. A usina Sinimbú era da família Coutinho, a fazenda era do seu Zé Coutinho, e seu Benedito era rapaizinho novo, devia ter uns quinze, dezesseis anos. Aí seu Zé se mudou pra Recife e o seu Benedito ficou cuidando da fazenda, ele casou novinho, tinha uns dezoito anos, e nós continuamos morando lá, porque, meu pai quando morreu, minha mãe queria ir embora, mas seu Zé Coutinho não deixou, falou pra minha mãe que ela não tinha que ir embora pra Pernambuco mais não que lá ela não tinha ninguém com quem ela conta, a nossa família era pobre não ia poder ajudar, e lá tinha ele, tinha seu Benedito, que a gente chama ele de Dito, que o que precisasse era só procurar eles, que sempre foi assim. A minha mãe permaneceu morando na casa da fazenda, que não pagava nada, tinha água, luz, era umas casas assim, com dois quartos, sala, cozinha e o banheiro, só. E do lado tinha o escritório do seu Dito, que minha mãe de manhã cedo limpava o escritório, e quando precisava lá na sede ela dava uma mão, que ele tinha os funcionários da sede. Eu fiquei com onze anos, fazia dois anos que meu pai morreu, aí nós ficamos lá, até quando eu casei, que eu tava fazendo vinte e dois. Aí quando meu pai morreu, eu tava sem estudar, inclusive, eu terminei a quarta série em Pernambuco e quando cheguei lá em Alagoas não tinha escola, na fazenda até então. Aí quando meu pai morreu, eu lembro como se fosse agora, meu pai morreu em outubro e no início do ano seguinte dona Rosa que era esposa do seu Benedito me levou em São Miguel dos Campos que era uma cidade próxima, pra procurar escola pra mim, que podia até ser particular, que seu Benedito ficou disposto a pagá pra mim, pra eu volta pra continua meus estudos né. Meu irmão continuou

estudando lá mesmo que tinha as séries pra ele, e eu fui estudar em São Miguel dos Campos até quando eu concluí o ensino médio. Aí quando eu concluí o ensino médio, no ano seguinte eu casei. Morei em São Paulo três anos e meio, que o meu marido já trabalhava em São Paulo né, aí depois a gente voltou de novo pra mesma fazenda. Meu marido foi transferido pra Maceió, que a empresa que ele trabalhava em São Paulo pegou uma obra em Maceió de dois hotéis que tava construindo na praia, e ele era marceneiro, ele também é Pernambucano, mas quando a gente namorou ele tava morando em São Paulo, ele tinha ido trabalhá fazia já um tempo que ele tava pra lá, aí, a gente casou, eu fui mora em São Paulo, eu morei três anos e meio, tive a Luana lá, morava perto de Diadema alí, na divisa. Aí depois que eu voltei pra lá, meu marido tava desempregado. Quando eu estudava o ensino médio eu já dava aula na fazenda, as pessoas que moravam lá, quase todas elas eram analfabetas, não tinha leitura, então, mesmo quem não tinha o ensino médio já podia dar aula pra alfabetizar aquele povo. Eu casei em oitenta e oito, eu dei aula lá, o ano de oitenta e cinco até oitenta e oito, quando eu casei. Até quando eu casei eu dava aula aí, eu dava aula dois período, de manhã e a tarde, era multiseriado, eu dava aula pros nossos da fazenda Nossa senhora das Graças e da fazenda vizinha que era do outro irmão, era fazenda São Sebastião. Depois que eu fui pra São Paulo, como eu tava te falando. Quando eu voltei pra Maceió, o Jorge tava trabalhando lá, aí eu tinha ligado lá na fazenda e conversado com o administrador, aí ele falou, a hora que você chega aqui a sua escola tá te esperando, pra você dar aula, tinha uma menina dando aula lá mais ela foi prum povoado vizinho. Cheguei num fim de semana e na segunda-feira comecei dar aula de novo, na mesma fazenda. Eu fiquei de noventa e dois até o final de noventa e quatro dando aula lá de novo. Lá em São Paulo eu não trabalhava, só meu esposo, ele não deixava eu trabalha lá, porque era uma cidade muito grande, bem diferente da realidade, ele trabalhava numa marcenaria chamada Dozil cosinhas, aí eles pegavam obras grandes assim, prédio completo, era tudo decoração, de cozinha, de quarto, era moveis né. Quando eu voltei pra lá fiquei dando aula, aí eu tive mais dois filhos. Eu dava aula dois períodos e não ganhava nem um salário mínimo, aí seu Benedito dava uma ajudinha por fora, era gratificação da professora, porque eu recebia isso aí dá prefeitura de Campo Alegre. Mais isso juntando tudo dava um salário mínimo. (Relato de Marcia Maria do Nascimento Lima em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

Dentre os lugares descritos, a vida no engenho, para além do sentido da constituição identitária da relatora, contribui para a formação de uma cultura idealizada pelo processo ao qual se configura a vida em sociedade. A paisagem do engenho memorizada, onde se retrata as relações com a natureza, os familiares, os vizinhos, os estudos, os trabalhos, os padrões, anunciam um processo de constituição cultural. Esses elementos podem ser corroborados com o que aponta Santos:

Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência, política. O estudo da cultura assim compreendida volta-se para as maneiras pelas quais a realidade que se conhece é codificada por uma sociedade, através de palavras, idéias, doutrinas, teorias, práticas costumeiras e rituais. O estudo da cultura procura entender o sentido que fazem essas concepções e práticas para a sociedade que as vive, buscando

seu desenvolvimento na história dessa sociedade e mostrando como a cultura se relaciona às forças sociais que movem a sociedade. (SANTOS, 1987, p. 35)

De acordo com o autor, evidencia-se a relação entre cultura e sociedade a partir da realidade vivida no lugar, permitindo associar que “a cultura está sempre associada a outras preocupações do estudo da sociedade, leva a pensar nas relações de poder, exige que se considere a organização social” (Santos, 1987, p. 35).

Albuquerque Jr. (2012, p. 90) aponta que, “no Brasil, o preconceito por origem geográfica marca, especialmente os nordestinos”, por estereótipos genéricos a toda a região, como, do “baiano” e a relação de uma identidade regional que “nem sempre existiu, como faz crer quase toda a produção artística, literária e acadêmica contemporâneas”.

No entanto, ao espaço regionalizado, constituído por distintas formações sociais e difundido com a negação de sua heterogeneidade socioespacial, é associado à produção da cultura nordestina de acordo com questões políticas, como também o autor aponta:

O que se chama hoje de “cultura nordestina” é um complexo cultural, historicamente datável. É fruto de uma criação político-cultural, que tende a diluir as próprias diversidades e heterogeneidades existentes neste espaço, em nome da defesa “de seus interesses e de sua cultura” regionais, contra o processo de diluição no nacional ou no internacional. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 351)

A constituição da “cultura nordestina”, dada pela ‘visibilidade e dizibilidade’ do Nordeste “gestado como o espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúria da região”, como aponta Albuquerque Jr. (2011, p. 47), está associada a contextos, como o da imagem memorizada do engenho (lugar de vivência da migrante Marcia Maria do Nascimento Lima). Assim, esses lugares são tratados como o “lugar da produção da memória” influenciando na representatividade da constituição homogênea da cultura nordestina, em aproximação a Albuquerque Jr. (2011), que também destaca:

O discurso tradicionalista toma a história como o lugar da produção da memória, como discurso da reminiscência e do reconhecimento. Ele faz dela um meio de os sujeitos do presente se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem uma região já presente no passado, precisando ser apenas anunciada. Ele faz da história o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 93)

O que se tem como “verdade” encoberta no relato, são as relações de subordinação, pelo habitar e servir aos padrões no processo de produção econômica, causando dependência

dos sujeitos pelas relações de trabalho na desigualdade de classe social. Para Andrade (1998), as relações capitalistas:

[...] beneficia[m] apenas os grupos econômicos e as classes dominantes; aguçando o processo de expropriação das camadas mais pobres; aumenta assim o contraste dialético entre a riqueza e a pobreza, tanto a nível regional quanto de classe e de grupos sociais. Este aguçamento de distâncias pode ser observado tanto a nível inter-regional quanto intra-regional, entre as várias partes de uma mesma região. (ANDRADE, 1998, p. 60)

A desigualdade social na região, em suma, atribuída a questões de ordem natural, por políticas desenvolvimentistas e a conjunturas de produção econômica, aparece relacionada aos aspectos culturais, que são propagados intra e extra região. Albuquerque Jr. (2011) corrobora para o entendimento de que a “cultura nordestina” está associada à generalização e subordinação da região Nordeste pelo processo de promulgação e instituição regional, presente nas políticas que fomentaram as disparidades regionais no país e estimularam as emigrações:

Paradoxalmente, a “cultura nordestina” vai se revelar como uma das culturas regionais mais ricas e resistentes, diante do processo de generalização dos bens culturais produzido pela sociedade capitalista. Como uma “região” cada vez mais subordinada política e economicamente, com uma população que migra com constância dentro e para fora da região, portanto sofrendo sucessivos processos de desenraizamento cultural, conseguiu “preservar as suas raízes, as suas tradições culturais”? Isso se deve exatamente ao fato de que a “cultura nordestina” ser uma invenção recente, assim como o Nordeste, fruto em grande parte deste próprio desenraizamento. Esse espaço e essa cultura da memória, do passado, não são apenas evocação, mas principalmente criação de um espaço imaginado e de tradições feita em contraponto à realidade urbana e sulista, enfrentada pelos migrantes. A migração reforça a identidade com este espaço e possibilita a invenção desta “cultura”. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 179)

Pela idealização da cultura nordestina, subordinada política e economicamente e com influencia na emigração, verificamos no relato de Ricardo Lourenço dos Santos, nascido no município de Coruripe, Alagoas, em 19/08/1993, a concepção de que no lugar os problemas socioeconômicos são de ordem político-administrativo, quando ele diz: “é só por falta de um administradô, por causa de político qui méte a mão mesmo”, e econômico, quando argumenta que “a falta de emprego aumentô bastante, todo mundo sai de lá pra viajá pra fora”:

Nasci no hospital de Coruripi mas morava um pouca antes de Coruripi, nós chamava de Garagem o lugar onde nós morava, éra uma vila, tipo, Coruripi ali, era tipo uma região que a usina Camaçari ocupa tudo ali né?, igual a Santa Helena, num tem tipo um alojamento alí, nós morava na Garagem alí, aí nós ficô ali um par de tempo heim. Eu vim pá Luziápolis que fica a noventa quilômetros de Maceió, com minha família, eu tinha oito anos. Na

Garagem nós estudava numa casa, pessoal dava aula lá, só até aí qui eu lembro. Meu pai trabalhava lá, hoje não existe mais, meu pai era cabo lá, mesma coisa de um líder hoje, só que tipo assim, né, não sei como chama aqui, ele contratava as pessoa e ponhava pra trabalhá, aí ele ganhava comissão das pessoa e o salário dele, só qui éra responsável pela turma. Era cortano cana, uma hora éra pra carpí, outra pro corte de cana. Em Luziápolis meu pai continuou até ele saí da usina, aí ele comprô um busão. [...] Em Luziápolis, eu posso falá assim pro cê, eu num tivi uma vida praticamente fraca, piquena, eu tivi um pórti médio, porque o meu pai quando saiu da empresa, a vida do meu pai foi naquela empresa, a Camaçari, quando ele saiu dela ele pegou um dinhêro e conseguiu compra um busão, um ônibus. Aí começou trabalhá por conta própria mêmô. Até hoje ele mora lá, ele puxa gente pá usina até hoje, ele tá com dois busão. Aí nós nunca preciso trabalhá pra dá dinhêro pra dentro de casa, mais nós trabalhava pra si mantê nosso luxo, porquê dinhêro a nós ele num dava. Ele dizia, si voceis quisé ceis vão trabaia. Aí nós pegava frete na fêra, pegava aquelas carriólinha e ia entrega na casa dus outros, saía vendênu na rua cum us outros também, tipo, um cara que ia vendê as coisas, nós empurrava carrinho pra eles, trabalhava na fêra também, vendênu. O pai sempre dava o necessário, se nós precisasse de algum dinheiro pra uma rôpa, uma coisa a mais, tinha qui trabalhá. [...] Rapaiz, í a água hein, é um caso sério, faltava água lá, a gente ia buscá água longe, porque a água num chegava na cacimba, quando num tinha que se deslocá pra lavá ropa num rio. Mas Alagoas é um negócio complicado, mais num é por nada não, é só por falta de um administradô, por causa de político qui méte a mão mesmo, porque rapaiz ó, a redondeza é completa de rio, donde tirá água tem, só qui us cara rôba, entra os prefeito e fala qui vai resolvê os problema, qui vai tentá, mais é complicado. Di noite num tem água tá, di noite num vem água na tornêra não, porquê a bomba qui tóca água num tóca a noite. I isso é uma cidade qui num é interiô bruto, qui nem qui tem o sertão né, aí lá o côco é seco. [...] Prá istudá não foi nada qui impatô não, foi disinteresse mesmo, falta de uma visão, tipo assim, num tinha um foco de tê alguma coisa na vida, porque pra nós aquilo lá já era o bastante de tudo, porque nós pensava assim, porque nós via nossos irmão, nós somo em oito né. Uns que trabalhava na usina, e qui tipo assim, eles já se mantia e nós se via naquele serviço deles também, chega alí e pará alí, tipo chegá o tempo de completá dezoito ano e entrá na usina e trabalhá daquilo alí. Até lá hoje tá uma situação feia, as unidade tão tudo fechânu. Nós foi numa palestra aqui, o cara falô quantas unidade de cana tinha na região de Alagoas né, se num me engano que era vinte e quatro ou vinte e oito unidade de usina, rapais só na região onde nós mora, próximo lá qui eu me lembro, era, Caeté, Camaçari, Guaxuma, Sinimbu, Roçadinha, Aliança, as qui eu lembro né, mais tinha mais lá, nas redondeza, qui puxava gente de onde nós morava, qui contratava. Era muito emprego, hoje o qui resta é a Camaçari ia Caeté. Então a falta de emprego aumento bastante, todo mundo sai de lá pra viajá pra fora, vem pro Mato Grosso do Sul, prá São Paulo, região de usina. Eu fiquei em Luziápolis até meus dezessete anos, faltânu um meis pra dezoito anos eu vim pra Mato Grosso do Sul, pra Nova Andradina. (Relato de Ricardo Lourenço dos Santos em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

No relato, o trabalho do pai e dos irmãos mais velhos evidencia o condicionamento da população local ao trabalho na atividade sucroalcooleira, atividade econômica em que os futuros trabalhadores têm como perspectiva quando Ricardo diz: “e nós se via naquele

serviço deles também, chega ali e pará ali”. A contradição na fala de que “eu tivo um pórti médio” e “nóis nunca preciso trabalhá pra dá dinhêro pra dentro de casa, mais nóis trabalhava pra si mantê nosso luxo, porquê dinhêro a nóis ele num dava”, nos faz pensar na condição socioeconômica da família e dos demais moradores do lugar, pois, o “mantê nosso luxo” “se nóis precisasse de algum dinheiro pra uma rôpa, uma coisa a mais, tinha qui trabalhá” e “Aí nóis pegava frete na fêra, pegava aquelas carriólinha e ia entregá na casa dus outros, saía vendênu na rua cum us outros também, tipo, um cara que ia vendê as coisas, nóis empurrava carrinho pra eles, trabalhava na fêra também, vendênu”, apontam para problemas relacionados a uma necessidade básica na estrutura socioeconômica da família e aparente aos demais moradores pelas relações de trabalho.

Thomaz Jr. (2002, p. 4) procura entender “o trabalho sob o enfoque geográfico” pelo processo social, sendo este a “expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza”. Desse modo, o “trabalho é resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução”, pois o trabalho define e redefine constantemente e de modo contraditório os processos sociais e o espaço geográfico.

Nem lá, nem cá, o trabalho (des)situado geograficamente, o que Moreira (1987) denominou de “homem atópico”, alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento - diante das amarras sociais que lhe impedem viver a integridade da existência social - consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciaram a entendê-lo enquanto objetividade reificada ou um mero fator material de produção. (THOMAZ JR., 2002, p. 4)

Assim, as dimensões que envolvem a categoria trabalho são entendidas dentro da própria realidade, onde pode ser tanto afirmado como negado. Nesse caso, entende-se que o trabalho também pode emancipar os sujeitos, pois a indignação de sua condição o aproxima do questionamento e da reivindicação, o que pode se desdobrar como motivação para a migração, como foi para o jovem Ricardo.

Mediante a problemática acerca da regionalização do espaço brasileiro, a constituição regional do Nordeste articulada às disparidades regionais, promoveu e fortaleceu ideologias representadas na instituição da cultura nordestina na região e no país. A constituição da região Nordeste e da cultura nordestina pela negação da multiplicidade e da heterogeneidade, em muitos casos atribuída a imagens negativas, aparece associada a problemas naturais, como as secas periódicas.

A homogeneidade da região propagada por políticas estatais desenvolvimentistas, como a SUDENE ancorada no desenvolvimento produtivo capitalista, contribuiu para uma

série de problemas sociais, que se desdobraram nas relações de trabalho e fortalecimento da desigualdade social, como também na difusão de ideologias e representatividades pelos meios de comunicação, na literatura e nas artes. Essas representatividades e ideologias caminham junto as/aos migrantes nordestinas/os que carregam consigo a identidade do lugar de naturalidade e defendem a ligação identitária e cultural com a região.

2.3 Migrantes nordestinas/os e o desdobramento de suas trajetórias

Enfocando a concepção de que “*As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*” (ALBUQUERQUE Jr., 2011, p. 36), passamos a tratar das disparidades na configuração regional do Brasil em associação as conjunturas da migração de nordestinas/os com as relações políticas, econômicas e sociais.

De acordo com Oliveira (1981, p. 29), verificamos que “A especificidade de cada “região” completa-se, pois, num quadro de referências que inclua outras “regiões”, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção”. Para Singer (1976, p. 37), “A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas”, vinculado a estas questões, migrantes nordestinas/os participam desse processo por relações de trabalho, em lugares que ocupam sua mão de obra.

No caso do migrante Joaquim Vieira de Souza, a saída da cidade de Várzea Alegre no Ceará, se deu no contexto de sua infância, pois o pai, como ele relata, “pessoa enigmática” tomou rumo ao estado de São Paulo pela possibilidade de trabalho por enunciação de outros migrantes:

Eu nasci em Várzea Alegre no Ceará e morei lá dois anos, nasci em quarenta e seis e no final de quarenta e oito meu pai veio pra São Paulo, pro interior, meu pai veio pra Santo Anastácio. Foi de pau-de-arara que viemos, era só eu e minha irmã, até São Paulo, aí lá tinha a Estação da Luz, aí di lá tinha os guias que levava o pessoal pra Estação Sorocabana que é quem vinha pro interior de São Paulo. Meu pai veio pra agricultura. [...] Meu pai era uma pessoa enigmática, tinha uma visão de vida, umas tiradas assim, que era só dele, então um belo dia ele resolveu vim embora. Sabia só de nome essa cidade de Santo Anastácio, ele disse vou pra Santo Anastácio. [...] Acho que alguma pessoa que veio pra Santo Anastácio, chegou lá e falou dessa cidade né, inclusive lá em São Paulo queriam que ele fosse pra Mogiana que era lugar do café né, e lá tinha muito mão de obra né, e ele não quis, não quis í. Em Santo Anastácio ele deixou nós e minha mãe numa pensão e saiu lá pro sítio pra procura trabalho. Eu vivi em Santo Anastácio até os vinte e quatro anos, nessa época já eram oito irmãos. Em Santo Anastácio eu trabalhei na agricultura, mas eu não tinha intenção de ficar na roça né, quando eu fiz dezoito anos que eu me alistei pro Exército e fui dispensado eu falei pro meu pai que eu ia pra São Paulo, mas só fui em setenta e um, daí eu fui pra São

Bernardo do Campo, e lá naquela época era a febre do trabalho na indústria de automóveis, aí eu trabalhei na Volkswagen, de abril de setenta e um a maio de setenta e seis. Como eu fui criado na roça, quando eu fiz meu quarto ano me tiraram da escola pra mim trabalha na roça que eu era o mais velho da casa né, então eu não tive mais oportunidade de estudá, estudei pelo Instituto Universal Brasileiro, mas era bem difícil. Aí em São Bernardo eu já tinha uns primos por lá né, fui lá tirei os documentos, que eu não tinha nada, só tinha a reservista né, naquela época você tinha que tirá carteira de trabalho, carteira de identidade e chapa dos pulmão. Eu tirei os documentos e fui pra fila da Volks, naquela época você ia duas horas da madrugada pra fila pra sê atendido a partir das oito. Aí eu fui pra fila com a carteira e fiquei lá né, aí tive a felicidade, tinha uns mil naquela fila lá ou mais, o pessoal do departamento pessoal saia na fila assim e ia escolhendo igual escolhe animal pra comprá, sabe? Porque como é serviço de produção, serviço pesado, eles queriam gente jovem e forte, e eu tive a sorte de eles chega e me escolhê. Falou, vai pra frente. No dia da mentira, primeiro de Abril eu comecei a trabalhá, na produção, eu era abaixo do faxineiro, porque eu não sabia fazê nada, o cara que saiu da roça. Aí lá que eu fui fazê o supletivo sabe. Foi lá que eu consegui fazê o ginásial e o colegial, tudo no supletivo, era escola particular, chamado Curso Bandeirante. Depois que eu fiz o supletivo lá, eu consegui lá na Volkswagen í pro escritório, trabalhá na contabilidade de mão de obra, naquele tempo era aquele cartãozão, todo dia a gente pegava aqueles cartão pra vê se não tinha falta pra no final do mês facilitá o fechamento na folha do funcionário, durante três anos fiquei fazendo esse trabalho aí. Aí eu me casei lá em setenta e quatro, continuei trabalhando, nasceu meu primeiro filho em setenta e seis, o Arion. (Relato de Joaquim Vieira de Souza, em entrevista com gravação de áudio em 21/03/2018)

De acordo com o relato, a descrição da viagem está relacionada à memorização da fala de seus pais, pois o senhor Joaquim Vieira de Souza tinha apenas dois anos de idade. A passagem pela cidade de São Paulo demonstra a vinculação a outras/os migrantes nordestinas/os envolvidos num processo que indicava as áreas do estado em que ocupava a mão de obra de tais trabalhadores. A família migrou então para a cidade de Santo Anastácio, no interior do estado, onde o pai passou a trabalhar na roça, onde o migrante vivenciou na infância.

Foi em um desses movimentos que o pai da senhora Marly acabou levando toda a família para o município de Mirandópolis, no interior do estado de São Paulo, onde ele já esteve trabalhando, como ela comenta: “No ano de cinquenta, quando ele trouxe nós pra Mirandópolis ele trabalhava na fazenda já, na fazenda São João, que era fazenda de café”.

No contexto em que a/o migrante nordestina/o ingressa em trajetórias pelo território brasileiro, em busca de trabalho nas áreas urbanas e nas propriedades rurais, é que Camarano (1999) mostra dados quantitativos do número desses migrantes na década de 1950, reafirmando a forte migração de nordestinas/os no território brasileiro, sobretudo para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul:

Dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste. Isto não é surpresa, pois a década é conhecida como o período de maior migração *inter-regional*: a construção da estrada Belém-Brasília, da nova capital federal, as grandes migrações para as áreas metropolitanas e mesmo as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste brasileiro, estão entre as principais explicações do fenômeno. O contingente populacional que deixou as áreas rurais nordestinas correspondeu a pouco menos de 1/3 (30,6%) da população que vivia no Nordeste no início da década. (CAMARANO, 1999, p. 13)

O percurso desses movimentos migratórios foi intitulado em alguns períodos de “A viagem dos Paus-de-arara”, devido às más condições da viagem, frente à precariedade dos meios de transporte e da infraestrutura rodoviária. Os migrantes se deslocavam nesses veículos chamados pau-de-arara em condições desconfortáveis e com distâncias consideravelmente longas, como a Sudeste, dado o distanciamento entre essas regiões. Villa (2017) descreve as adaptações dos caminhões de carga para o transporte de pessoas, os paus-de-arara:

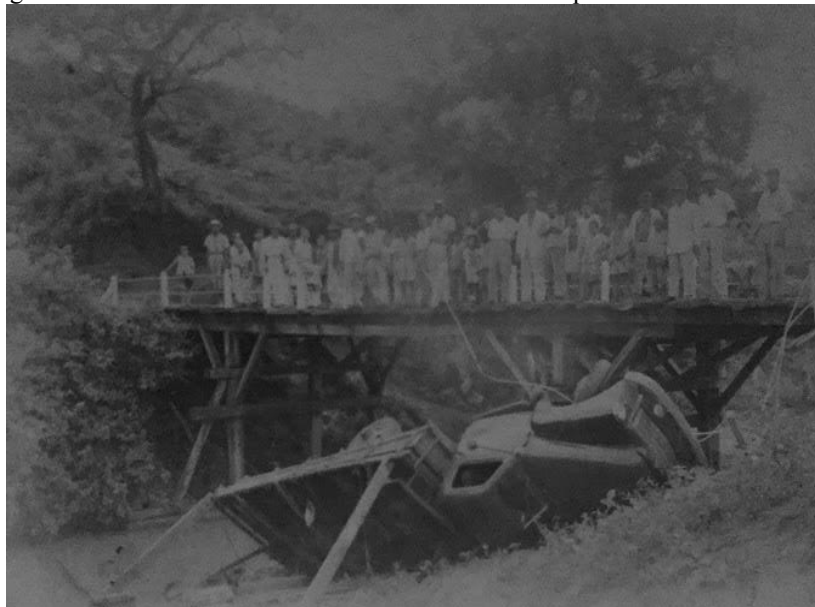
Os caminhões eram precariamente adaptados para transportar passageiros. Na carroceria eram colocados bancos de madeira no sentido vertical. Ganhavam uma cobertura de lona. Transportavam, em média, de setenta a cem passageiros, entre adultos e crianças. Na boleia ia o motorista, um ajudante e, eventualmente, um passageiro mais aquinhoado. (VILLA, 2017, p. 54)

No trajeto da família da senhora Marly Maria da Silva Nascimento, que saiu de Bonito, Distrito da cidade de Catité no estado da Bahia com destino ao município de Mirandópolis no estado de São Paulo, ocorreu um acidente de trânsito com o caminhão pau-de-arara que eles viajavam, como a mesma relata:

Recordo que quando nós viemos embora, ali em Montes Claros, Minas Gerais, o caminhão deu um defeito, deu um defeito no caminhão, eu lembro assim, direitinho né, e só ficou a minha vó, então nós viemos caminhando, porque o caminhão não dava pra carregar todo mundo, teve um defeito, só ficou a iaiá, minha vó, a gente chama ela de iaiá, ela ficou porque ela não conseguia andar, e o caminhão caiu depois numa ponte, era um pau-de-arara, a iaiá só tinha ela dentro e o motorista, o caminhão vinha de vagarinho e caiu da ponte, a iaiá não sofreu ferimentos. Já tava chegando em Montes Claros, ficamos três dias em Montes Claros, até arrumar o caminhão, essa ponte era bem na entrada da cidade de Montes Claros. Arrumou o caminhão e a gente veio pra Mirandópolis, moramos um ano na cidade de Mirandópolis, aí meu pai conseguiu uma casa na fazenda, nós fomos pra morar na fazenda. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A imagem do acidente, parte do acervo fotográfico da família da senhora Marly, evidencia o relato.

Figura 3 – Fotografia do acidente de trânsito envolvendo o veículo “pau de arara no ano de 1952”.



Fonte: Arquivo fotográfico da família da senhora Marly.

Villa (2017) retrata o percurso de emigrantes nordestinas/os pela cidade de Montes Claros, corroborando o relato da senhora Marly:

Outras localidades, distantes da Rio-Bahia, porém com conexões com a grande via da migração, tiveram importante papel nesse processo. Montes Claros, como vimos, foi uma delas. Para lá se dirigiam migrantes mineiros e principalmente baianos. Muitos chegavam a pé; alguns com algum animal de carga, como o jegue – que também transportava crianças e os poucos bens que ainda possuíam (VILLA, 2017, p. 61)

Quando já instalados na fazenda de café em Mirandópolis, a senhora Marly relata sobre o trabalho na roça:

Eu lembro bem era só plantação de café, aí meu pai botava nós pra poder limpar debaixo dos pé de café, a gente largava pra trás aquelas toicera sabe, a gente tinha medo de cobra, a gente deixava pra trás, o pai fazia voltar pra trás pra pode limpa, era todos os irmãos, todos solteiros, tinha uns ainda criança. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A instalação de migrantes nordestinas/os nesses lugares ocorreu pelo condicionamento da mão de obra como mercadoria na produção econômica da atividade agrícola, em que passaram a desenvolver seus trabalhos. Ao tratar da mobilidade do trabalho como mercadoria, Gaudemar (1977, p. 113 e 114) aponta a implicação da mobilidade de ajustamento como “efeito de um comportamento do trabalho que satisfaz as exigências desta boa proporcionalidade na implicação à mobilidade do trabalho”, em que “o indivíduo deve então

viver e trabalhar nos únicos lugares que a sociedade lhe atribui. Lugares determinados pelas proposições do conjunto”. Ainda para o autor:

A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida tanto como mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos), se pelo menos se respeitar a terminologia walrasiana. Sendo mobilidade dos homens, ela portanto é mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômicos (migrações, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos ela é mobilidade dos seus serviços, mantendo-se os próprios homens «imóveis», e conduz assim às formas quotidianas da divisão e organização do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 114)

Considerando as conjunturas socioeconômicas e as relações de trabalho de migrantes nordestinas/os, temos no caso da família da senhora Marly Maria da Silva Nascimento o surgimento de oportunidade de trabalho na cidade vizinha, evidenciando a atribuição de que tanto pela mobilidade do capital humano quanto pela mobilidade dos seus trabalhos, a família se muda para a cidade de Andradina, no mesmo estado:

Meu pai continuou na roça, meus irmãos já rapaz, naquele tempo não tinha restrição de idade pra trabalhar, meu irmão o Branco e o Tinga foi trabalhá numa fábrica de cadeira que tinha lá em Andradina, a Peliciari. Nós fomos morar vizinho do aeroporto de Andradina, os avião descia lá, da nossa casa a gente via tudo, ali só tinha nós e o pessoal que cuidava do aeroporto, e meu pai plantava roça ali, era arrendado, meu pai só vivia disso ali, não tinha cabeça pra outra coisa, plantava milho, arroz. Aí, lá do campo de avião, meu pai construiu a casa lá na cidade de Andradina, aí nós mudamos pra lá, inclusive a escola que a gente estudou ficava duas quadras de casa, Escola Teodoro de Andrade, lá terminei meu estudo. Terminei a quarta série, porque pra continuar, a admissão era paga, a gente não tinha condição de pagá pra pudê estudá. Aí eu naquela época, eu peguei i, como que fala? Eu era pequena naquela época, tinha uns nove, dez anos, por aí, trabalhei de cuidadora de criança, babá, da filha de uma japonesa, aí eu cuidava daquela criança, varria a casa pra japonesa, cuidava da neném dela, e ela me dava uns trocados no final do mês, me dava assim, tudo que eu precisava pra escola, ela me dava tudo, porque meu pai não tinha condições. Depois quando eu fiquei maiorzinha fui trabalhar numa loja, um bazar lá em Andradina. Dessa loja fui trabalhar numa Casa Lotérica, trabalhei bastante tempo. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

As relações socioeconômicas na cidade de Andradina possibilitaram a Marly e à família acesso a novas relações de trabalho. Com a vivência no novo lugar, a família passou a desempenhar diferentes atividades, a conjuntura econômica da nova localidade proporcionou o acesso aos trabalhos na indústria e no comércio.

Já para o senhor Joaquim Vieira de Souza, no período em que se iniciava a fase adulta, a motivação para o trabalho na cidade de São Bernardo do Campo esteve condicionada à possibilidade de trabalho emitida pelo processo de industrialização.

A partir da representatividade ideológica de políticas econômicas entre o Nordeste expulsivo e o Sudeste atrativo e ainda pela subjetividade, que o migrante José Bonfim saiu da cidade de Dom Basílio, na Bahia. Já com dezessete anos de idade, após um conflito familiar, viajou para o estado de São Paulo:

Com dezessete anos eu me envolvi sentimentalmente com uma pessoa e a minha mãe era radicalmente contra esse relacionamento, minha mãe achava que eu era jovem demais, ela achava que o relacionamento tava tomando um rumo assim de que, pucha vida, esse cara vai interrompe toda uma vida por conta desse relacionamento. E aí entrava a questão do preconceito, porque a pessoa de quem eu gostava, quem eu me relacionava, era filha de uma mulher que já tinha tido uns dois, três relacionamentos, então minha mãe falava assim, aquela questão do preconceito, porque meus pais foram muito, religiosamente correto né, casaram bunitinho, católicos, muito religiosos, então, nunca houve, assim, que eu me lembre, nunca houve, tipo assim, adultério, por conta da minha mãe ou por conta do meu pai, então nunca tivemos maus exemplos nesse sentido. [...] Aí foi uma alternativa, porque, houve realmente uma facilitação da minha mãe e do meu pai, é porque, tipo assim, é, eu prefiro que ele vá né, em detrimento da saudade que eu vá senti, mas eu prefiro que ele vá. Acabei vindo, porque ela acreditava que eu vindo pra São Paulo isso seria rompido né, essa relação seria rompida. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

A moradia em Campinas inicialmente foi junto à avó, que tinha imigrado anteriormente para a cidade. José Bonfim retrata seu relacionamento com a família da avó, seu descontamento com a nova relação familiar e o envolvimento com novas pessoas, possibilitado pela relação no trabalho, contribuindo para que ele fosse morar com esses novos amigos. Havia muita dificuldade na cidade grande, porém ele se negava a retornar para a Bahia tinha na experiência de familiares retornados a resistência de permanecer no local:

Então foi assim, acabei vindo, me mudando pra cidade de Campinas, aonde morava minha vó, e fui morar com minha vó por parte de mãe, que já morava em Campinas fazia treze anos. [...] Morei um ano com minha vó, aí fui trabalhá numa empresa de transporte coletivo. Acabei encontrando uma galera lá, que falo, ou vamo morá junto? Vamo mora numa república? Opa. E eu com meu tio que morava com minha vó, então solteiro, meu tio bebia bastante sabe, final de semana só ficava ouvindo aquelas, Milionário e Zé Rico, e aquelas músicas sertanejas em alto e bom som, e aquilo, voltando a questão que eu te disse quando eu era criança, aquilo me incomodava, eu falava, puxa vida, a vida é isso? É fica escutando essas músicas sertanejas alto? Deve ter algo além, deve ter algo melhor do que isso, em questão de música também né. [...] Foi trabalhando como cobrador que eu comecei, eu trabalhei um ano como cobrador e fui promovido a caixa, caixa dos cobradores no caso, e foi ali que eu conheci uma galera, éramos em cinco,

cada um num caixa, e foi ali que a gente se conheceu e uma linguagem, eu tomei contato com uma linguagem diferente daquele contexto que eu tinha na minha família né, na casa da minha vó, e aquilo ali me tocô, eu falei caramba! Aí eu cheguei e falei pra minha vó, to, to indo embora. Eu era cabeludo na época, aí minha vó e minha família deve ter pensado, “a esse cara deve ter conhecido alguém, se envolvido com alguma coisa errada, deixou esse cabelo crescer”, e na verdade não foi nada disso sabe, apenas era uma alternativa de me libertar de alguns conceitos né, eu quero conhecer algo novo. Aí eu fui morar sozinho com um desses colegas né, ele já tinha experiência de morar sozinho, e eu, por ser filho único, filho homem, era eu e mais duas irmãs, minha mãe acreditava que a gente não precisava aprendê coisa de mulher, fritar um ovo, isso é coisa de mulher, então, aquela coisa machista, então eu tive que aprende coisa que eu não aprendi na minha casa eu tive que aprendê na vida. O cara falô: “é o seguinte, cada um se vira com a sua ropa e comida também”, mais o que eu, me causa um certo orgulho é que nunca tive vontade, até por conta, até em meio a essas dificuldades eu não sentia impelido a retrocedê não, tem que ser daqui pra frente. Porque eu já tive experiência de parente de primo meu que vieram nas mesmas circunstâncias e acabaram batendo, dando de cara com as dificuldades e preferiu volta, retorna a Bahia. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

Verifica-se que o contato com o novo, nesse caso com a cidade de Campinas se deu anteriormente para alguns de seus familiares, os avós e tios, constituindo numa rede para a sua vinda. A chegada de José Bonfim ao novo lugar o desperta para outras séries de problemas estruturais, pois as conjunturas sociais a que ele se vincula, o coloca de frente a um dilema socioespacial e econômico. Contudo, apesar dos novos problemas, a cidade representava a possibilidade de construir um futuro mais próspero, a constituição de imigrante em Campinas vai se reafirmar pela sua inserção no mercado de trabalho. Segundo Gaudemar (1977, p. 113), “um indivíduo que não se submetesse às exigências da divisão do trabalho veria a sua existência ameaçada. O indivíduo deve então viver e trabalhar nos únicos lugares que a sociedade lhe atribui. Lugares determinados pelas proposições do conjunto.”

Associamos à insatisfação do migrante José Bonfim na cidade baiana de Dom Basílio e o desejo de migrar para São Paulo à concepção de que, segundo Becher (1997, p. 326), “Como fatores de repulsão estão representadas aquelas situações de vida responsáveis pela insatisfação no local de origem; já aos fatores de atração correspondem aqueles atributos dos locais mais distantes que os tornam atraentes”. Assim, José Bonfim passou a viver na cidade de Campinas, se refazendo na vivência com o lugar, um migrante construindo novas relações na sociedade campineira.

Nesse contexto, as configurações socioespaciais, dadas principalmente pelas relações de trabalho a que os migrantes se vinculam, estão associadas ao que Gaudemar (1977, p.117) pontuou como “figura teórica de liberdade dos trabalhadores se venderem pela melhor oferta,

a mobilidade do trabalho permite o equilíbrio no mercado de serviços pelas modificações que pode trazer à oferta e à procura.” O autor correlaciona a mobilidade do trabalho aos movimentos dos processos migratórios atrelados à de mão de obra do migrante:

Partindo do postulado de flexibilidade dos salários ou ainda da fixação do preço do trabalho segundo o estado da oferta e da procura, há efectivamente duas direcções: como fez Walras, estudar a variação do preço dos serviços segundo o estado da oferta e da procura, e — e é o caminho seguido pela teoria neoclássica da mobilidade — estudar as variações da oferta dos serviços, em especial da oferta de trabalho a partir de níveis de preços diferenciados espacialmente, sectorialmente, etc. (GAUDEMAR, 1977, p. 117, 118)

Nesse sentido, migrantes nordestinas/os acabam sendo influenciados por fatores de “expulsão” e de “atração”. Sobre análise das migrações internas, Paul Singer (1976), ao apontar que em ocorrência nas áreas rurais, “Os fatores de expulsão relacionados às migrações se dão como, *‘fatores de mudança’* decorrentes ‘da introdução de tecnologias na produção capitalista’ que expulsam trabalhadores do lugar mediante práticas do ‘aumento de produtividade e a consequente redução do nível de emprego’ e também, como *‘fatores de estagnação’*, pela ‘forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser tanto limitada’ como monopolizada por grandes proprietários. Segundo o autor, do ponto de vista econômico:

Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. (SINGER, 1976, p. 38)

Ainda de acordo com Singer (1976, p. 39), na limitação e monopolização de áreas por grandes proprietários, “As regiões de emigração provocadas pelos fatores de estagnação soem ter elevadas densidades demográficas e, por isso, dispõem de considerável potencial de mobilização política”, contribuindo para a promulgação de políticas atreladas ao ideário de “desenvolvimento regional” mediante investimento de recursos públicos e privados, motivando também a migração intra regional, como no caso de nordestinas/os que migram entre lugares da região Sudeste.

Individualmente ou em grupo, a migração de nordestinas/os em diversos períodos, é associada a um processo social de disparidades entre os lugares das regiões brasileiras, com as causas estruturais dos lugares de origem e de destino, ao qual, pelo apontamento de Singer (1976):

Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. (SINGER, 1976, p. 51)

Segundo os apontamentos de Singer, associamos o problema estrutural no modo de produção capitalista em conjuntura da falta de emprego em lugares da região Nordeste e a possibilidade de trabalho no estado de São Paulo como motivação dos migrantes a “aventurar-se” na busca de novos horizontes, envolvendo-os numa trama estabelecida pelo movimento populacional recorrente no país.

A situação econômica relacionada ao contexto socioespacial do lugar de origem contribui para a emigração, numa condição relacionada à força de trabalho que dispunha os migrantes. Sayad (1998) associou o trabalho como elemento na dimensão econômica que contribui para a constituição do imigrante, cuja estadia no lugar se dá pela sua força de trabalho:

Como o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante – o que significa que a dimensão econômica da condição do imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do estatuto do imigrante: um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito. (SAYAD, 1998, p. 63)

Condicionalmente ao trabalho dos migrantes, temos no relato do senhor Joaquim Alves Barbosa, nascido no município de Rio das Contas-Bahia em 22/11/1953, a fala de que, *“essas mudança era porque acabava u serviço num canto, cê ia procura otru, as galinha já sabia até muntá nus pau de arara pá mudá, era muita mudança”* referindo-se às relações de trabalho em diversos lugares interioranos dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso:

Quando os tiu vei, vei u ti Tôim, e otrus qui vei direto pra lí, aí ele ficô mei preocupado porque tinha as crianças piquenu, aí ele resorveu fica mais tempu lá até essas crianças cresce mais, éra us ti udu meu pai, eles tá até interrada alí em Vicentina. Aí ele ficô preocupado e num vei, aí ele foi trabaiaá cus zotro lá, e vei aquela dificuldade, qui cinquenta e nove ele pranto umas roça de algodão agregadu e cinquenta e nove, sessenta, sessenta i um deu uma istiagi forti, im sessenta i dois aí já tinha acabadu tudu u recurso qui tinha i ficô sem nada. Aí im sessenta e dois aí nós vinhemu pu istado di São Paulo, pu interiô, aqui perto de Rosana, qui nós veiu, aí nós num veio mais aqui pa colonização. Aí nós veio lá pra perto de Euclides da Cunha pra trabaiaá na roça de algodão, entri Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio. Quando viemo de lá, nós vei até São Paulo de pau de arara, tivi qui fica uns treis dia lá pra pegá a migração, porque só tinha migração até Teodoro Sampaio, tinha qui isperá pra acha uma vaga até Teodoro Sampaio. U pau de arara éra im torno de setenta pessoa num Chevrolet Brasil, sentado em cima di bancu di pau, cuberto di lona, abertu a latera, intão foi sete dia di viagem, de

lá da, da Vage da Pedra até a capital de São Paulon na istrada di chão. Di São Paulo até Teodoro Sampaio nós vinhemu di trem, aí nós pegamu carona num caminhão até Euclides da Cunha, qui na época, Euclides da Cunha só tinha um buteco, éra u buteco du Chico Preto qui chamava na época. Aí daquele buteco alí, nós chegô já éra di noiti, purque de Teodoro Sampaio até Euclides da Cunha nós gastemo um dia di caminhão, éra chão batidu. Posamo im Euclides da Cunha e nu outro dia di manhãzinha tinha uma jardinêra qui fazia Rosana, aí nós vei di jardinêra, qui foi mais um dia interim, di Euclides da Cunha até a Fazenda Areia Branca, qui éra ondi nós ficava. Éra u pai, a mãe e mais oito fio, já tinha nascidu mais dois, aí di lá qui nós passo pru Paraná, fumo pra Diamante do Norte, im mil novecentos e sessenta e cinco, pruma fazenda pu um ano, um ano e poco, nu serviço di empreitada, di culheta di café, era Fazenda Reinaldu Remu Massi, pessoal qui é di Ivinhema agora, era colonizadô. Di lá nós morô numa fazenda im Nova Londrina. Aí nós disceu pru município di Marilena, naquela época num era município. Aí nós ficô lá na Fazenda Portão de Ouro um anu i poco, inicio de sessenta e sete até sessenta i oito. Essas mudança era purque acabava u serviço num canto, cê ia procura otru, as galinha já sabia até muntá nus pau de arara pá mudá, era muita mudança. Aí foi desse tipu qui nós foi viranu. Era tudu di poco tempu. [...] Aí foi uma situação qui aconteceu cum nós, qui até setenta e dois, u patrão vendeu a propriedade, aí nós vendemu a roça juntu pu novo dono, aí u patrão comprô um sítio aqui nu Ivinhema, ia trazê nós todo pra cá. Aí quando u pai viero cum zotros pra Ivinhema era im setenta i seis, eu num vim, purque peguei um serviço na Veloso Camargo, trabaiano di tratorista. Aí nesse período eu fiquei di setenta e seis, aí qui im outubro di setenta i nove qui eu mais ela casô im Marilena, ela é di Nova Londrina. Aí im abril di oitenta qui eu vim pu Ivinhema, vim pa tocá um café, inté foi meu irmão qui arrumô, na Gleba Azú, a família tava tudo nesse mesmo sítio, pai, mãe, irmão, tudo. Só a irmã mais véia, casada, tava na Bahia. Um ano toquei café, aí mais um ano toquei mandioca, aí tava mei difiçu, eu fui, virei vaqueru numa fazenda pu cincü anu, cincü anu trabaiei di vaqueru na Fazenda Flô da Mata. Issu im oitenta e cincü, eu já tinha us treis fi. [...] Ficamu cincü anu ali, aí quandu começo u movimentu pela CPT di terra né!, movimento di reforma agrária, aí eu comecei participa através du sindicato i a gente foi mexendu, qui u sonhu era pegá a fazenda lá di Novo Horizonte né, qui era da Someco, uma fazenda qui era pra sê desapropriada, aí terminô qui nós num fiquêmu, purquê foi a época dus brasiguai qui u governu nigociô cu povu da frontera qui tava nu Paraguai i punho us brasiguai alí. Eu já era assuciado im sindicato dus trabaiaidores rurais desde Nova Londrina. U sindicato naquela época, ele tinha uma função du, du, di ajudava, tinha muitas coisa, qui nem nu sindicato, qui nem Nova Londrina tinha dentista, tinha médicu, tinha assistência, si precisasse di um advogado eles tinha parceria cum advogado. Aí foi, u sindicato tá diminuídu, tá sufridu hoje, inclusivi até a gente é culpadu, a gente num tá paganu im dia, eu mesmo num tempu desses pra cá eu nem fui nu sindicato, mais eu tenhu qui í lá quitá us. Us associadu disanimô cum u sistema, a maioria é pur issu, é qui u própriu sindicato ficô, ta difícil, tá sufridu prus líderes, foi tiranu us pudê dus sindicatos, us sindicatos hoje tá judiadu, tá difícil prus qui trabáia, qui lida cu sindicato, tá difícil pra eles. (Relato de Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas-BA, em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

A motivação para a emigração do pai do senhor Joaquim Alves Barbosa se deu em associação à de outros familiares que anteriormente migraram para a cidade de Vicentina,

naquele momento, estado de Mato Grosso. Segundo o relato, o pai não veio junto com os familiares pela preocupação com as crianças, porém com a seca de 1959, a alternativa foi migrar com a família, e acabaram vindo trabalhar em fazendas de café, que se deu primeiramente no interior de São Paulo e após algum período, no Paraná. Nesse contexto, a mobilização de contingente populacional para a expansão das fronteiras agrícolas na chamada “Marcha para o Oeste Paulista”, estava condicionada ao desenvolvimento de práticas agrícolas que demandava de trabalhadores principalmente o plantio e cultivo de café.

De acordo com Monbeig (1954, p. 196), “na paisagem agrícola dos planaltos, uma certa ordem imposta pelas condições físicas. Plantações de café nos espigões, culturas de algodão nos ressaltos, e pouco acima dos fundos dos vales, pastos ou matas no fundo”. Essas áreas também estavam associadas ao processo de colonização de diversos municípios, como o de Rosana (SP), situado à margem esquerda do rio Paraná. Nesse período, Rosana era distrito, primeiramente do município de Presidente Prudente e posteriormente de Teodoro Sampaio, sendo emancipada politicamente no ano de 1990. Os municípios de Nova Londrina, Marilena e Diamante do Norte, no noroeste do estado do Paraná, tiveram emancipação política entre os anos de 1955 e 1958. O trabalho na roça de café em uma fazenda no município de Nova Londrina, de propriedade do colonizador de Ivinhema, Reynaldo Massi, possibilitou a família do senhor Joaquim Alves Barbosa a migrar para o trabalho no meio rural do município, até então, no estado de Mato Grosso.

Evidenciamos que no processo de expansão das fronteiras agrícolas, as políticas para ocupação do Oeste brasileiro condicionaram a reorganização de áreas no oeste paulista, Noroeste paranaense e leste mato-grossense, atraindo migrantes nordestinas/os que, motivados pela oferta de trabalho, participaram com sua mão de obra na reprodução econômica e socioespacial.

No processo de reorganização espacial, vinculado à ocupação do oeste brasileiro pelo projeto da Marcha para Oeste, o relato do senhor Manoel Antônio Apolônio Filho evidencia a participação de migrantes nordestinas/os em áreas de colonização no município de Vicentina, que estava associada ao desenvolvimento da CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados:

U mutivu foi esse: tinha uma irmã que era casada cum cára e o cara éra desses cára qui gostava muito di jogá, bebê, aí intão, ele tinha um irmão, até chamava Genuínu, ele éra anão, e ele, a profissão dele éra carregá gente de lá pra cá, pau de arara, aí tá, aí ele conseguiu ganha um dinheiro, eu sei qui ele conseguiu compra um bár alí em Vicentina, aí na ota viage ele chamô o meu cunhado pá vim, pá toma conta desse bár. Aí, a minha irmã falô, áh

papai eu quiria qui o sinhô dexasse Manuel í cumigo pra sirví di cumpania até uns tempo purquê u João tem veis que ele sái di casa, vem cum uns dois dia, treis dia, aí naquilo meu pai dexô. Aí nós vinhemo di pau di arara, gastemu, lembu Cuma si fosse hoji, gastemu onzi dias prá chega alí im Vicentina, nós vimu dirétão. [...] A viagi foi assim, nós viajava, pur ixemplu, mei dia se chegassi num lugá qui tivesse um córgo um rio, alí ficava um poco pru pessoal fazê cumida, i si chegasse nu horário de meio dia, parava a mesma coisa, pra fazê cumida, a janta a mesma coisa, i nissu foi a rotina até chega num pontu di discansá e fazê cumida né! [...] Cheguei em Vicentina no ano de 1972, meis di janero, comecim do ano de 72 né? Aquele tempo tinha muito serviço aqui, colheta de algodão, terra assim prá arrenda, o dono do lote fornecia pru trabalhado. [...] Im Vicentina, Cuma eu falei, o irmão du meu cunhado tinha um bár, aí ele foi tocá u bár, aí fiquemo alí poco tempo, fiquemo tris meis, aí eles já brigaru e discombinaru. Aí nós viemu alí pra linha Guassú, colhê algudão, alí é colônia federal né, a linha Guassú é a próxima do Barrerão, que hoje é a pista que vai pra Dourados, e a linha Guassú, justamente sai em Vicentina né. Aí fumo morá num sítio, éra colônia federal de doze alqueri e mei, naquele lote nós tiremo a culheta de algodão, aí depois o patrão deu terra prá meu cunhado tocá né, éra arrendado por dois anu. Aí depois eu saí da cumpahia du meu cunhado né, aí fui trabaiaí im fazenda de peão. Trabalhei em várias fazendas. Aí naquilo qui eu disapartei du meu cunhado, é, tinha um bucado de ciarense, qui nós tinha vindo junto du Ciará, soltero, aí nós, lembu Cuma si fosse hoje, nós, si encontremu alí im Glória de Dourados, aí mi convidaru pra mim í trabalha cum eles lá na Fazenda Santa Rosa, fica aqui na linha di Ivinhema qui vai pra Naviraí. [...] Aí nós Cuma éra trabalho di pião, tinha um ciarense qui éra o chefe da trinca né? Aí nós fiquemo assim, trabalhano de fazenda em fazenda, trabalhamo im várias fazenda. Saímu de lá viemo trabalha aqui na SOMECO, alí na SOMECO nós acampemo bastante tempo hein, nós éra uma trinca di oito ciarense, trabalhava tudo junto, nós si conhecia do Ciará, se dava igualmente irmão. [...] Nós fizema muita empreitada, ganhemo dinheiro, uns voltaru pro Ciará, eu fiquei. Foru lá passió e depois voltô, aí eu num quis í. (Relato de Manoel Antônio Apolônio Filho em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

O relato ressalta que o movimento migratório que ocorreu para a região no contexto de criação e organização da CAND, pois o município de Vicentina, que teve sua emancipação política no ano de 1989. Era naquele período, ainda Vila e depois Distrito, que ocupava o posto de Subsede da Administração da CAND.

Ao acompanhar a irmã e o esposo, o senhor Antônio Apolônio Filho, participou do processo migratório que atraiu grande contingente de migrantes nordestinas/os e possibilitou a participação desses migrantes nos novos lugares de vivência. Foi nessas vivências, pelo trabalho em fazendas nos municípios de Vicentina, Glória de Dourados e Ivinhema, que o migrante teve contato com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o aproximando da possibilidade de aquisição de propriedade rural pelo projeto de Reforma Agrária. A relação com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ocorreu também ao migrante, que após as passagens por fazendas no oeste paulista e noroeste paranaense, estabeleceu moradia no

município de Ivinhema. Os dois migrantes, que em diferentes contextos de trajetórias participaram do movimento migratório para áreas de colonização do Leste e Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, vão se somar aqueles trabalhadores que viveram trabalhando na terra e lutam pelo acesso a uma parte dela.

No caso do casal José Freire e Maria Marizinha Marinho, a ligação com a área da CAND se deu pela ligação com os parentes que anteriormente vieram e se estabeleceram no município de Itaporã. A vinda para Itaporã em 1972 estava associada a vários dilemas na vivência da família no Ebron, distrito do município de Acopiara, no Ceará, conforme o casal comenta:

Sr José: Nós saímo de lá por causa da seca, saímo de lá pro município aqui di Itaporã, morava uns irmão aí, viemo direto pra casa do irmão, em Piraporã. Ah rapaiz, duas coisa qui eu posso falá com convicção, eu nem gosto de falá, é, até hoje eu considero a pió coisa da minha vida, a saída lá do Ebron, eu até já passei até dois ano de cama doente, acamado, mais eu considero como a pió coisa que aconteceu na minha vida foi saí lá do Ebron, eu saí em setenta e dois. [...] Dona Marizinha: Nós dentu do ônibus partindo pra cá aí papai quiria muito qui nós viesse, aí ele pois aquela música, não lembro agora quem é o cantô, 'se algum dia, a minha terra eu voltá, quero encontra as mesmas coisas qui deixei', aquilo, ainda hoje eu lembro, ave Maria. [...] Sr José: Quando eu cheguei em Piraporã eu estranhei duas coisa, a cor do barro, qui eu vou ti falá, lá era barro vermelho e outa coisa qui eu estranhei foi qui eu vi a mistura de raça, qui lá no Ciará, é só ciarense, quando alguma mistura, muito poca, dos estados vizinho também nordestino, Paraíba, é du Pernambuco, mais é só ciarense e daquele lugá. Quando cheguei aqui, uma misturera di tudo quantu é raça, eu disse, num vô casá meus filho aqui não. Mais no fim eu fui percebê qui num tinha nada a vê. Eu vim de olhos fechados pode dizê, mas a minha atitude era comércio. Eu trouxe as ferramentas e tive que infrentá uns dois anos na profissão, porque num achei outra boca, depois fiquei um ano na agricultura também lá, plantei e a chuva inguliu tudo, aí depois entrei nu comércio dinovo, encontramo muita dificuldade, mais eu percebia qui era porque eu qui tava desorganizado, num era o lugá, o lugá é bom, mais depois já peguei o batente, já comecei a niguciá, eu tive um pouco de comércio de mercearia mais num deu pra continua, aí eu comecei trabalhá com confecção mesmo, mais vendeno nos sítio, depois coloquei uma lojinha lá em Douradina, fica seis quilômetro de Piraporã, ia i voltava todo dia, já tinha carro na época. Fiquei lá quatro anos mais ou menos. Depois eu mudei pra cá com a lojinha, eu sempre gostei do comércio, meu negócio é comercio. Eu já tava fixado no lugá, feito muita amizade, eu sempre digo assim, quandu eu mi mudo pro lugá ou eu faço amigo ou mi mudo dele, tenho uma facilidade muito grande de fazê amizade. Pra você tê uma ideia, dois irmão qui eu tinha lá, há uns quantos anos e ninguém inxergô eles, i eu di cara logo, questão di uns dois ano por aí, um cara di muita influência, qui até hoje mora lá, o prefeito falô pra ele, ó preciso arrumá um juiz de paz, lá pra o distrito, nois vamo montá um cartório, preciso de um juiz de paiz pra fazê casamento, pra fazê paiz. Aí o cidadão foi direto na minha casa mi convidá. Falei, mais rapaiz cheguei aqui ontem, e você já vem, ele diz, não, é você, num tem conversa mais. E daí fiz o que era necessário, fui a Dourados e lá fui autorizado pelo, até

lembro do juiz qui mi autorizô, Dr Alexo Paraguassú. Eu fiquei seis ano lá sendo juiz do Distrito, e é uma coisa boa porque o cara faz parte do judiciário, eu até tenho a carterinha até hoje, eu só tinha o quarto ano do primário. Juiz de paz era numa necessidade, num final de semana, mais eu trabalhava no comércio normalmente. [...] Minha saída de Piraporã se deu porque meus filho começaram a ficá adolescente e precisava completa estudo né, i lá num tinha estudo suficiente pra eles, aí nois tinha qui mudá pra uma cidade maió, aliás, uma cidade onde tivesse o estudo pra istudá, né. Olha eu sempre fui muito cismado com Dourados, ali pertinho do Paraguai, muita coisa alí. (Relato de José Freire de Araújo e Maria Marizinha Marinho em entrevista com gravação de áudio em 01/03/2018)

A saída da família do Ebron é marcada por forte sofrimento, como se estivessem perdendo parte de suas vidas porém, pelo relato, a procura de lugar que possibilitasse uma condição favorável ao desenvolvimento pessoal e social dos filhos aponta para uma contradição na motivação da emigração, ao qual relacionamos os apontamentos de Sayad (1998) sobre a condição do emigrante:

Levados, quase que no mesmo ato ou mesmo discurso, ora a queixar-se, ora a alegrar-se, com sua emigração, ora a deplorar, ora a elogiar sua condição, os emigrantes conhecem entretanto situações e momentos de crise que os fazem sentir de forma mais aguda a experiência dessas contradições. (SAYAD, 1998, p. 226)

Após o longo trajeto, a chegada no lugar de destino vai condicionar a família para outra série de dilemas, como a diferença de ambiente e a mistura de “raça”. As relações no novo lugar, com os parentes, os trabalhos, promoveram situações de vivências nos dez anos em que lá ficaram e que levaram o senhor José Freire de Araújo a querer procurar outro lugar. Essa procura nos faz pensar sobre fatores que contribuem para o preconceito ao lugar. Estando numa região de fronteira, no caso entre o Brasil e o Paraguai, no contato com pessoas vinculadas aquela sociedade, o migrante parece contradizer a fala, onde tentou desviar o sentimento de preconceito ao dizer que, *“precisava completa estudo né, i lá num tinha estudo suficiente pra eles”* e ao ser questionado sobre a proximidade com Dourados, que no caso se enquadraria no que ele supostamente procurava, *“aí nois tinha qui mudá pra uma cidade maió, aliás, uma cidade onde tivesse o estudo pra istudá”*, o migrante revela que *“olha eu sempre fui muito cismado com Dourados, ali pertinho do Paraguai, muita coisa alí”*. Albuquerque Jr. (2012, p. 11) diz que *“O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça”*. Podemos dizer que o migrante nordestino demonstrou preconceito frente a emissão da negatividade colocada para a região de fronteira e ainda a relação com a resistência pela identidade de pertencimento ao lugar de que saiu. Ainda em relação ao preconceito de lugar, Albuquerque Jr. enfatiza:

O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato de pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar, no campo religioso e nos campos de costumes e ideias. (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 11)

Ademais, temos no relato de Edival Freire, nascido na Vila Ebrom, em Acopiara, Ceará em 18/08/1963, filho do casal José Freire de Araújo e Maria Marizinha Marinho, a lembrança com o lugar na sua infância, onde viveu até os nove anos de idade, as relações com os parentes e a motivação da família para a emigração:

Em Acopiara eu morava num vilarejo chamado Ebrom. Nós viemos de ônibus, mas meus tios viéram di pau-de-arara. Meu pai sempre foi de pensa no futuro dos filhos. Meus primos lá no Nordeste, criou-se e foi tudo embora pra São Paulo, pra Fortaleza, não tão mais lá, porque lá não tem nada, não tem como você crescê. Meu pai tinha uns irmão aqui e chamava a gente pra vim pro Mato Grosso, porquê aqui você ganha dinheiro, no Nordeste não tinha possibilidade. Você vai vendê uma vaca pra uma pessoa, aqui você vende cem, num chove. Meu vô falava assim pra minha mãe: Marizinha, a mulher quando casa tem que acompanhá o marido, e outra coisa, se vocês fica aqui, seus filhos vão crescê e í embora daqui, aí vocês vão fica longe dos seus filhos, e lá vocês vão tá junto. E hoje nós mora todos aqui em Nova Andradina. [...] Pra saí, em cima de um caminhão, música do Luiz Gonzaga, Triste Partida, aquele choro, eu e minha irmã chorando, pensando, meu pai vai voltá pra trás, a gente chorava todo dia, não podia escutá uma música do Ciará. Eu era criado com meu avô, vixi Maria, foi uma tristeza da bixiga. Uma dessas família que veio junto voltô pra trás, qui era o irmão da minha mãe, não aguento fica aqui. E pai foi ali, aguentano, aguentano e a gente foi esquecendo do choro, foi se inturmano, se inturmano e hoje pro Ciará, acho qui só di passeio, porque, continua o mesmo ruinzinho lá. (Relato de Edival Freire em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

No relato de Edival Freire, vemos a relação de identificação cultural pela propagação ideológica do Nordeste presente na música “Triste Partida”, do compositor Patativa do Assaré, interpretada pelo cantor Luiz Gonzaga. Nesse contexto, o Nordeste representado na música acaba por influenciar a identidade pessoal e a idealização de uma cultura nordestina vinculada às dificuldades socioeconômicas do lugar. Percebe-se, pelo relato, vários elementos contrários a migração, como o choro das crianças, o pensamento de voltar pra trás, que associados ao “ir aguentano, esquecendo, se inturmano, e o acho qui só de passeio”, contribui para o entendimento de que, pela mudança, os migrantes vão reconstruindo suas relações e se

readaptando de acordo com a socialização nos lugares que se vinculam. Mondardo (2012) corrobora com essa concepção ao tratar da questão da transterritorialidade:

Mudar de espaço, portanto, implica em mudar de territorialidade que pressupõe, dentre outros elementos, “mudança” de significados, de símbolos, de modos de ver e sentir, de comunicação; relações que eram produzidas em outro território e que agora são reproduzidas em um novo espaço, em novo contexto, com novas pessoas e novas relações. Assim, mudar de espaço é “carregar” consigo valores de outros lugares que serão “adaptados”/“contrastados” ao novo lugar, as novas pessoas e as novas relações. (MONDARDO, 2012, p. 51)

Continuando no relato, temos na descrição da chegada e vivência em Itaporã, as novas relações com o lugar, pelo trabalho, pelo recomeço nos estudos, e a afirmação do preconceito que motivou o pai a querer se mudar, pelo perigo de morar no espaço de fronteira, frente a idealização de violência nesse espaço. José Lindomar Albuquerque Junior trata das representações da fronteira entre Brasil e Paraguai, relatando a negatividade difundida nesse espaço ao afirmar que “A região de fronteiras é também geralmente vista pela imprensa e pelo imaginário popular como um lugar perigoso, espaço da ilegalidade, da contravenção e da violência” (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 37). Assim conta Edival:

Tinha uma tia minha que dava aula, não lembro se era do município ou se era particular, Tia Zézinha foi minha primeira professora. Não lembro até que série estudei lá, porque quando viemos pra cá, pra Piraporã tivemos que começá tudo do zero. Chegamos aqui, o pai sem nada, a gente morô acho que quinze dias, trinta dias, na casa de um tio meu qui já morava aqui, chegou em cinquenta i oito. O dinheiro acabou lá em Dourados, só deu pra chega em Dourados. Aí o que acontece, meu pai sabe fazê um monte de coisa, sabe cortá cabelo, sabe trabalhá em açougue pra escarneá gado, é sapateiro, meu pai aprendeu muita coisa. Aí o qui acontece, logo minha mãe ingressou na secretaria da escola e ele começou a fazê calçado, lá em Piraporã, ele fazia tipo, dez par dessa chinela slíp, de couro, muito gostosa né, isso não tinha aqui naquela época. Meu pai ficou órfão com catorze anos e meu vô deu pra ele, tipo, uma selaria, montada, e ele aprendeu a profissão. Fazia de sapato a rôpa di corô pá vaquêro. O pai fazia cada coisa, pensa num trôçu chiqui. Em Piraporã o pai começô a fazê os calçado e vendê na rua, a mão continuou na secretaria, depois a mãe começou a fazê bolo e vendê nos campo de futebol. Depois a gente pegou o empleiti de arrancá amendoim, foi que eu comprei minha primeira cama de campana, então foi muito sofrido nesse tempo, eu era o mais velho, meu pai empleitava lá, era raliá arroz, mas a gente era criança né, eu e minha irmã. Daí dali di Piraporã fui creceno, fui estudando, meu pai foi aumentando o comércio, a gente tentô com lavoura mas levou pau nas primeiras plantações, perdeu uma lavora de feijão, uma de arroz, uma de soja, perdeu tudo. Meu tio já trabalhava com roupa lá pros lado de Rio Brillhante e falô: Zé Lima vamo mexê com roupa, te levo pra São Paulo. Aí pai foi pra São Paulo, começou a compra ropa lá, foi aonde a gente deu mais um impulso. Aí vendia roupa de charrete junto do meu pai, ia pra Douradina, doze quilômetro de charrete. Eu como o mais velho sempre andava com meu pai, estudava e trabalhava. Da charrete ele comprô um

fusquinha e foi indo. Eu cheguei com dezoito ano e meu primeiro emprego foi de cobrador de ônibus, de Piraporã a Dourados, era Viação Dourados, não sei se ainda tem. Trabalhei só um ano de cobrador, aí a coisa ficô ruim dinovo, meu pai sempre tinha medo da fronteira, era muito perigoso a fronteira, ele tinha medo da gente entrá no ramo de contrabando, de querê andá armado, qui sei lá. Aí ele falô: vamo muda daqui. Aí a minha mãe falou assim: daqui eu só mudo quando conhece a cidade. Do Nordeste pra cá ele veio no escuro, só pelos irmão dele. (Relato de Edival Freire em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018).

Pela idealização de violência atribuída aos lugares, abordaremos o relato da prima de Edival Freire, Kátia Cilene Gonçalves Marinho Ramos, também emigrante da vila Ebron em Acopiara, no Ceará, que perdeu o pai num ato de violência, conforme ela diz: “numa briga de família que durou mais de quarenta anos”, sendo ele “a décima sétima vítima” onde, o “avô”, “um delegado sem título”, “um chefe dali”, “qui foi o pivô”, ao qual ela faz relação do ocorrido com o pai a “essas coisas meio que clandestina, da região nordeste do Brasil, tinha antigamente né? Tipo assim, Lampião e Maria Bonita”, “alguma coisa assim desse tipo”.

Eu nasci em Acopiara no Ceará, na verdade é assim, eu não morava em Acopiara, imagina Acopiara como uma cidade no porte, talvez Ivinhema hoje, si é qui cresceu né, porque eu saí di lá, a última vez qui eu vi Acopiara foi quando já casada aqui em Mato Grosso do Sul, a última vez qui eu vi Acopiara foi em julho de dois mil e três. A cidade era Acopiara mais nós morávamos num distrito, na verdade era uma vila chamada Ebron. No Ebron eu fiquei até treze anos. [...] Meu pai era agricultor, tinha as terra dele, plantava, tinha gado, tinha cavalo, tinha ovelha, tinha cabra, mais, os últimos anos ele se transformou em funcionário público, nada de concurso, era assim, só questão de política. Meu pai era uma pessoa muito conversadêra, muito envolvida, meio presidente de bairro, essas coisas. Meu pai tinha um cargo, era assim, meu pai tinha qui í toda a noite acendê, liga o motor qui acendias as luzes da vila, hoje é energia lá, mas teve um período que era a motor, e quando a água do açude acabava, tinha um chafariz di água salobra, í meu pai tinha também a função di í todo dia abrí as torneira pro povo enchê as latas d’água, leva na cabeça pra casa. Ele se transformô em funcionário público, i é tanto qui ele conseguiu direito, porque, quando ele foi assassinado em oitenta e cinco, qui a minha mãe vei pra cá, ela teve direito e tem até hoje a essa pensão deixada por ele. [...] Meu pai foi assassinado no Ebron, numa briga de família que durou mais de quarenta anos i qui ele foi a décima sétima vítima. Meu avô qui foi o pivô di tudo, ele era um delegado, desses bem corrupto como diz hoje, mais não era delegado de título, ele nem estudô pra tanto, mais era assim, um chefe dalí né? tudo passava assim pela mão dele, sabe aquela pessoa carrasca qui ganha aquele respeito das pessoas, qui tudo aqui eu tenho qui assiná, essas coisas meio que clandestina, da região nordeste do Brasil, tinha antigamente né, tipo assim, Lampião e Maria Bonita, alguma coisa assim desse tipo, ele era assim, í tudo qui as pessoa ia fazê tinha qui passá por ele. I aí, quando meu pai ainda namorava a minha mãe, parece qui ele robô uma mulher casada, foi pra Pernambuco, ficô juns ano escondido, Piauí, i depois ele voltô, construiu uma casa em cima da serra, i aí começou as intriga da família, dessa mulher dele, qui não era minha vó legítima, com a família dele. Aí, até qui chegou o dia di matarem

ele, matarem a esposa né, a segunda mulher. Aí todo mundo vei embora, os irmãos do meu pai foram tudo se espalhando, e meu pai ficô. Ficô porque não devia nada pra ninguém, alí ele tinha as coisas dele, qui dali ele não ia saí, mas de tanta pressão dos amigos, dos familiares ele ainda chegou a vir aqui pra Mato Grosso do Sul, o tio Zé Lima, pai do Edival foi busca ele, abriu uma lojinha pra ele em Taquarussu, i ele ficô seis meses aqui, mas a cegueira de voltá pra lá. Ele veio sozinho direto do Ceará prá qui pro Mato Grosso do Sul, mais ou menos começo de oitenta e cinco. Quando ele voltô lá em novembro di oitenta i cinco, primeiro de novembro de oitenta i cinco qui ele foi assassinado. Então assim, foi só ele chegá, e o outro lado lá do coronel acha qui ele tinha ido pra vingá a morte do pai dele, era isso, vingava qualqué pessoa da família. E no caso ele só quiria í porque minha mãe tinha ficado, ela era professora, tinha o cargo dela, eu tava estudando em Fortaleza, meu irmão tava estudando em Acopiara, i ele quiria, quinão si adaptou muito aqui, apesar di que, diz os meus tios qui ele engordou quase dez quilo aqui em seis meses. A esperança era ele gosta daqui, se adaptá e busca minha mãe. Ele não gostô, ele não se adaptô. A minha tia dizia qui todo dia ele falava, qui tinha saudade da minha mãe, dos irmãos, das vacas, di tudo, tudo qui ele tinha deixado pra trás. Aí ele foi só pra morrê, mataram ele dentro de casa. [...] Eu já tava em Fortaleza né? minha mãe, o segundo tiro qui deram nele pego na parede e voltô pra minha mãe, ela ficou com uns chumbos, qui ela tem na perna até hoje, mais ela ficô em coma um tempão. Aí os meus irmãos, dois foram embora pra Bahia pra casa di uns tios qui já tinha fujido, desde quando o pai foi assassinado né, todo mundo caiu fora, todo mundo sabia qui não era coisa boa né. Mais meu pai achava qui por ele não tê mais muito vínculo com a família do meu avô, era mais por parte do meu avô por parte de mãe, qui era uma família muito católica praticante, qui fundô esse lugar, com esse nome bíblico, qui fundô a primeira igreja, qui tá lá até hoje. Ele achava qui jamais ia sê atingido. Os outro nunca voltô até hoje, até as mulheres. Minha mãe ficô em coma, aí ficô os filho todos separados nas casas dos tios. (Relato de Kátia Cilene Gonçalves Marinho Ramos em entrevista com gravação de áudio em 19/03/2018)

A intriga ao qual o avô paterno de Kátia Cilene esteve envolvido, surgiu do descontentamento de uma família de quem “parece qui ele robô uma mulher casada”, iniciando, assim, um ciclo de vingança familiar que se assimila a contextos de violências propagadas sobre a região Nordeste, nas disputas por terras, nos conflitos de cangaceiros, como mencionado, “tipo assim, Lampião e Maria Bonita”. Na obra “Vingança, Não!” do Padre Francisco Pereira Nóbrega, na qual é retratada a briga de família envolvendo seu pai e a ocorrência de mortes movidas por vingança, ocorrida no início do século XX, verificamos a relação entre a honra e o dever do familiar numa idealização de continuidade da violência:

A vingança era um dever sagrado. Um dever que os filhos herdavam de qualquer pai assassinado. E seria vergonhoso, seria desonra inominável, numa família enlutada pelo homicídio, não aparecer o vingador. O próprio povo atiçava o ódio: “você não é homem”. “Não há homem na sua família”. “Gente mole assim, é melhor vestir saia”. Era assim que se dizia. Ai de quem não se vingasse. Iria passar a infância ouvindo isso e ver nasce-lhe o bigode, ainda ouvindo. Iria passar a vida humilhado. E por isso a vingança terminava chegando. (NÓBREGA, 1989, p. 25)

A memória da violência no Nordeste vai se associando como expressão de um costume e tradição de um povo, de um lugar, e se desdobra no imaginário popular, “que continua reforçando dados preconceitos em relação ao morador da região”. (Albuquerque JR, 2012, p. 126)

Também no imaginário popular se desenvolve a ideia de que a/o migrante nordestina/o migra frente a dificuldade socioeconômica do lugar em que vive, o afastando do poder de livre escolha, de busca de oportunidades, como discorre Guillen (2001):

Migrar é, em última instância, dizer não à situação em que se vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de vida melhor ou mesmo diferente. O problema está no fato de que numa vasta produção discursiva, retirou-se do migrante a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria. Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras através de seus projetos modernizantes. (GUILLEN, 2001, p. 5)

A partir da escolha que fez e ainda pela ligação com uma prima de sua esposa, que havia migrado anteriormente para Brasília, que o senhor Marcionílio Pereira Santos, nascido em 04/12/1934, no município de Lagoa Nova, na Bahia, onde viveu na fazenda por 53 anos, conta sobre sua decisão:

Criei os filhos na roça, na enxada, plantando mandioca, fazendo farinha pra vendê, ia pro sul roçá cacau, trabaiá pra cria os filhos, estuda e trabaiá né. Saía pa trabaiá no sú, no sú da Bahia, roça de cacau, cortá com facão, a muié ficava com os fio piqueno. [...] Trabaiei treis anu im Brasília, aí dentru desses treis anu fui treis veiz em casa, di anu im anu, trabaiáva na Camargo Corrêa construíno Brasília, eu pegava uma féria, pegava um avião e ia pra casa, ficava quinze, vinte dia. Tinha um primu dela qui morava lá, morava im Brasília, cheguei lá na firma, aí tinha a cidadinha lá. Quando eu fui a primêra veis, foi cinco dia de viagi, de Vitória da Conquista pra Brasília, cinco dia, caminhão véi, cum carga de chumbo, nós ia im cima da carga, seis, ia seis im riba. Com quatro anos de casado. [...] Cheguei na casa de meu pai e disse, pai cê qué compra aquela novia? Eu tinha uma novia, aí pai disse você qué vende? Pra que? Eu disse, vo pro Mato Grosso do Sul, aí meu pai era rézão aí Rá, Rá, Rá, mais tá parecendo Mato Grosso, não acreditou, era de noite, quinta-feira de noite. Aí foi sexta-feira de manhã cedo eu zarpei pra Poções, quando eu cheguei na estrada, é, a dita novia, encontrei um fazendero e disse, você qué compra aquela novia? Você vai vende? Eu disse, vô. Puquê? Eu disse:vô pro Mato Grosso do Sul. Tá doido? Quanto tu qué nela? Eu disse: eu dô pu quinhentos conto. Ele perguntô: Tu vai pra Poções? Vô. Naquilo chegou a caminhonete, aí me pergunto: ô você vai pra Poções? Eu disse vô. Você tem farinha? Tem. Quantos sacos? Vinte. Então vamos pra Poções, bora. Fui pra Poções, negociemo a farinha, Teteu falô: Eu fico com a vaca, a novia. Já foi no banco, pegou o dinheiro, já me imborsô, eu já fui na rodoviára, na agência comprei a passage pra Sum Paolo, perdi a cabeça né. Aí quando cheguei lá em casa, cheguei com a passagem no bolso, dinheiro! Dinheiro no bolso, passage tudo, pra viajá no outro dia. Minha

caçula tinha oito anos, os fi já era tudo criado. Aí eu entrei no ônibus, viajei. Quando eu cheguei em Sum Paolo, tinha um irmão meu que tava em Sum Paolo. Tu tá doido? Pra onde tu vai? Eu vô pro Mato Grosso. Tu num tá doido? Mais quem? Eu disse: sózinhu. Nova Andradina. Eu disse: vamu na rodoviária, quando chegô na rodoviária em Sum Paolo, na Barra Funda, aí ele olho lá, passagem pra Nova Andradina nove hora da noite. Só tem esse ômbu prá lá? Ele disse, só. Todo dia só tem um? Só. Pode í imbora, pode comprá a passage e í imbora que lá, chegan lá vê Zéquinha, todo mundo tomando cachaça. Aí eu comprei a passage e noutra dia vazei. (Relato de Marcionílio Pereira Santos em entrevista com gravação de áudio em 02/03/2018)

No relato do senhor Marcionílio, trabalhador rural, como ele comenta, “criei os filhos na roça, na enxada, plantando mandioca, fazendo farinha pra vendê, ia pro sul roçá cacau”, verificamos a relação da migração para o trabalho na construção civil no período em que Brasília estava sendo construída. No contexto em que a política governamental de criação da Fundação Brasil Central, no ano de 1943, implementada para a ocupação dos “vazios” ao qual estava projetada a construção da Capital Federal no cerrado goiano, Abreu (2014, p. 62) aponta que “A construção de Brasília pode ser considerada um marco nesse processo, pois conduziu milhares de trabalhadores, de várias partes do país, para o Planalto Central”.

Migrantes nordestinas/os, dentre outros, trabalharam no ramo da construção civil nas funções de serventes, carpinteiros, pedreiros, assim como o senhor Marcionílio. Na obra “O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília”, Gustavo Lins Ribeiro (2008), trata do afluxo “desorganizado” e “organizado”, apontando que no caso dos trabalhadores migrantes a repressão ao afluxo de trabalhadores não-qualificados se deu a partir do momento em que passaram a formar no território um excedente de força de trabalho. O interesse por trabalhadores fora do território da construção pode ter sido o motor da forma de afluxo organizado, controlado por órgãos governamentais e empresas particulares, como a citada Camargo Correa:

O Afluxo desorganizado é aquele que a decisão de ir para o território foi tomada pelo indivíduo sem a presença de um aliciador de mão de obra. Ao mesmo tempo, esta categoria significa que o trabalhador tomou conhecimento da construção por outras vias extra propaganda governamental, o que relativiza a importância desta e chama a atenção para redes sociais mantidas pelos trabalhadores. Já o afluxo organizado o trabalhador tem como mediador da sua trajetória um aliciador de mão-de-obra, uma empresa particular ou um órgão governamental com as mesmas funções. É encaminhado ao território da construção por um órgão do Estado com funções explícitas de regularizar a formação e composição da força de trabalho dentro dos limites da produção do grande projeto e sob cujo controle o trabalhador pode permanecer desde a saída do seu local de origem até sua chegada e ingresso na unidade produtiva. Além disso, o indivíduo se inteira da presença da construção e das suas oportunidades com órgãos

governamentais ou as empresas de construção particulares, nas quais já trabalha ou não, que o transferem para a área. (RIBEIRO, 2008, p. 78).

Dentre os migrantes nordestinos, pelo afluxo desorganizado e ou organizado, o senhor Marcionílio não fixou residência no Distrito Federal, retornando à fazenda onde estava a família. A decisão de migrar para Nova Andradina estava relacionada ao contexto em que um filho, o mais velho, tinha migrado anteriormente para o município. No relato também aparece o contato com um irmão que residia na cidade de São Paulo, ao qual o auxiliou na compra da passagem.

Seguindo na questão do afluxo desorganizado, temos no relato do senhor Hermes Almeida da Costa, nascido no município de Pocinho, na Paraíba, em 15/02/1932, a motivação para a migração se deu pelo fato da aposentadoria e o contato com os sobrinhos da esposa, também emigrantes nordestinas/os que já residiam em Nova Andradina:

Eu saí muito criança di lá né, meu pai se mudou pra Santa Luzia, lá me batizaram lá. Não me lembro o período que nós moramos em Santa Luzia porque depois meu pai foi morá em Patos, eu era criança, nesse tempo aí eu não tenho boa lembrança. Em Patos eu lembro, minha infância foi em Patos, Patos era uma cidade grande. [...] Em Patos, eu saí di lá em cinquenta i um e fui serví o exército em Campina Grande, eu fiquei só nove meses, aí eu fiquei em Campina Grande. Trabalhei no hospital Pedro I mais ou menos um ano, aí depois eu saí di lá e me deu vontade de voltá pra Patos, pra casa da minha família. Aí eu fiquei trabalhando lá, vendendo alguma coisa, aí eu me engajei como motorista, já tava com cartêra. Aí meu pai viajava e me butô no ramo dele, no ramo de jóias, í esse ramo de jóias ele me deu uma freguesia numa linha que ele num podia mais viajá, qui meio cansado, aí ele me orientô bem, me apresentô us freguês dele, aí eu fiquei negociando com a mercadoria dele por uma temporada boa. [...] Aí eu tava viajando muito praquelas bandas de Souza, Cajazeiras. Lá um amigo me chamou pra í pra Antenor Navarro, que era São João do Rio do Peixe, porque morreu um político lá e colocaram o nome dele na cidade, agora é que voltô a sê São João Do Rio do Peixe de novo. Lá em São João do Rio do Peixe eu me encontrei com a menina do hotel e ela me informou de uma pessoa qui era muito boa, muito legal, aí então, si eu quiria namorá com ela. Aí eu namorei com ela. Aí namorei, comecei esse namora em maio de cinquenta i cinco, aí nós casamos em junho di cinquenta i seis, foi um ano i um mês di namoro, di noivado, qui eu me casei com ela, a Rita, ela faleceu agora, tem quinze meses. Com ela eu vivi bem, foi sessenta anos e cinco meses, é Rita Dantas, ela é lá de São João do Rio do Peixe, ela nasceu lá e os pais morava tudo lá. Casamos lá e moramos de aluguel num quartinho de dois vãos.

Aí eu crescí no ramo de jóia, eu num parava, pegava muito trem, andava de trem. Mais aí depois, eu já casado com Rita, Rita trabalhava com máquina, era bordadeira. Aí nós saímos do quartinho e fomos morá numa casa. Depois moramos em Cajazeira por dois anos. Aí mudamos pra uma casa em pra João Pessoa. Aí morei nessa casa vinte i seis anos e continuei com o comércio qui era junto da casa. Aí mi aposentei. Aí os menino aqui, Marcos e Francisco me aconselharam vir pra cá, pra cuidá da gente. Eu e Rita acompanhamos o Francisco durante o curso, ele se apertou muito. Quem financiou esse curso dele foi Rita i eu, pra ele pudê fazê a medicina dele até

ele i pro Rio de Janeiro. Quando ele tava lá ele disse que não precisava manda mais dinheiro não qui ele já tava ganhando lá. Aí eu disse pra ele, agora você cuide em ajuda seus irmão pra si formá, aí ele ajudô. O Marco ele ajudô muito poco, porque o Marco tinha um crédito educativo lá, um negócio pela faculdade né, e Marco terminô na faculdade Federal também, ele estudava em João Pessoa, na casa da tia também, da mãe de Fátima. Francisco eram em nove irmãos. Aí ele ajudô Tôinho a fazê engenharia, ajudô o Jean a fazê odontologia, só tem eles quato formado, o mais velho era Francisco. Tem o Luiz qui mora aqui também, ele trabalha com comunicação de rádio, nas fazendas, ele instala antena. (Relato de Hermes Almeida da Costa em entrevista com gravação de áudio em 05/03/2018)

Após a vivência em diversos lugares do interior do estado da Paraíba, no trabalho de vendas de joias, o senhor Hermes se muda e fixa residência na capital João Pessoa, onde passa à função de comerciante. De acordo com o relato, a profissão e a condição socioeconômica do senhor Hermes possibilitou a ajuda financeira ao sobrinho de Rita, sua esposa, no período de sua graduação. Esse relacionamento de assistência contribui para que anos mais tarde, o senhor Hermes e sua esposa migrassem para Nova Andradina, lugar que o sobrinho migrou anteriormente para trabalhar no ramo da saúde, na função de médico.

No contexto da motivação para a migração do senhor Hermes e sua esposa, verificamos que a vinda anterior das/os sobrinhas/os para atuarem no trabalho médico está associado ao contexto da demanda pela oferta de trabalho na cidade de Nova Andradina.

Salim, (1992, p. 125 e 126), aponta que a migração, enquanto um processo complexo de múltiplas feições, “ocorre não como ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno – relação, Processo– social”, associando a dinâmica social da migração a “processos de mudança estrutural em formação social particular”, pela “determinação da mobilidade do trabalho por fatores estruturais, que incidem sobre as condições de distribuição espacial da demanda e sobre o recrutamento e a remuneração”.

Temos então que a migração do sobrinho do senhor Hermes, bem como de seus familiares, motivados pela mobilidade da força de trabalho, ocorreu mediante contato com outro emigrante nordestino, já residente no município.

Assim, migrantes nordestinas/os, que dentre as diferentes motivações são influenciados por políticas de disparidades regionais, por idealização de áreas de “atração” e “repulsão” frente ao modo de produção capitalista, pela subjetividade, por contatos parentais, são constituintes de “um fenômeno social complexo, a migração” (SAYAD, 1998).

Capítulo III

Migrantes nordestinas/os em Nova Andradina: o lugar como relações

Estamos chegando daqui e dali
E de todo lugar que se tem pra partir¹¹

E assim chegaram em Nova Andradina migrantes nordestinas/os, após longo trajeto, nem sempre direto, pois o percurso muitas vezes esteve condicionado a outras trajetórias, por relações de contato entre distintos lugares e diversos sujeitos.

A constituição do imigrante é abordada por Sayad (1998), que o evidencia a partir do contato com a sociedade que o recebe, nos remetendo à significação da imigração frente as relações sociais no lugar: “De fato o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa.” (SAYAD,1998, p.16)

Foi assim que nasceu para a sociedade novandradinense, no ano de 1960, a imigrante Marly, de onde saiu no período de sua infância. A família morou em Mirandópolis por um ano, quando se mudaram para a cidade de Andradina, no mesmo estado. As relações entre a vivência e o trabalho no novo lugar possibilitou à família contatos com outros sujeitos, inclusive com o senhor Antônio Joaquim de Moura Andrade, fundador das cidades de Andradina no estado de São Paulo, Nova Andradina no então estado de Mato Grosso, ao qual o pai da senhora Marly era funcionário de uma de suas empresas:

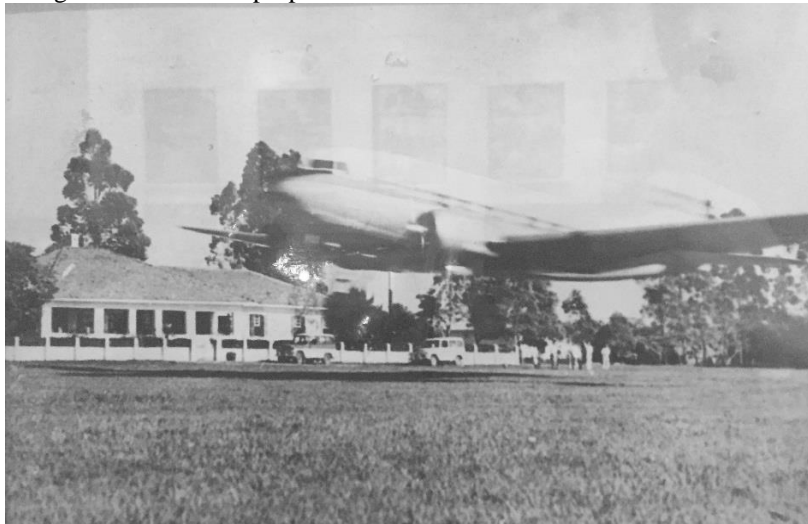
Meu pai foi trabalhar no Frigorífico Bordon, propriedade do Antônio Joaquim de Moura Andrade, que era o fundador daqui de Nova Andradina, o mesmo fundador daqui era o de lá. Foi quando nós viemos pra cá, eu cheguei aqui não sei se foi com 15 ou 16 anos. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Evidenciamos a relação de atração para a produção do espaço de Nova Andradina, a partir da motivação pela oferta de trabalho, ocorrendo por vezes pelo transporte no avião do fundador até as proximidades do lugar:

¹¹ Trecho da música “Chegança”, do compositor Edu Lobo.

Aquele avião era na Fazenda Primavera, meu pai veio de Andradina naquele avião pra cá, era Cruzeiro do Sul. Meu pai a primeira vez que ele veio pra cá, ele veio naquele avião, veio pra conhecê, aí tudo, onde ele ia trabalhá. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Figura 4 – Fotografia do avião de propriedade do colonizador da cidade de Nova Andradina. S/D



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Observando a figura 5, encontramos veracidade no fato do traslado de trabalhadores pelo avião do fundador, como ocorreu com o pai da senhora Marly. O que se percebe é que, mesmo se tratando do avião como um meio de transporte pouco acessível à classe trabalhadora da época, a imagem lembra, pela disposição das pessoas e das cargas, um pau-de-arara, aéreo.

Figura 5 – Fotografia da parte interna do avião de propriedade do colonizador da cidade de Nova Andradina. S/D



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Após a primeira visita do pai a Nova Andradina, a senhora Marly relata a chegada da família, lembrando o primeiro contato e a relação inicial com o lugar, comentando o condicionamento de moradia, de trabalho e descrevendo características da natureza:

Em março de 1960, nós viemos prum sítio, meu pai, pra você vê, meu pai era meio dismiolado, um sítio ali, que ve, ali no Bairro Frutal. Ele ouviu falar dessa cidade nova, que tinha muita terra, pra plantá, que num sei o que, que num sei o que, ele arrendou, até inclusive, o dono da terra que ele plantou algodão ali quando nós chegamos aqui, foi esse japonês vizinho lá que eu cuidava da menininha, que comprou, não sei se é comprado se é grilado, sei lá, naquela época acho que não tinha nada comprado, era tudo grilado né? tinha isso né, meu pai nem isso num soube fazer, aí nós fomos morar lá, uma casinha de pau a pique, tinha cobra, cobra! A gente andava lá pra dentro pra pudê entrar no sítio, e aí, você ouvia onças, aqueles urro de onça assim, à noite! Lá né. Aí a gente ficou morando lá só até colheu o algodão, aí nós vinha aqui pra cidade, vinha a pé, porque carro não tinha. Saía de lá pra vim fazer compra aqui. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A vinda da família para Nova Andradina ocorreu mediante oferta de trabalho, nesse caso, na área rural, sob a condição de arrendamento para o plantio e colheita. Verifica-se a aquisição de propriedade rural em Nova Andradina por um sujeito que fora patrão da senhora Marly na cidade de Andradina. Nesse sentido, entendemos que as relações de apropriação do espaço se dão por diferentes conjunturas sociais, o que, neste caso, perpassa pela produção nos moldes capitalista a partir da articulação entre os sujeitos na configuração do lugar. Em Harvey (2006), encontramos relação da dinâmica no processo produtivo econômico instaurados nos lugares sob a ótica capitalista de investimento e acúmulo de capital:

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis. (HARVEY, 2006, p. 116)

A participação de migrantes nordestinas/os na espacialização de Nova Andradina, observada em diferentes contextos e em diversas circunstâncias, se configura a partir das relações sociais que vão dar significado à concepção de lugar. Tuan (1979, p. 387) aponta: “O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.”

A família de migrantes nordestinas/os ao chegar no lugar demarcado e chamado de Nova Andradina passa a integrar o lugar, que é espacializado pelas práticas sociais, no encontro e no desencontro entre os sujeitos que produzem e reproduzem o lugar através de suas vivências. SOUZA (2013, p. 117) destaca que, “Tão pouco quanto os territórios, são eles,

os lugares, “coisas”; e, à semelhança daqueles, eles também só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas”.

Na mobilidade por entre os lugares, que são dinâmicos, os sujeitos participam de novas relações, interagindo com outros sujeitos e com a natureza. Para além de qualquer poder imposto ao lugar, há nele, segundo SOUZA (2013, p. 115), “a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado”. Massey (2008) destaca que:

[...] todas as negociações de lugar acontecem no movimento entre identidades que estão se movendo. Significa, também, e isto é mais importante para o nosso argumento, que qualquer política que apreenda as trajetórias em pontos diferentes está tentando articular ritmos que pulsam em diferentes compassos. (MASSEY, 2008, p. 225)

Relacionamos a dinamicidade dos lugares pela observação da imagem do “Relógio do Tempo” (figura 6), refletida numa paisagem antiga da área central de Nova Andradina, à política atribuída ao espaço, o que também nos remete a análise sobre o tempo. Em um dado ponto no espaço esteve o ‘Relógio do Tempo’, mas o relógio não resistiu, ruiu, o tempo passou e é contínuo. No local onde esteve o relógio, há um outro monumento, o obelisco. O lugar não é o mesmo, e o tempo não para.

Figura 6 -Fotografia do Relógio do Tempo na área central da cidade de Nova Andradina. S/D



RELOGIO DO TEMPO

Foto Studio

Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina

O “Relógio do Tempo” foi parte do lugar chamado de Nova Andradina. Porém, o espaço ocupado pelo território de Nova Andradina já foi outros lugares, teve outros nomes, foi vivenciado por outras pessoas. Nesse sentido, segundo Massey (2008):

[...] nem tempo nem espaço são redutíveis um ao outro, eles são distintos. Estão, co-implicados. Pelo lado do espaço, há a temporalidade integrante de uma simultaneidade dinâmica. Pelo lado do tempo, há a produção necessária da mudança através de práticas de inter-relação. (MASSEY, 2008, p. 90)

Para a autora, “[...] a vida é tanto espacial quanto temporal [...]” (MASSEY, 2008, p. 56). Nesse contexto, o tempo se revela como mudança e o espaço se revela como interação, indicando a dinamicidade de relações que se dão no espaço a partir da materialização de práticas contínuas, configurando e reconfigurando o espaço. Massey aponta o espaço como dinâmico:

Reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora. (MASSEY, 2008, p. 29)

Para Santos (2009, p. 48), a produção do espaço e a percepção do tempo se dá pela técnica: “A técnica é tempo congelado e revela uma história”. Logo, as técnicas correspondem a um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida. No entanto, a difusão das técnicas e de seu uso sobre o espaço é seletiva. Sobre um mesmo espaço, coexistem “elementos técnicos provenientes de épocas diversas”

No contexto em que o espaço “está sempre no processo de fazer-se”, seja pelas técnicas de “épocas diversas” ou pelas “relações de práticas materiais”, é que se inicia a produção do projeto urbano de Nova Andradina no espaço onde havia outras configurações territoriais.

Essas configurações ocorreram em espaços ocupados por propriedades fundiárias que se desenvolveram posteriormente ao espaço em que habitava o povo indígena Ofaié. Rodrigues (1996, p. 30-31) citado por Dutra (2011, p. 152) corrobora para o entendimento de que nessa área havia tal povo, ao explicitar o relato do Ofaié Athaíde Francisco Rodrigues:

Há uns cem anos atrás, o meu povo Ofaié vivia sossegado, porque tinha muita caça, pesca e mel. Não tinha nenhum invasor. O Ofaié vivia na maior felicidade. Onde que os Ofaié viviam era a margem do rio Paraná. Nossos aldeamentos eram sempre nas margens dos rios. (Rodrigues, 1996, p. 30-31).

Dutra ainda argumenta que, “Hoje, esses rios se chamam Paraná, Verde, Vacaria, Ivinhema, Taquaruçu, Orelha da Onça, Casa Verde, e muitos outros” (DUTRA 2011, p.152).

A configuração territorial do município de Nova Andradina tem início no ano de 1938, quando Antônio Joaquim de Moura Andrade adquiriu terras devolutas do Governo do então Estado de Mato Grosso, através da empresa colonizadora Companhia Moura Andrade & Cia, vindo nomeá-las de Fazenda Primavera.

A Fazenda Primavera estava vinculada ao território do município de Rio Brillante, passando a pertencer ao município de Bataguassu no ano de 1953. Anos mais tarde, Moura Andrade, como era chamado o fundador, estendeu seus domínios territoriais adquirindo as fazendas Santa Barbara, Baile, Xavante e Panambi.

A estruturação de Nova Andradina ocorreu no contexto de expansão das novas fronteiras agrícolas com a ocupação de territórios considerados “despovoados” pela política estatal desenvolvimentista da “Marcha para o Oeste”.

No ano de 1957, o fundador reserva uma gleba da fazenda Baile, objetivando a estruturação da área urbana de Nova Andradina. Até aquele momento, o lugar Nova Andradina estava vinculado como Distrito do município de Bataguassu.

Nova Andradina foi elevada à categoria de município em 20 de dezembro de 1958 pela lei estadual nº 1189, em nota no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, da República dos Estados Unidos do Brasil, na cidade de Cuiabá, no dia 25 de dezembro de 1958¹²:

Folha 1221, De 31 de Julho de 1959. Da nova Redação ao Artigo 1º da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que criou o Município de Nova Andradina. O Governador do Estado de Mato Grosso: Faço Saber que a Assembléia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º. – O artigo 1º da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que criou o município de Nova Andradina, passará a ter nova redação: O Município de Nova Andradina começa na foz do Rio Ivinhema com o Paraná, seguindo por este acima a Ilha da Figueira, daí por uma linha reta até a foz do córrego Três Barras, prosseguindo por este acima até a sua cabeceira do córrego Pindaíba; por este abaixo até sua barra do Rio Inhandui, pelo Inhandui acima até atingir um ponto conveniente a linha divisória do Município de Rio brilhante, pela qual prosseguirá até o encontro do Ribeirão Papagaio e por este abaixo até sua barra do Rio Ivinhema: deste ponto de partida. (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso).

Na nota do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso evidencia-se a delimitação territorial do município a partir da descrição do espaço geográfico, ao qual é circundado por uma rede de cursos hidrográficos pertencentes à Bacia Hidrográfica do Paraná.

¹² Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 25 de dezembro de 1958. Lei nº. 1.189 de 20 de Dezembro de 1958: Cria o município de Nova Andradina e dá Outras Providencias: O Governador do Estado de Mato Grosso (J. Ponce de Arruda): Faço Saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei: Artigo 1º. – Fica Criado o Município de Nova Andradina e “Vetado”, cuja área será desmembrada do município de Bataguassu.

No contexto em que a paisagem é característica marcante do espaço, é que o município se configura sobre uma área de transição entre a vegetações nativas de Mata Atlântica e de Cerrado, que sofreram degradação a partir do processo de exploração para a prática de atividades agrícola e pecuária, bem como para a estruturação da área urbana.

Figura 7 – Fotografia do desmatamento de vegetação nativa no início da colonização de Nova Andradina. S/D



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Observa-se pela representatividade da figura 7, a alteração da natureza no início da estruturação da cidade de Nova Andradina. Na imagem, o fundador e os trabalhadores experienciando a idealização da formação da cidade.

Com a delimitação da área, o município de Nova Andradina se configura a partir das relações de apropriação e transformação da natureza por sujeitos que se vinculam ao lugar, através de sua força de trabalho e sua vivência, contribuindo para a produção do espaço delimitado politicamente, ou seja, o território municipal. Nesse sentido, com a abordagem de Saquet e Antonello (2010):

[...] entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não-governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (SAQUET e ANTONELLO, 2010, p. 407)

Correlacionamos aqui o trabalho de Souza (2013, p. 89) quando aponta que “insistir sobre o fato de que o que “define” o território é, acima de tudo, o poder, em nada justifica

pensar que a abordagem ora advogada “negligenciaria” quer a materialidade do espaço, quer a dimensão cultural- simbólica da sociedade”, para atribuímos a participação dos diversos agentes sociais e suas influências no espaço territorializado.

Segundo Corrêa (1989, p. 12), os agentes sociais que estrategicamente fazem e refazem a cidade são “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.”

Na configuração inicial da área urbana, observada na figura 8, há a participação de diversos agentes sociais na produção do lugar, constituindo o sentido da espacialidade.

Figura 8 – Fotografia da formação inicial da área urbana de Nova Andradina. S/D



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Massey (2008), considera a espacialidade a partir da heterogeneidade e da multiplicidade, encontradas na coexistência de outros, como trajetórias históricas próprias, trajetórias que se cruzam, se conectam e se desconectam, tornando assim o lugar fruto dessas relações:

Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo. O espacial, em seu papel de trazer distintas temporalidades para novas configurações, desencadeia novos processos sociais. (MASSEY, 2008, p. 111)

A espacialidade no município em um dado período é observada no relato da imigrante Sr. Marly, que associa características da área urbana à ação dos agentes sociais nos seus primeiros anos de vivência em Nova Andradina.

Nova Andradina, olha deixa eu fala pra você, se você vai entende, aqui onde é o Central hoje, não tinha nada ali, não tinha nada, a delegacia aqui, sabe ali onde abriu aquela loja Tropical? Ali era a delegacia. Ali onde é a farmácia

Santo André, morava o Luiz Suguíta, era de madeira, tudo de madeira, era um armazém de madeira, Ali onde é a Daron, minha irmã inclusive trabalhou ali, era do Geraldo Lima, um armazém, um armazém muito grande, minha irmã trabalhou lá muito tempo, ali hoje onde é o Paraíso, tinha um japonês, seu Irata, pai da Ideko, também tinha uma armazém ali, ali onde era o Bamerindus era um posto de gasolina ali, aquela quadra ali do Boi Gordo até o Lanchão era um prédio, vou falar um prédio! Tudo de madeira, todinha a quadra do capitão Ari, tudo que era mercadoria eles traziam, ele colocava ali, quem cuidava até inclusive daquilo ali, era o Honório, pai daquele professor Marçal, o pai dele, era solteiro, namorava ainda a Valquíria naquela época, ele que cuidava daquilo ali, era uma quadra todinha, lá onde é aquele farol, a rua da feira, tem aquela loja ali, a Princesinha Veste, tem uma loja lá nova, tudo ali era uma serraria, aquela quadra todinha era uma serraria, do Mário Beiro Lopes, ele era dono, tem nome de rua hoje, e você vê, meu pai não tem, ó aqui, a prefeitura, essa avenida aí, era um carreadozim assim que só passava um caminhão, porque ali, onde que é aquele posto ali, é o Tigrão ali, ali a quadra todinha era uma serraria também do Geraldo Lima ali, cheio de casinha de madeira, era colônia que falava, era colônia né. Então os caminhão passava aqui que ia busca tora lá pra aqueles mundo afora lá pro lado dos Merem, Laranjal, praquelas bandas, passava aqui nesse carreadozim. Aqui não tinha saída pra Batayporã, a saída pra Batayporã naquela época era lá no farol da Avenida José Heitor, você descia ia embora e lá ia pra Batayporã. Não existia o buracão, a estrada de Batayporã era por lá, lá não tinha nada, lá era mato, mato, mato, você, vixi. Aí tinha a escola Moura Andrade. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Atribuímos ao relato a abordagem da caracterização do espaço social apreendido por SOUZA (2013, p. 22), onde “Pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”.

As figuras 9 e 10 representam paisagens do município presentes no relatado da senhora Marly.

Figura 9 – Fotografia do posto de gasolina relatado pela senhora Marly. S/D



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Figura 10 – Fotografia do caminhão de tora no período relatado pela senhora Marly. S/D.



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Ainda sobre a configuração da área urbana do município, ela comenta sobre a abertura da rua para a construção da casa da família, o que é motivo de indignação pelo não reconhecimento do pai como pioneiro na cidade:

Meu pai construiu aquela primeira casa de madeira ali, a prefeitura abriu até aqui no rumo da minha casa, existe a casa até hoje, a prefeitura abriu a rua pro meu pai construí a casa, pra você vê, o primeiro morador dessa rua foi meu pai, e não é nem reconhecido como nada, a primeira casa dessa rua, era rua Inocência, aí mudou, colocaram o nome do finado filho do fundador, do Auro Soares, filho do Moura Andrade. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Com a fixação de moradia na nova rua, a senhora Marly passou a vivenciar espaços sociais da área urbana com mais afinco, e foi participando de festividades que ela conheceu seu esposo, também migrante nordestino:

Dia quinze de julho de mil novecentos e sessenta e três eu casei, meu esposo era de Pernambuco, é pernambucano, se conhecemos aqui, nos bailes da vida daquela época (risos da senhora Marly), a gente fala assim, mas era tudo, era baile de barraca sabe! Tudo feito as barracas, tudo, aquele respeito, tudo, não tinha essas confusão, tinha aquelas quermesse, arrematando frango. Naquele tempo a gente tinha respeito pela mãe, pelo pai, os namoros, era tudo diferente. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

Questionada sobre o motivo da vinda do esposo para Nova Andradina, ela conta sobre a trajetória dele, que em um período anterior ocorreu o fato de eles estarem próximos em

outro lugar, o que, pode ser comprovado pelos registros fotográficos que ela tinha do lugar que morava antes de se mudar para Nova Andradina:

Meu marido era de Serra Talhada no Pernambuco, aí ele veio pra São Paulo, ele trabalhou lá em São Paulo no negócio de leite Vigor, ele trabalhou parece que dois anos lá em São Paulo. De lá, ele veio pra Nova Independência que é ali bem pertinho de Andradina. Ele namorou uma moça de Andradina, quando morava em Nova Independência. Um dia, depois de casados, vendo as fotos, ele disse que tinha namorado a moça da foto, era minha amiga, vizinha lá em Andradina. Depois de Nova Independência ele veio pra Angélica, veio trabalhar com serraria, o irmão dele era gerente lá da serraria, ele trabalhava com caminhão, ele puxava tora. De Angélica ele veio pra trabalhar na serraria Esperança. A gente se conheceu, casamos em 63. Ele era motorista, morava no alojamento da serraria. Depois de casado eu conheci a mãe dele, a mãe dele veio aqui. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A vinda do esposo da senhora Marly para Nova Andradina remonta o contexto em que no município se desenvolvia o desmatamento para abertura de áreas vinculadas à área urbana e a produção agropecuária.

Figura 11 – Fotografia do esposo da sra. Marly no caminhão de transporte de madeira. S/D



Fonte: Arquivo fotográfico da sra. Marly.

O trabalho no transporte de madeira com a utilização de caminhão, como o demonstrado na figura 11, para as serrarias de Nova Andradina, possibilitou a aproximação do casal, resultando no matrimônio. Ela conta que voltou ao Pernambuco duas vezes por conta do esposo, a primeira vez em 1985, por dez dias, foi com o filho mais velho visitar a família do esposo, a segunda vez foi com o esposo, em dezembro de 2007.

Figura 12 – Fotografia da primeira igreja Matriz de N.A., sra. Marly e o esposo. S/D



Fonte: Arquivo fotográfico da sra. Marly.

Moradora em Nova Andradina há cinquenta e oito anos, a senhora Marly, viúva, aposentada no serviço público estadual como secretária escolar, mãe de dois filhos e avó de duas netas, prossegue vivenciando o lugar a partir das relações sociais. Recordando o passado ela questiona a representação social de Nova Andradina vista no Museu Municipal, apontando para a disparidade entre sua realidade vivida e a representatividade dada a figura do fundador e pessoas ligadas a ele:

Um dia eu fui ali naquele museu, eu vi as pessoas ali, fiquei olhando assim, não tem nada a ver, pessoas que naquela época você nem ouviu falar aqui, lá, que eu conhecia lá, que eu conhecia todo mundo aqui! O padre Marcos, tem ele lá no museu, ele que fez meu casamento, quando eu casei aqui, a igreja era bem pequenininha, eu tenho até foto dela ali dentro, tudo assim, umas coisas ali que eu vi não condiz com a realidade que eu vivi. (Relato de Marly Maria da Silva Nascimento em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

A questão colocada nos remete à heterogeneidade e à multiplicidade das relações sociais no lugar, e considerando as diferentes estruturas sociais a que os sujeitos estão vinculados, a subjetividade torna-se elemento a ser considerado na espacialidade e na memória. Albuquerque Jr. (2011, p. 16) diz que, “Longe da análise das “condições objetivas”, supõe que a subjetividade é uma dimensão fundamental na construção das relações sociais e que nesse sentido, estas são tanto relações de poder quanto emanções de afetos, de sentimentos, de vontade”.

Pela crítica da senhora Marly sobre a representatividade nas imagens “daquelas pessoas ali” no Museu Municipal, somos levados a pensar na relação entre os sujeitos e a produção do lugar, nesse caso, pelo obscurecimento da participação da classe trabalhadora e a enunciação da superioridade de uma classe social. Temos então, no Museu, um memorial de elementos vinculados a uma classe social distinta da classe da senhora Marly, pois ela fala que a exposição “não condiz com a realidade que eu vivi”, o que difere da sua prática social. Goettert (2008, p. 444), ao tratar da linguagem como interação social, aponta a relação “Prática social, poder, luta de classes e interação social. A linguagem feita do vivido. O concebido e o percebido. Uma produção de idéias e representações”, nos remetendo à concepção de que a representatividade no Museu Municipal para a senhora Marly, como para a sociedade, soa como forças ideológicas na constituição da sociedade.

Nem verdadeiras e nem falsas... As representações “não podem passar somente por alterações do real e do verdadeiro, por máscaras e mascaradas, como na teoria habitual das “ideologias”. O modo de existência das representações só se concebe tomando em conta as condições de existência de tal ou qual grupo, povo ou classe”. As representações participam da conjugação de forças em uma estrutura social, representando a figura e a imagem de um grupo, classe ou casta. Estrutura social não homogênea, calcada nas desigualdades e diferenças, não impedindo que os dominados aceitem as imagens impostas e reproduzem interiorizando-as; porém, não sem desviá-las segundo a força do protesto e endereçá-las contra quem as produz. (GOETTERT, 2008, p. 444 e 445)

Neste sentido, “o vivido se distingue do concebido e participa das ambiguidades das relações sociais”, às quais interferem na prática, na vivência das trabalhadoras e dos trabalhadores migrantes nordestinas/os no município. “A vivência que “inclui o corpo e a subjetividade, mas também a vivência social e coletiva.” (GOETTERT, 2008, p. 445)

Continuando com as representações de forças presentes na prática social, temos no relato da senhora Marcia a relação de subalternidade frente as relações sociais, o que ocasionou a vinda da família para o município:

Em janeiro de noventa e cinco eu cheguei aqui em Nova Andradina, aí eu fui morá lá na colônia. [...] Minha vinda é porque seu Benedito tinha comprado a usina aqui, porque enquanto a gente tava morando lá, lá é o seguinte, lá é muita usina de açúcar, mas é assim, eles moe de seis meses e chama período de entre safra os carros ficavam tudo parado, sem rendimento nenhum, aí o que que ele fazia, ele pegava, as usinas que tinha pro lado de cá, trazia a frota de caminhão pra trabalha, teve uma época que veio pra Goiás, uma época que eles foram pra Campos em São Paulo, e uma época ele veio prá qui, Nova Andradina, no período de entre safra do Nordeste, com os caminhão pra eles não fica parado, ele tinha uns caminhão desses julieta, aí ele arrumava uns lugá onde tivesse usina moendo e mandava os menino.

O Jorge veio na frente, porque foi assim, os meninos vieram pra cá tirá a safra, aí essa usina tava meio, à venda, e seu Benedito era uma pessoa muito assim, ele não tinha medo de ousá, ele era um cara muito ousado, como a usina tava falindo, ele teve interesse de comprá, até então ele só tinha uma fazenda lá, na época ele fez um empréstimo grande prá levantá esse dinheiro, pra comprá essa usina aqui, era a Xavante. Aí ele reuniu o pessoal, era os caminhoneiro, os tratorista, operador de máquina, e falou, eu estou comprando aqui essa usina e eu preciso de vocês, quem tiver interesse de ficar comigo aqui, a gente vai indenizá o tempo de serviço de vocês tem lá no Nordeste e registro vocês tudo como funcionário novo aqui pra mim. Aí quase todos eles vieram. Nós viemos em noventa e cinco, mas os outros vieram em noventa e quatro, noventa e três, o compadre Zé Cicero, compadre Valdenir, já tava tudo aqui já, eles já conheciam aqui e foram lá só busca a mudança. Inclusive na época, era uns toldo pra carregá a gente da destilaria, seu Dito deu um toldo daqueles pra buscá a mudança lá, um grandão amarelo. [...] A gente veio com a cara e a coragem, porque o Jorge não trabalhava na fazenda, eu dava aula, mas ele trabalhava autônomo, depois que ele saiu da firma lá em Maceió. Então a gente veio porque veio meu irmão, veio outros amigo nosso lá, então esse toldo que foi busca a mudança, nós colocó a nossa dentro e vei também. Chegou aqui, aí Jorge já conversou com seu Benedito aqui, aí ele já arrumou um serviço pra ele na usina. Quando a gente chegou a gente já foi direto pra colônia da usina, aí, foi que a dona Rosa apareceu lá, conversou com a gente, e disse que Dito já perguntou de vocês se já tinham ido lá procura ele atrás de serviço. Eu disse, dona Rosa ainda não, Jorge não foi lá não. Aí foi quando Jorge foi na usina e conversou com ele, e aí em seguida ele entrou no mês de janeiro mesmo na usina. Aí ele entrô e logo em seguida começou a safra na época era mais ou menos em abril as contratações, aí eu fui também e consegui um trabalho lá na indústria como auxiliar industrial, aí eu fiquei trabalhando lá, nós ficamos na colônia, na época era cinquenta casa, era lotado de gente, a gente ficou com meu irmão, que na época era solteiro, mais aí logo em seguida ele casou, a gente ficou morando lá uns quatro meses e depois a gente mudou aqui pra cidade, alugamos uma casa alí na Praça da Fogueira. Aí eu continuei trabalhando lá na indústria, o Jorge também, aí eu arrumei uma menina, filha dum amigo meu, alagoano, pra fica com as minha criança, porque a gente trabalhava em turno diferente, quando um tava saindo o outro tava entrando lá. Aí fiquei três anos e pouco lá. Eu morei de aluguel só um ano e pouco, porque eu tinha uma casa própria lá no Nordeste, que quando a gente morava em São Paulo o Jorge foi mandando dinheiro e a minha mãe mandou construí uma casa boa pra nós lá, mas a gente não chegou a mora nela não, porque morava na fazenda e era onde ele trabalhava, o negócio da officininha dele, depois que terminou o serviço da firma. Aí quando a gente veio pra cá, com um ano e pouco apareceu uma pessoa interessado em comprá a nossa casa lá. Aí eu disse a minha mãe, pode vendê. Aí ela, ah não não tem de vendê nada não, porque uma casa boa dessa. Eu disse, mãe eu to pagando aluguel aqui mãe, eu não tenho intenção de volta aí mais, pra que que eu vou mantê essa casa aí? Quando a gente veio queria trazer ela, ela disse que não vinha. Depois ela veio, ficou aqui uns dias, depois voltô prá lá, aí que ela casou lá denovo, ficou casada treze anos, aí tem três anos que ela ficou viúva de novo. Aí ela ta de idade, não quis fica sozinha mais. (Relato de Marcia Maria do Nascimento Lima em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

A relação entre a vivência no Engenho Gravatá, localizado no município de Palmares, no Pernambuco, e na fazenda Nossa Senhora das Graças, no município de Campo Alegre, em Alagoas, se deu pela sujeição à família Coutinho, que comprou a Usina Xavante no município de Nova Andradina e passou a operá-la como Energética Santa Helena. Nesse caso, a vinda da senhora Márcia e a família para Nova Andradina, está associada a um contexto de subalternidade, em que, a dependência, a obediência, a força de trabalho, presentes nas relações sociais, se desdobrou na motivação para a migração.

A subalternidade a que a família se insere perpassa por contextos sociopolíticos e culturais. Para Gramsci (2002, p. 135), “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes”. Sob análise do pensamento gramsciano, Buttigieg (1999) aponta que:

A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999, p. 30).

A vivência na sociedade novandradinense vai contribuir para que a migrante e seus familiares se envolvam em novas práticas sociais, pelas novas relações de trabalho, e pelos estudos, os distanciando da subalternidade a que estavam vinculados e os condicionando a outras problemáticas da vida em sociedade. Continuando no relato, a senhora Márcia comenta suas relações com pessoas e com os trabalhos em Nova Andradina:

Eu trabalhei lá na indústria aí foi quando seu Benedito teve a ideia do Anjo da Guarda, que ele deu o nome José Silveira Coutinho em homenagem ao pai dele. Porque com um ano e pouco que ele comprou aqui o pai dele morreu, teve um infarto e morreu lá no Recife. Aí como seu Zé Coutinho sempre foi uma pessoa muito boa, gostava muito de ajudar os outros, seu Dito também, sempre foi assim. Ele quis homenagear o pai dele de uma forma que ele pudesse ajudar uma população carente. A primeira ideia foi os filhos dos funcionários dele, da usina né. Aí ali no Anjo da Guarda¹³ oferecia várias atividades. Era no AFA¹⁴, como o AFA era uma associação de funcionários, seu Dito fez uma conversa lá com o pessoal se tinha como ceder aquele espaço durante o dia pra funciona o Anjo, porque ele não tinha condições de construir um ambiente pra funciona o Anjo da Guarda, inclusive eu fazia parte da diretoria. Quando eu iniciei meu trabalho na usina eu fui convidada pra participá, eu era da parte social. Então assim, foi combinado com a equipe, com o pessoal assim, os funcionários só utilizá o

¹³ Projeto socioeducativo desenvolvido e atendido pela fundação José Silveira Coutinho.

¹⁴ AFA- Associação dos Funcionários da Agroindustrial Santa Helena.

espaço do AFA após as cinco horas, depois que as crianças saíssem, isso durante a semana. Aí o pessoal na época concordou, o salão foi dividido, depois de algum tempo aí ele construiu as salas de aula lá atrás. Quatro salas. O primeiro impacto foi dividir o salão com divisórias, na época alugava muito prá baile, casamento, aí era uma coisa prática pra desmontá í guardar. Eu lembro disse porque eu trabalhei três anos e meio lá. Aí eu tinha muita vontade de fica aqui, porque os meninos era pequeno né, eu tinha que tá pagando babá. Aí eu tinha conversado com seu Dito, que uma hora que surgisse uma oportunidade eu gostaria de vir aqui pra cidade. Aí eu tava mei descontente também lá né, aí um dia eu tava lá embaixo, na indústria aí a advogada deles a Silvia Regina, ela foi lá, me chamou e falou Márcia eu queria conversá um negócio com você. Eu falei, diga. Ela falou, olha, eu fiquei sabendo que você andou procurando seu Benedito e você disse que se aparecesse outro serviço, você gostaria de ir pra cidade e como o Anjo da Guarda foi inaugurado. Na época a coordenadora era a Célia Dan, e tava precisando de uma instrutora de culinária. Tinha um instrutor de jardinagem, um de capoeira que era o Nevasca, o Bruno no Judô, a doutora Paulina era a pediatra, tinha um dentista, tinha o gerente administrativo que era o Henrique, tinha o professor de dança, apoio pedagógico, tinha dois de educação física, a Raquel Dan era também e tinha o transporte que ele fornecia. Aí eu fiquei lá oito anos no Anjo da Guarda. Eu comecei trabalha aqui, aí me despertou a vontade de estuda, e começou a ter os curso universitário em Nova Andradina, aí abriu no Objetivo né, Pedagogia. Aí eu fiquei querendo fazê. Eu disse, a gente trabalha na área social e não tem formação, e eu comecei a percebê qui as pessoa por aqui já era tudo formado, prestava concurso público, aí tinha qui tê uma formação. Aí nesse período aí, com a cara e a coragem fiz a matrícula, dei cheque pré-datado no Objetivo por uns três meses. Aí seu Dito tava dando um auxílio universitário pro pessoal da usina, quem quisesse fazê uma graduação, tava tendo um auxílio de cinquenta por cento do valor da mensalidade. Tinha muita gente na época aqui na FINAM¹⁵ fazendo em outras áreas né. Eu ganhava uns quinhentos reais e pagava uns trezentos. Aí eu conversei e consegui o desconto até eu concluí os estudos. Quando eu terminei minha graduação eu comecei fazê pósgraduação em Campo Grande, aí eu saí do AFA. Comecei a substituí aqui no Fátima Gaiotto e no ano seguinte fui no Núcleo e conversei com a professora Zéza, professora Fátima, foram todas minhas professoras na graduação, aí eu falei pra elas que eu tava precisando trabalha, que eu tava desempregada. Aí ela falou pra mim, apareceu umas aulas lá no Moura Andrade de Artes, você qué pegá? Eu disse, eu quero, eu era formada em pedagogia, mas eu pegava. Mas aí teve um problema, apareceu uma professora formada na área. Mais aí ela falou que tinha aparecido um primeiro ano no Marechal Rondon, ela perguntou se eu queria, eu disse, eu quero. Esse ano faz quinze anos que eu me formei. Só no Marechal Rondon eu tô fazendo doze anos. [...] Se não fosse a usina eu nunca teria vindo pra cá, eu nem sabia que existia Nova Andradina, a gente veio por influência dele mesmo, em outubro agora fez dois anos que o seu Benedito faleceu, os filhos dele continuam tomando conta da usina, são todos nascido lá em São Miguel dos Campos em Alagoas, aliás lá em Recife, quando eles iam nascê, levava a dona Rosa pra Recife. Lá a gente viu que não era aquilo que eu queria pros meus filhos, não era alí que eu queria criar os meus filhos, porque as pessoas alí, são pessoas muito boas, pessoal bom, o nordestino é um povo muito bacana, mais, assim, você vive como eles diz, assando e comendo, não tem perspectiva de melhorias, a gente tinha uma casinha

¹⁵ FINAM- Faculdades Integradas de Nova Andradina.

própria que a gente já tinha construído, com o dinheiro que ele ganhou em São Paulo, mais a gente não ia passá daquilo. Minha mãe veio pra cá tem um ano e meio, ela mora aqui na casa da frente. (Relato de Marcia Maria do Nascimento Lima em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

De acordo com o relato, as novas relações de trabalho em Nova Andradina possibilitaram melhoria nas condições socioeconômicas, segundo ela comenta, no Nordeste, “não tem perspectiva de melhorias”, “a gente não ia passá daquilo”, remetendo a idealização representada e atribuída a pobreza no lugar de saída no Nordeste. Para Goetttert (2008, p. 233), “As relações nos lugares da migração definem a produção de representações dos migrantes sobre estes mesmos lugares. Relações em um lugar podem condicionar a produção de representações sobre outro lugar.” E assim, pelas representações nos lugares, o fator socioeconômico exerce influência nessas representações.

Os lugares são também comparados pelas condições socioeconômicas que apresentaram e apresentam, interferindo em suas “valorações” positivas ou negativas. O trabalho e a remuneração, a partir destas condições, têm uma centralidade indiscutível. O fato das vivências e experiências nos lugares de origem e de destino se desenvolverem em tempos diferentes, não impede que aquela ou aquele que migra compare as condições de existência desses lugares. A condição sócio-econômica, contudo, é apenas uma das variáveis que participam do “juízo” sobre os lugares. (GOETTERT, 2008, p. 233)

Nesse sentido, as experiências nos lugares e a motivação para a migração, aparecem para além da questão econômica, caso do migrante Joaquim Vieira de Souza, quando, após cinco anos de residência na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, é motivado a migrar para Nova Andradina por saúde do filho:

Mas não sei se você sabe, São Bernardo é um lugar que tem muita garoa assim, e o Arion pegou uma bronquite e o médico falou pra mim, ó teu filho aqui não sara, se você quisé que ele teje saúde você tem que í pra um lugar que não tem esse clima oscilante, ta quente e na mesma hora esfria e depois esquenta. Aí eu fui obrigado a pedir demissão e vir aqui pro Mato Grosso. [...] Minha irmã morava aqui em Nova Andradina, ela casou em Santo Anastácio e meu cunhado abriu uma lojinha de roupa aqui e também vendia insumos agrícolas. Eu vim e fui trabalhá com meu cunhado, na área de vendas de insumos, máquinas agrícolas. Aqui eu tinha vindo uma vez só e através dele eu fui mora na rua Santo Antônio ali. Em setenta e nove meu cunhado se mudou pra Rondônia e eu fiquei aqui desempregado. Quando eu fui pra São Bernado em setenta e dois eu comprei um terreno lá a prestação e acabei de pagá justamente em setenta e nove, daí eu vendí aquele terreno e montei uma lojinha pequena alí, em frente a Farmais alí, era loja de calçados. Cheguei aqui com trinta anos. Meus pais eram apaixonados por lá, pelas músicas, pela comida, o baião de dois né, mais aí assimilaram muito os costumes paulistas sabe? Porque eles viveram de quarenta e oito a setenta e seis no interior de São Paulo, foi perdendo um pouco a cultura nordestina

porque não tinha convívio com os nordestinos, eram poucos que tinham ali. [...] Eu acho que é o seguinte, eu acho que o ser humano, ele tem que valorizá suas origens, se você nasceu no lugar ‘a’ e fez sua vida no lugar ‘b’, mas você não pode esquecer do lugar ‘a’, porque, eu penso assim. Eu não tive a oportunidade de volta lá muito, fui lá uma vez, faz oito anos que eu fui lá. Eu fiquei numa situação assim, eu não tinha coragem de í lá no Ceará sem leva meu pai e minha mãe, eu sabia que eles queria demais í pra lá, e eu tinha muito medo de leva-los em função da idade que eles estavam. Eu tinha um cunhado aqui em Nova Andradina, aí um dia no ano de dois mil e dez ele falou assim, Joaquim vamos leva teu pai e tua mãe em janeiro no Ceará? Eu falei, vamo. Aí nós fomos em dez pessoas. Daqui nós fomos até São Paulo de ônibus e de lá fomos de avião até Juazeiro, de Juazeiro nós alugamos três carro e ficamo lá conhecendo as cidade, o lugar onde nasceu. Meu pai falava que tinha mudado muito, aqui era assim, aqui era assado. Conhecemos tudo lá, pra eles foi mais do que ganha na loteria. Se bem que os conhecidos deles não tinha mais, tinha os sobrinho. (Relato de Joaquim Vieira de Souza, em entrevista com gravação de áudio em 21/03/2018)

Chegando em Nova Andradina no ano de 1976, o senhor Joaquim conta sobre suas relações de trabalho, junto ao cunhado no comércio da cidade. O desemprego e a iniciativa de empreendedorismo com o investimento de recursos financeiros provenientes da venda de um terreno anteriormente adquirido em São Bernardo do Campo, culminou na abertura de uma loja de calçados, depois expandida para confecções, a partir do trabalho como comerciante, possibilitando a ele ocupar o cargo de presidente na Associação Comercial de Nova Andradina, no período de 2001 a 2004.

Temos na migração do senhor Joaquim Vieira de Souza para Nova Andradina, que a busca de um ambiente melhor adaptável à saúde do filho e o trabalho junto ao cunhado, está associada a uma representatividade do lugar, onde a constituição de negociações na decisão de migrar se relaciona com o que foi visto e ouvido, ao qual associamos a fala de que “aqui eu tinha vindo uma vez só”.

Goettert (1998, p. 377) corrobora para o entendimento de que “a produção da representação é uma mostra de como o contato com lugares pode ser determinante para a decisão de migrar. Essa representação, quando disseminada, também busca pretender – pelo seu produtor e disseminador – contagiar as e os ouvintes”.

A representatividade de elementos relacionados aos lugares também se faz presente quando o senhor Joaquim rememora o lugar de vivência dos pais no interior de São Paulo, relatando que “*foi perdendo um pouco a cultura nordestina, porque não tinha convívio com os nordestinos*”, e “*aí assimilaram muito os costumes paulistas sabe?*”. Esse fato torna-se um dilema, quando em Nova Andradina, o senhor Joaquim é um entusiasta da construção de uma Associação Nordestina, a partir da preservação e celebração da cultura Nordestina junto a outros migrantes.

Assim também, pelas representações nos lugares, que o pai de Medioneria migrou com a família para Nova Andradina. A motivação se deu a partir do contato do pai com “um amigo de infância que já residia aqui”, outro migrante nordestino que anunciava que “aqui era bom de serviço e de ganhar dinheiro”:

Com quatro anos a gente veio com caminhão de pau-de-arara até São Paulo, e a gente ficou ali por menos de seis meses. Veio meu pai, minha mãe, eu, a Marisete, a Marisene e a Branca, eu sou a mais velha. [...] Um amigo do meu pai de infância veio pra Nova Andradina, Antônio Sampaio, e aqui ele residia, ele começou fazendo pontes mangueira, casas, né, i ele convidou meu pai pra vir, qui aqui era bom de serviço e de ganhar dinheiro. Aí meu pai veio, deu uma pausa em São Paulo, aproveitou que tava com a família toda e aproveitou que acabou o dinheiro também né, dez dia na estrada, foi toda a economia. Aí parou ali em São Paulo, meu pai trabalhou, mas a dificuldade grande, né, na cidade grande, com a ajuda da família ali i enfim, a gente veio. Lá em São Paulo ele trabalhou fazêno bicos, os filhos todos piquênos, a Branca tava com um aninho i poquinho, porque eu tenho irmãs gêmeas, eu sou a mais velha, as irmãs gêmeas í depois a Branca. O qui eu lembro de interessante também, é qui as estradas tinha muita areia e não tinha asfalto, bom percurso das estradas era sem asfalto, algumas tinha, a maioria não. [...] De São Paulo pra Nova Andradina foi di ônibus, foi uma viagem rápida. A gente chegamos em mil novecentos e setenta, fomos acolhidos pelo Antônio Sampaio i depois em seguida fomos morá na fazenda Cenói, saída pra Ivinhema. Foi na Fazenda Cenói, qui hoje é a Fazenda Santa Olga né, a gente morô ali, porque Antônio Sampaio tava fazêno é, casas, manguêra, essas coisas. Meu pai já começou ali trabalhá com ele. Aí dali, a gente mudô pra Batayporã. Meu pai acabou pegâno uma herança da minha mãe i comprô um sítio lá, i comprô uma residência. A gente ficô morando em Batayporã um ano, isso eu tinha seis ano de idade, eu fiz o primeiro ano lá. Aí em seguida a gente voltô pra Nova Andradina, ele continuô com o sítio em Batayporã por alguns ano, mais o sítio não produzia nada não, só gado mesmo, ele pois gado. [...] Aqui em Nova Andradina ele continuou trabalhando fazêno manguêra, ponte, casas, carpinteiro era a profissão do meu pai. Inclusive, meu pai trabalhou muitos ano na Fazenda Baile, mais de quinze ano com o seu Deco qui era capataz da fazenda Baile. Meu pai trabalhou muito tempo pro Geraldo Lima, Fazenda Conquista, Fazenda Primavera, em todos esse lugar tem pontes manguêra, mataburro, cochos também meu pai fazia, tem, tudo aí, tá tudo aí feito na região, ele trabalhou aí fazêno esse trabalho. [...] A primeira escola qui eu estudei foi ali no faísca, no Marechal Rondon, só um ano, aí eu fui aqui pro Morcegão, antigamente era tudo apelido assim né, até hoje eu lembro assim. Do terceiro ano até a sétima série eu fiquei no Centro Educacional, eu tinha teze anos. Parei na sétima série, porque aconteceu um problema com um tio meu qui mi chocou muito, e aí eu dei uma pausa di studia. É assim, esse meu tio vendia rôpa, bugiganga, aquele tempo era assim né, aí ele saía viajâno de Brasília a São Paulo, Bahia, aqui, meu tio irmão do meu pai, saíu di lá também. Quando meu pai veio di lá, veio meu tio, qui é o tio João, veio o tio Pascoal, veio o tio Antônio, aí foi vino os irmãos. Veio irmãos da minha mãe também, veio o tio Osmar e o tio Nozim. Aí parei di estudá, fiz uma pausa, aí retornei pro Morcegão, fiz mais um ano, aí fui embora pra São Paulo com dezessete anos. Cinco anos eu fiquei em São Paulo, aí voltei pra cá com vinte ano, casei. Olha, é assim, quando eu tinha sete anos di idade, eu

comecei a vê qui eu gostava muito di esporte, então, assim, eu participei de corridas, de Batayporã a Nova Andradina, eu jogava no time da cidade. Então com oito anos eu já comecei jogá no time de basquete da cidade, então eu ia jogá em Campo Grande, Naviraí, Dourados. Eu já joguei futebol de campo, futebol de salão, participá di salto em extensão, salto em altura, handebol, enfim, uma esportista nata né, amava praticá esporte. Com treze ano eu tinha carteira assinada, qui eu trabalhei na Léia Magazine aqui, trabalhei um ano, aí depois eu trabalhei com o baiano da Feira dos Tecidos, foi muito conhecido, muitos anos aqui na cidade, trabalhei um período também. Aí saí do baiano e fui trabalhá numa vidraçaria qui é aquela lá embaixo, a Brasividros, num sei si foi doiz ou treiz ano na Brasividro. Aí fiz dezesseteano e fui embora pra São Paulo porque eu via assim qui num tinha muita expectativa pra mim crescê, i eu tinha ficado desapontada com o estudo na época, porque eu via qui naquela época os professores daqui ia tudo estuda em Prudente, fora pra tê um nível acadêmico maior, eu achava muito sofrido aquilo. Naquela época, pelo fato de eu ser menor, eu ganhava só meio salário, trabalhava igual gente grande. Os meus patrão foram ótimos, todos deixavam eu praticá o meu esporte, tudo, me apoiava, deixava eu í quando tinha os jogos fora. Só qui eu via qui não tinha muito futuro aqui na época, por isso qui mi deu a doida assim, desapontada com algumas coisas, aí eu falei, deixa eu í pra São Paulo pra vê como qui é, aí eu fui pra São Paulo. Fiquei treis ano, aí vim. Tinha parente em São Paulo, porque quando a gente veio da Bahia qui ficô seis meses lá, eu acabei conhecêno a parentéla di lá né, i eu fiz amizade com a tia Maria, o tio Noel. Alí eu trabalhei com comércio né, aí eu resolvi retorná, porque eu amava essa cidade, sentia muita saudade da minha família. Aí quando eu retornei, eu retornei vendêno ambulante né, vendêno roupa, e assim comecei a minha história de retorno. Peguei experiência em São Paulo, qui lá eu trabalhei como vendedora um ano e quatro ano como gerente, aí vim pra cá e falei, agora vou trabalhá pra mim. Lá no meu trabalho, eu fiz boas amizades, grandes amizades, i alí eu conheci uma qui me convidou pra í na igreja Adventista do Sétimo Dia, aí eu me tornei Adventista do Sétimo Dia lá em São Paulo, me batizei lá. Eu casei aqui, só vim casá aqui, mas morava lá em São Paulo, meu esposo eu conheci lá em São Paulo, ele é baiano também, di Lapão. Eu fiz amizade com uma amiga, chamada Márcia, i ela era amiga da irmã dele. Um dia fui na casa dela e encontrei ele lá, nem sabia. Ficamos lá, após o casamento, um ano e treis meses, depois qui a gente mudô. Eu trabalhei treis ano de ambulante, i aqui onde é o doutor Airton eu abrí a primeira loja na época, qui era Bibi confecções, apelido do filho mais velho, o Faviano, aí eu tenho outro filho qui é o Tiago Augusto qui mora em São Paulo pra estudá, já tem sete ano qui mora lá, o Fabiano morou lá oito anos pra estudá e tem a Sara né, qui é a filha adotiva, filha do coração, tá alí em Campo Grande, qui é arquiteta, si formô esse ano. Aí depois, eu mudei pro shopping, já tem vinte anos. Tem vinte e nove ano de comércio, aí depois veio a livraria também, quinze anos atrás. [...] A ída à São Paulo me abriu oportunidade, porque quando eu trabalhei de gerente, eu comprava di caminhão, di tecido, di caminhão de ropa, fechado né, intão ia na fábrica com meu patrão i escolhia as mercadoria alí, i trazia pra entrega pra rede de lojas né. [...] Nunca voltei na Bahia. Eu sempre tive muita vontade, mais eu sou uma pessoa assim, gosto muito da casa, do lar, o fato de í muito à São Paulo, a Maringá a trabalho, então, eu pago pra não viajá, eu gosto de fica em casa. Só minha mãe e meu pai voltaram lá, trinta i treis ano atrás meu pai voltô a Bahia, a minha mãe há uns vinte ano atrás voltô a Bahia. Minha mãe foi só uma, meu pai foi duas, por que a maioria dos irmãos vieram pra cá. Meu pai já é falecido, meu pai faleceu dia onze de fevereiro de dois mil e

onze. (Relato de Medioneria Evangelista dos Santos Araújo (Nery) em entrevista com gravação de áudio em 10/03/2018)

No ano de 1970, período em que a família chega em Nova Andradina, a população residente no município era de 12.625 habitantes, dos quais 6.586 homens e 6.039 mulheres, somavam o total de 1.702 moradores com naturalidade em lugares da região Nordeste.

Esses dados e a ligação do pai de Medioneria com o amigo de infância evidenciam a existência de uma rede de contatos que contribuíram para a vinda de nordestinas/os para o município, caso dos tios que vieram depois.

Da chegada ao início das atividades de trabalho, após os seis meses de residência na cidade de São Paulo, a família reside na área rural de Nova Andradina, onde o pai desenvolve trabalhos junto ao amigo de infância.

Relacionamos à anunciação da possibilidade de trabalho ao contexto de que nesse período, motivado pelo processo de colonização, no município se desenvolvia a ocupação de áreas para a atividade agropecuária.

A prática da atividade agropecuária estava aliada ao processo de ocupação e reorganização do território municipal desde o período em que o fundador Antônio Joaquim de Moura Andrade, sócio da companhia colonizadora Companhia Moura & Andrade, amplia o empreendedorismo praticado anteriormente na cidade de Andradina, no noroeste do estado de São Paulo, ao qual era chamado de “Rei do Gado”.

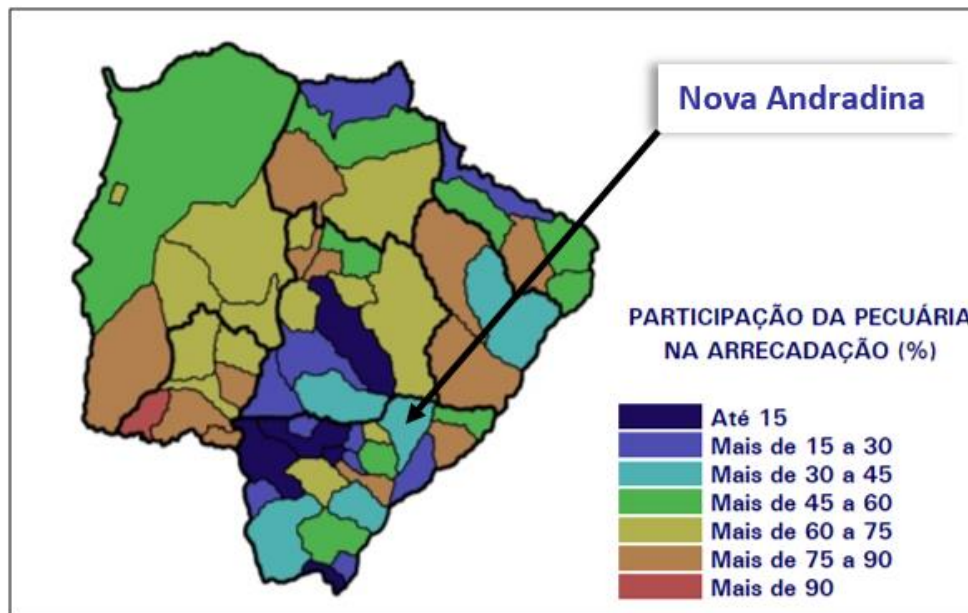
A alcunha, popularizada e representada na música que veiculava o poderio do fundador na atividade pecuária, “*Quem quiser meu endereço / que não se faça de arrogado / é só chegar lá em Andradina / e perguntar pelo rei do gado*”¹⁶ evidencia tal representatividade. Desde a fundação, o espaço agrário de Nova Andradina se configura pela concentração fundiária, onde nos latifúndios é praticado a pecuária bovina.

Na figura 13, temos no ano de 1980 a participação da pecuária na arrecadação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) nos municípios de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina aparece no grupo dos municípios que arrecadavam com mais de 30 a 45% da receita municipal com a atividade pecuária.

A participação da produção da pecuária no ICM do município no período apresentado, aponta para a dinâmica econômica voltada a esse setor, influenciando nas relações de trabalho local e na atratividade dos migrantes, como ocorreu com o pai de Medioneria.

¹⁶ A música ‘Rei do Gado’, de autoria de Teddy Vieira e interpretada pela dupla Tião Carreiro & Pardinho, foi lançada em 1961.

Figura 13: Participação da pecuária no ICM nos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 1980.



Disponível em: <http://old.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc16/03descricao.html#3.2>

Editado por: Giovan Pereira Santana

No caso do senhor Marcionílio a atratividade se deu também pelo contato com o filho que havia migrado anteriormente para São Paulo e por ocasião da união conjugal, migrou para Nova Andradina junto a família do sogro. Para Singer (1973, p. 59, 60), “os principais fatores de atração da cidade são condicionados pelos laços sociais, decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos”.

O senhor Marcionílio chegou em Nova Andradina em 07/09/1987 e ficou impressionado com o lugar, ao dizer que “vi tanto boi, tanta coisa, achava que ia sobrá pra mim”:

Em 87 eu tinha um filho que morava aqui, naquela época não tinha telefone, era telegrama, ele passava telegrama ô pai vem pra qui que aqui juntá braquiara, era braquiara que nem juntá dinheiro de gancho, aí foi um dia pensei eu vou conhece essa cidade. Da minha casa, aonde eu nasci que morei lá até aqui é 2.304 km. Vim e fiquei aqui três mês sózim, vi tanto boi, tanta coisa, achava que ia sobrá pra mim, fui lá e truxe três filhos, fiquei um ano e dois meis, aí vortei fui lá na Bahia, cheguei lá peguei a véia, fui busca a véia, aí a véia falô, vai tudo ô num vai ninguém, aí peguei oito, seis fí eu e a véia, tinha umas vaquinhas lá, vendi tudo, era fazenda Boquerão, onde nasci e me criei, fazenda do meu pai. [...] Cheguei aqui não tinha rodoviára, era agença. Aí cheguei, o ônibu parô, tinha uma mocinha lá dento. Falei: Mocinha aqui num tem taxi? Ela disse, tem. Mas o meu filho que morava aqui tinha uma casa, e eu tava com o indereço dele, eu peguei o taxi e fui lá pra casa dele. Cheguei lá ele tinha vendido aquela casa. E eu sabia pra onde tinha ido? Taxi encostado. Aí eu perguntei uma mocinha: você me informa mais ou meno que lugá ele mora por aqui? Ela perguntô pro taxista, o Lagoa: Cê sabe onde mora o Augustão? A chácara do Augustão? Ele disse: Sei. Ele tá naquele

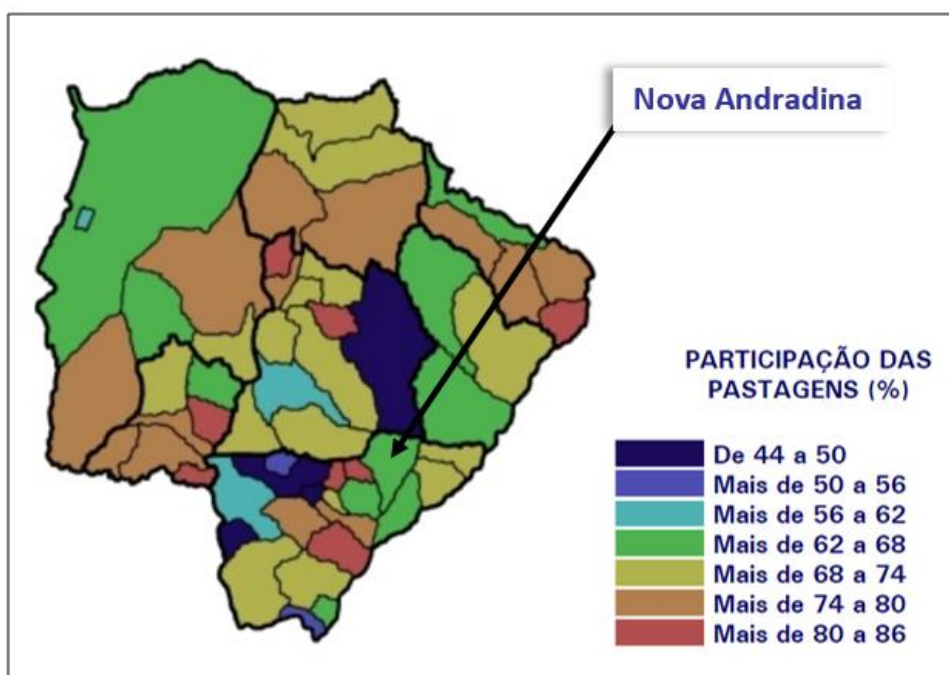
mei alí. Aí nós ia passando eu vi uma mulhé e lembrei duma foto e falei pára aí motorista. Eu falei: ô dona a senhora me informa por aqui onde mora um menino por nome Nivaldo? Ela já me conheceu pela fúça também nu foto né. Ela disse: ô você é o pai dele? Falei: sô. Ô Sara olha teu sogro. Aí a nora correu de lá e conversamo. O meu menino tava na fazenda Cavallo Preto. Aí no memo taxi nós fomo na fazenda, oitenta quilômetro daqui lá né. Foi de noite chegaru. Êê pai, aquela festa né. Isso no sábado. Quando foi no domingo saí mais ele, fomo na fera, andamo, aí eu falei: ô Nivaldo, vontade de toma uma pinguinha. Naquela época eu tomava uma cachacinha né. Ele disse: ô pai, para com isso! Cachaça? Eu disse: é fio, to com cinco dia que eu tomei uma. Aí tinha o butéco do Zé Menaru, foi o primero buteco que eu vim aqui. Aí eu cheguei, aquele véião, eu disse: o amigo cê tem uma cachaça com raiz aí? Ele disse: Tem! Tomei aquela pinga, aí nós voltamo pra casa dele e no outro dia nós fomo pra fazenda. Lá pra Cavallo Preto. Quando cheguelo lá, um monte de gente im mei a braquiára. Aí entrei nu mei daquilo alí, era braquiára pra juntá de gancho né? Enxada e coisa e tal. Quando foi de tarde, vamo toma banho. Aí todo mundo esquentano água, acendero o fogo, esquentando no balde pra toma banho e a represona embaixo ali assim. Eu pensei: pára, lá em casa eu costumado a toma banho de lagoa, vô fica tomando banho de água quente nessas lata véia? Aí o menino, pai, pai cê tá doido? Tá frio. Qui frio nada. Peguei a tuáia cheguei e entrei. Quando eu entrei Cuma daqui lá na porta eu levantei, tava dento dum gelo, tava uma neve assim por cima da água né, por baixo tava só uma pedra de gelo, oiei, os outro colega tava lá em cima tudo morreno de dá risada, (risos), eu levantei, cheguei cá na beira da água, éra tempo de frio, aí num falaro. [...] Nu oto dia fumo trabaiá, aí ganhei um dinherim, fui lá na firma, cheguei lá me pagaru, e eu rastei e fui embora, pegou pra Sum Paolo e depois pá Bahia. Cheguei lá foi no meis de novembro, aí deu uma seca, eu tinha deixado uma roça de, roçada, quemáru, aí prantaru e perderu tudo, cheguei lá que vi aquela secona daquele jeito, falei: eu vou ficar aqui? Eu tinha visto aqui tanto boi, tanta lavoura, tanta fartura, pensei que ia sobrá pra mim, aí vortei né, fui vê a véia, fiquei lá nem um mês, nem um mês fiquei não. Peguei os treis fi e rastei no mundo, aí com um ano peguei férias no posto aí fui lá vê a véia né, quando cheguei lá a véia disse ou tudo ou nada, ou vai tudo ou vai busca os que tá lá, levamo tudo, peguei uma vaca boa, tinha uma vaca boa de leite, vaca dava déis lito de leite né, peguei vendí. Trabalhei seis ano no posto Vanessa, na prefeitura trabaiei catoze ano. Aí peguei todo mundo, aí quando cheguei em Sum Paulo, aqui já tinha treis, já tinha acumulado, já tinha casa, já tinha o que cumê, tinha o que bebê né, era casa alugada, aí que eu cheguei em Sum Paolo, um tio meu falô: rapaz tu tá doido, vai mata seus fi de fome, onde tu tá com essa cabeça, vai mata seus fi de fome, eu arrastá seis filho, oito pessoa de Sum Paolo prá qui, foi fácil? Fui corajudo, graça a Deus. Aí fumo trabaiá todo mundo, morei catoze ano de aluguél, aí depois cumprei terreno aqui, construí meu barraco, é meu, num devo um centavo prá ninguém, graça a Deus. [...] Meu filho mais véio trabaiáva na Guiti im Sãm Paolo, aí namoro com essa muié, aí ele foi pra Bahia, no casamento da irmã, cinco dia de festa, levô a muié, aí quando chegô o véi, sogro dele já tava no cartóro. Ele tinha trabaiado na Guiti na Bahia, aí de lá a firma transferiu ele prá qui (São Paulo), ele trabaiô onze ano na firma, aí casô, o sogro dele vendeu tudo que tinha lá em Sum Paulo e comprô aqui, veio imhora pra qui. Quando eu vim pra qui ele já morava aqui quatro ano. [...] Eu tenhu um amigo meu aqui falô: Seu Marcionílio, um dia eu quero vim pra qui, dumí aqui pra você me conta a sua vida, dá um rumance, eu falei, e é grande, cê tem as história pra contá, você cria doze filho, você e Dona Geni. [...] Vortei em 2002, 2002 eu fui lá, dia vinte e

cinco de junho de 2002, pela última vez, já fui nove vez lá. Não mudô muita coisa, mas tava diferente. Morá lá não, só passia, vê lá meus primo, a fia lá também, só tem uma, semana passada ela teve aqui, quando nós viêmo de lá ela já éra casada, ficô lá, no memo lugá, irmão tenhu quatu, agora filha só uma, e aqui tem oito. Essa qui tá aqui mora em Santos. [...] Em 2002 quando vortei lá vendí a terra, vendí prum cunhado meu. Hoje eu num vortaria prá morá, puquê, pra fazê u quê? A minha terra eu vendí, a casa eu vendi. Morá lá pra fazê u quê, já tô cum oitenta e cinco ano, u quê qui eu vô fazê mais? Graças a Deus eu vivo sossegado aqui, apusentado eu e a véia. [...] Aqui trabaiano na roça, carpinu broquiára pra tirá semente, àh trabai pesadu aquele hein, lá em casa, derrubava, prantava mandioca, prantava uma roça de mandioca como quase que daqui na avenida, aí depois quando ela tava cum dois, treis ano ia fazê farinha pra vendê, éra mandioca e fava e mîlhu, aqui foi pesado, oh quem comparava? Aquele siviço de broquiára aqui, chegava di noite, suava o nariz e saía aqueles bolo de terra. Aquilo éra siviço de homi? Siviço pesado. Aí acabô, graça a Deus acabô aquilo. (Relato de Marcionílio Pereira Santos em entrevista com gravação de áudio em 02/03/2018)

A chegada do senhor Marcionílio em Nova Andradina, no primeiro momento, esteve associada à ilusão de que no lugar as possibilidades de trabalho garantiriam melhores condições socioeconômicas, motivo de ele ir buscar outros de seus filhos na Bahia.

Nesse período, o trabalho na fazenda de produção agropecuária, como ele relata, “um monte de gente im mei a braquiára”, plantação agrícola, cuja colheita de sementes estava associada à comercialização para produção e reprodução de áreas de pastagens.

Figura 14: Participação das pastagens nas áreas dos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 1980.



Disponível em: <http://old.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/doc/doc16/03descricao.html#3.2>
 Editado por: Giovan Pereira Santana

Na figura 14, temos a participação das pastagens nas áreas dos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 1980. Em Nova Andradina, haviam áreas que representavam mais de 62 a 68 do percentual da área total do município, denotando a concentração fundiária.

Após se estabelecer em trabalhos na área urbana, o senhor Marcionílio busca o restante da família na Bahia. A vivência, pelo trabalho e as relações socioeconômicas em Nova Andradina, é lembrada em períodos de dificuldade. Quando chegou o trabalho árduo nas fazendas de beneficiamento de braquiária ao qual resistiu até se ocupar em atividades no comércio da cidade. Verificamos que a atratividade enunciada pela produção econômica envolveu o senhor Marcionílio num dilema no campo de relações socioeconômicas em que, pelas experiências no lugar, viu que “aqui foi pesado”, evidenciando sua frustração. Goettert (2008), tratando de questões que envolvem a migração do trabalho pelas “experiências migratórias que se fazem no próprio processo de produção da “experiência social”, aponta que:

Experiências no fazer-se sujeito que migra e no fazer-se sujeito que fica. Sujeitos do trabalho, da família, dos sonhos, das frustrações, dos retornos, dos constrangimentos, das tensões e da saudade. Dos que partem e dos que ficam. Dos sentidos inesgotáveis de uma práxis. Das singularidades e da interpretação no diverso. (GOETTERT, 2008, p. 36)

No contexto em que a experiência social do migrante ocorre no espaço dinamizado pelas ações humanas através do trabalho e das relações sociais, é que cada espaço contém características intrínsecas ao modo de produção pelo qual foi produzido, relacionado às formas de organização social, econômica, política e cultural. Para Santos (2006, p. 51), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

É no sentido de contrariedade a forças que regem os lugares, como aquelas que, na espacialização do município, ocupa, concentra e controla a produção espacial, que abordamos no relato do migrante Joaquim Alves Barbosa a sua experiência social de luta pelo acesso a terra e a resistência para a permanência no lote adquirido em Nova Andradina:

Eu sempre tivo presente nus movimento, si tivesse qui tá junto a gente tava, mais acampá eu nunca fui acampá não, porque a gente tinha as criança pequena, i tinha qui larga du impregu pa pudê acampám agente era até criticadu, porque us qui tava acampadu qui aqui todos acampasse. Issu iniciô im oitenta i seis, di movimento mesmo, qui cumeçô na luta, i foi nessa luta até oitenta i nove, qui foi quandu saiu aqui im oitenta i nove. Saiu assentamento im Nioaque i em Dois irmãos do Buriti, aí eu num quis í, qui era um lugá isolado, eu quiria aqui pú perto. Aí quandu saiu essa aqui, aí eu quis. A terra di cerrado, mais foi aqui qui nós si acampô. Qui ficô da família nu movimento qui pego du INCRA só eu i meu irmão. Aí vei otu irmão e ota

irmã mas qui já comprô direitu di otros qui vendeu. Desde setenta i dois qui já tinha cunhecimentu di Nova Andradina, já tinha passadu pú ela, cunhicia só di passage. [...] Qui nós entrô nu sítio aqui mesmo foi im, qui saiu im janeru di noventa né, i nós entramu aqui no dia deis di junhu di noventa. Entramu aqui nu mei du matu né, qui nós foi fazê a casa, abriu um carriadó e nois entrô. Era bem altu, foi tiradu cum tratô di istera, tudu passado correntão. Trabaiei cum carvuaría, quase todos qui permaneceram aqui teve qui fazê carvão, purque aqui num teve financiamento nu iníciu, du governu, aqui foi cada um tinha qui si arcá pur conta, num teve recursu. Aqui era Fazenda Teijin, aqui era uma banda da Teijin, só qui já era Santa Virginia, era duma fazendera, foi desapropriada da fazendera, num foi da Teijim. [...] U objetivu qui a gente criô foi assim, nós pensâmu, num tinha recurso di financiamento, nós pegava, tirava a lenha, pagava us tratô, i prantava mandioca. Aí depois foi abrino prantanu mandioca i foi joganu grama. Na época era o qui dava aqui, si adaptava aqui, aqui teve uns qui foi tenta prantá algudão, num virô, tentaru prantá feijão, só deu certu quem pranto mandioca, a mandioca foi que mais sustento u povo. Nós cultivo mandioca até u anu di dois mil, aí quando foi nu anu di dois mil quebrô tudo, a gente pranto im dois mil, quando foi im dois mil i dois, nós tinha quatu alqueri di mandioca teve qui gradiá purque num achava quem compra, qui intupiu tudo as farinhera cum as fazenda grandí cheia di mandioca. Quando us fazenderu começaram a prantá mandioca eles só buscava acima di cem alquere, quem tinha na pequena propriedade perdeu tudu. Eles num pegava purque us fazenderu tumô conta. Intão u piquenu é ingulidu pelo grande. [...] Aí foi a imigração pru pasto e pra vaca di leiti, qui é u qui sustento nós até aqui. U total du lote é quarenta e dois hectari, i tem us vinti pu centu di reserva legal, i u restu dá treze alqueri di terra. [...] Vortei nu nordeste tá cum dois anu, foi in dois mil i dizesseis. Vortei nu mesmo lugá, lá nu cantim qui eu nasci eu fui, lá di vorta, nu Rio di Contas. Só qui é uma dislusão muito grandí di uma criança saí, quando eu saí di lá eu deixei, a minha imagi qui eu tinha di lá, era muita floresta, ainda tinha muita floresta, tinha a margi du Rio di Conta era uma mata bunita assim, u Rio di Conta curria dentu dela, muito jatobá, pitomba, ingázeira, muito u juazêru, era bunitu a bera du rio, hoje tá um disossadu, num tem nada daquelas árvori mais, u riu secu, eu cheguei lá u riu tava sequim, i aquelas mata qui tinha acabô tudu. Tava cum mais di seis, sete meis qui num tinha dadu uma gota di chuva, quando eu fui lá. Agora quando eu fui lá, us qui tão vivênu lá, tem uns qui tá mexenu muito cum gadu, i tem otus qui tem, faiz umas represa nu riu prá sigurá água, mantém a água represada nus riu i vive prantanu maracujá, é manga í já tá cumeçanu cum prantiu di banana, tudu na irrigação, mais é represa, purque u riu permanece secu í eles segura a água im represa, lá chama tapagi né. U pessoal faiz a tapagi nu riu, intão quando u riu séca a água qui corre fica aquelas coisa di água qui eles usa. É bom volta pra revê aquelas coisa di criança né, ainda tem quatu tiu, tem dois tiu i duas tia qui tá vivu lá ainda, nessa região, mais pá mora você num acostuma não. Foi a primêra veiz qui vortei lá, depois di cinquenta i cincü anu. É uma ixperiênça muito grandí você fazê uma viagi depois di cinquenta i pocu anu, di ondi você saiu criança, eu ficu assim alembrando e pensanu qui a decepção é mais ô meno qui nem você tinha aí uns dizesseis anu você arrumo uma namurada né, i agóra cum sessenta anu você retorná i ela ti vê e você vê ela, ela vai ti guarda, você jovi bunitu, vistosu, você vai guarda ela naquela imagi daquela moça bunita, aí quando você vai chega vê ela inrrugadinha, é igual eu vi a Bahia. Você guarda a lembrança da última visão que você teve. [...] Eu tenhu meu pai i minha mãe seputadus im Ivinhema, tem mais um irmão desse qui tá seputadu im Ivinhema, i tem um qui faleceu a pocos dias qui tá seputadu aqui im Nova

Andradina. (Relato de Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas-BA, em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

A relação com o espaço agrário, desde a infância quando emigrou do Nordeste, e em lugares de sua trajetória, fez com que o senhor Joaquim mantivesse contato com trabalhos no meio rural, despertando o interesse em ingressar na luta para aquisição de uma propriedade no espaço agrário pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) no ano de 1986.

Recorre-se que a manifestação do MST, a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição ligada à Igreja Católica e as lutas de outros setores da sociedade, envolvidos na questão da desigualdade fundiária no Brasil, passaram a defender o direito de acesso à terra, principalmente àquelas consideradas improdutivas, promovendo ações na tentativa de mobilizar políticas públicas para o acesso à terra. Fernandes (2000) corrobora para o entendimento de que:

Desde 1979, quando começaram as experiências, de luta pela terra, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados. (FERNANDES, 2000, p. 75)

Pelo movimento social ligado ao MST que o migrante Joaquim Alves Barbosa consegue o acesso a propriedade a qual mora, o condicionando a outros fatores de luta e resistência na produção em meio ao latifúndio. Após mais de cinquenta anos, ele retornou ao lugar de onde saiu quando criança, e conta sobre a decepção na nova experiência, “*você guarda a lembrança da última visão que você teve*”, se remetendo o lugar após todos esses anos. Goettert (1998) trata da relação entre memória e sujeito, na medida em que “*é na história vivida que se apóia nossa memória*”, portanto, as relações das migrações “*estão colocadas na memória dos sujeitos sobre situações e contextos experienciados ou transmitidos pela tradição oral, sobretudo*”.

A memória não é um dado à parte dos sujeitos: dá-se a inseparabilidade entre memória e práticas cotidianas. Ou seja, a memória está nas práticas e as práticas estão na memória. O passado, igualmente, também é uma construção constante, no presente e em direção ao futuro. O passado feito memória é movimento de tempos que se separam, se juntam, se invertem e se fazem individuais e coletivos. (GOETTERT, 1998, p. 58)

Assim também, pela memória que o migrante Manoel Antônio Apolônio Filho relata sua experiência na vivência no meio rural, as relações de trabalho e a luta para aquisição de propriedade rural em Nova Andradina, também pelo movimento social (MST).

Aí cum tempo eu arrumei uma muié, morando na SOMEÇO, fiquei cum ela uma anu, aí ela ficô isperanu criança, aí Cuma as coisa aquele tempo im vista de hoji, éra mais difícil né, principalmente assim de condução, fazenda. Aí quando ela chegô no mêis dela ganhá a criança, aí eu vim im Ivinhema, fiz a ficha dela alí no hospital do Dr. Valmí, éra um hospital particulá, Ela se chama Irací Ferreira, Deus ponha ela num bom lugá. E alí na Vitórinha, perto de Ivinhema, cinco quilômetu, tinha uma benzedêra, aí no dizê dela, éra benzedêra, partera, éra tudo. Aí a Irací já preferiu fica na casa dela, aí quando chegô a data dela ganhá a criança, aí levei ela e deixei. Voltei pra fazenda. Aí ela cuma não era uma mulé de ganhá criança normal, aí ficô. Rapaz, eu nunca esqueci disso, uma coisa que não são da minha mente. Aí cum treis dia, eu sonhei que ela tinha ganhado a criança, aí eu pegava a criança no braço e acordei, num via ela. Aí justamente, cedo eu fui pá istrada pá pegá uma carona pra vim im Ivinhema. Aí fui lá onde eu tinha dexado ela, fui lá na Gleba Vitória, quando eu cheguei lá essa partera, chamava Dona Gerônima, aí, e a mulhé? Ela ganho a criança? Ah ela num ganho a criança de dengosa qui ela é, naquele memo dia a noite ela começo sofrê, e vi qui ela tão dengosa eu peguei e levei ela pra Nova Andradina. Aí aquilo já me deu um trôço assim, qui uma coisa num tava certa. Aí peguei e fui pra Ivinhema, já tava cum treis dia, aí peguei o ônibu e vim pra Nova Andradina. Aquele tempo eu nem conhecia Nova Andradina. Cheguei a boca da noite, aí peguei um taxi, perguntei ao taxista se ele sabia onde éra o hospital, se tinha mais que um hospital, e só tinha a Santa Casa né. Aí fumo lá. Quando chegemo lá, aí tinha a enfermêra que tava atendeno, aí eu cheguei e perguntei de fulana de tal tava internada ali. Aí ela olho na ficha do dia, num tava. Falei não, num é na ficha de hoji, acho que já tá cum treis dia. Ela falô: tá sim, péra aí. Aí foi chama a enfermera que tava atendeno aquele dia. Ela vei e falô: é o senhô que é o marido da Iraci Ferrera? Eu falei: é eu mesmu. Falô: ela ta aqui, pode entrá. Aí entrei, daqui a poco ela parô. Pra mim nada tava certo, cuma de fato num tava. Ela falou: pois é, ela chegô aqui e foi direto pra mesa de operação, e num resistiu, faliceu foi interrada, ninguém tinha indereçu. Eh rapaz, aquilo, eu fiquei alí sem sentido, sei lá que tempo foi. Aí depois voltô, aí eu perguntei: e a criança? Ela falou: a criança tá aqui. Eu falei: quero vê ela. Aí ela foi lá pego a criança, troxe, eu ainda peguei a criancinha no braço. Aí eu perguntei: eu quero conversá com u dotô. Justamente quem atendeu ela foi o dotô Tiokayo. Aí ela falô: ele num tá qui. Aí saí pra fora, perguntei o taxista, se ele sabia onde éra a casa do dotô Tiokayo, ele disse: sei. Então me leva lá. Aí quadu cheguei na casa dele, lembro como se fosse hoje, ele tava na área, mais dois cumpanhero, tomando ali uma caipirinha. Aí quando eu marchei pro portão ele veio de encontro comigo. Aí eu falei cum ele, que eu era o marido da Iraci Ferrera, e eu queria explicação do motivo porque ela faliceu, aí ele contô: Seu Manoel, o senhor pôde fica conformado porquê se ela tivesse escapado ela ia fica paralítica ou se não ia fica loca. Naquilo fiquei no desespero, comecei chorá, e logo tamém me conformei. Aí ainda falei cum ele: dotô num tem probrema que eu dexe a criança aí no hospital po uns deiz ou quinze dias? Ele falô: não, pôde dexá que aí ela é bem cuidada. Então, purquê eu vô cassá uma pessoa di confiança pra cuidá da criança pra mim, e eu quero sempre tá perto né, á o que ela precisá. Aí tá. Aí naquilo dispidi dele, voltei pra Ivinhema, posei lá, aí nu outro dia, aí fui pra fazenda. Fiquei rapaz, andanu sempre pu canto, pru oto, caçando uma pessoa conhecida de confiança, pra cuidá da menina pra mim, éra uma menina. E num achei. Aí naquilo, éra em 1976, foi uns vinti dia rapaz, quando eu nem esperava, de tardezinha chegou a Kombi da Santa casa, o motorista, uma enfermera e uma frera. Aí chegô, cumprimentô, aí ela me falô, o motivo que ela tava me caçano, a frera né, porque ela tinha

muita vontade de adotá uma minina, e ela gostô muito da minina, que era muito ingraçadinha, e pergunto se eu num adotava pra ela. E eu já tava disperado, qui eu num tinha achado quem cuidasse pra mim. Aí eu bolei na hora, sabe que se eu adoá pra frera, é uma pessoa de confiança. Aí, adoei pra ela. Rapaz, í passô, uns quatu ano, aí justamente, que eu tava tomando conta dum sítio do administradô alí na Gleba Cristina. Í, o administradô tinha um irmão que morava vizinho u convento das frera. Aí ele veiu na casa du irmão e viu aquela minina, já tva cum quatu anu. Aí eu já tinha arrumado outra, que é a Rosa. Um dia ele chegô lá em casa: Êh Manuel, você é um cabra sem coração rapaiz, você tem uma fia tão bonita, porquê você num vai vê sua fia lá! E eu fiquei naquela: num sabia si ia ô num ia. Falei ó, eu já adotei pra frera, assinei, foi registrada nu nome da frera, sí eu fô, acho qui eu fico mais sintido. Pensei: agora já tenho uma muié, tenho quem cuida. Mais eu já tinha adotado pra frera, fiquei sentido. Aí depois morreu essa luta, aí depois siguí, eu amiguei cum a Rosa, hoje nós sumo casado. [...] Casei na igreja, sô pai de cinco filhos, quatro muié i um homi, tenhu quarenta e dois anu de casado. Fiquei nesse sítio poco tempo. Di lá nós feiz várias mudança, mas sempre nu manicípio de Ivinhema. Daí alí no manicípio de Ivinhema nós mudemo lá pra fazenda Curupaí, fazê uma colheta de algodão lá. A fazenda Curupaí fica alí na linha de Ivinhema e Naviraí que vai prá Glória de Dourado, alí pur dento. Moremu um ano e poco alí. Tiremo a colheta de algodão e eu toquei roça ali. [...] Da fazenda Curupaí nós mudamu pra fazenda Rodeio, fiquêmu quatu anu, tocando roça né, arrendei quatu alqueri e fiquei quatu anu. Aí venceu esse arrendamentu, justamente, foi u tempu qui foi aprovado o plano da reforma agrária, tava sainu assentamento. Í nessa data, pur sorte, saiu, foi liberado essa Gleba aqui, qui ia sê cortado, o Incra tinha desapropriadu. [...] Aí pra requerê a terra eu associei nu Sindicato e fiz o cadastro justamente lá, aí cuma o arrendamentu lá tava vincidu, aí o Incra deu o direito pra quem tava cum arrendamentu vincidu vim acampá aqui né, já na Gleba, justamente aqui, no fim do assentamento, berânu um córguinhu alí. Aí nós fiquemu acampado alí oito meis. Quantu us ingenheru cortô aqui, achu qui cum noventa dias, aí o Incra vei i feiz u surtei. Aí depois du surtei o presidente du Incra deu noventa dia pra a genti intrá nu lote. A gente num nada, mis aquele tempo a coisa éra mais difícil ainda. Nós viemo no ano de 1989. Todos manicípio aonde eu morei eu sempri gostei de sê associado nu sindicato. Fui associado nu sindicato de Ivinhema, sindicato de Naviraí, qui foi através daquele sindicato qui eu consegui requerê esse lote e hoje sô associado nesse sindicato aqui de Nova Andradina já tem um tempim. [...] Voltei no Ciará no ano de 2000, cum vinte e nove ano qui tinha saído de lá, vortei pro mesmo lugá. Até meu pai tinha pidido pra eu í lá, queria me vê, o pai dele tinha morrido, tinha uma herança. Aí achu qui foi pú Deus, eu num tinha vontade de í lá, aí eu falei: eu vô lá. Tinha um amigu nosso aqui, era dono desse lote aqui, ele morava em São Paulo. Ele falou: não seu Manoel, você vai mais eu, o sinhô fica lá uns dois, treis dia discansano lá im São Paulo, depois eu levo o sinhô na rodoviára, si o sinhô quisé í di avião, todo anu eu tenho uma passagem di avião grátis, u sinhô vai di avião. Ele si chama Damião. Eu falei, Damião di avião eu num vô não. Aí fui cum ele, fiquei dum dia pu oto im São Paulo. No oto dia ele mi levô na rodoviária, peguei um ônibus, distino direto Ciará, Juazêro. Lembru Cuma se fosse hoje, cum treis dia éra véspera de Santo Antônio. Cheguei lá tinha pnhado fogo na foguera naquele momento. E alí foi uma aligria. I du jeito qui saí di lá cheguei lá encontrei as coisa, num mudô nada, im Pedra Branca. [...] Sim mudô, num tinha a mãe, us meu irmãos num tava tudo ali, um casô foi pa Fortaleza, oto aqui im Goiás. Meu pai quando mi viu, ficô muito filiz, é tanto qui ele nem quiri aqui eu vinhesse mais. Ele pegô uma herança du pai dele, justamente, e

essa herança já ficava lá na parte do sertão, ficando beranu a ruduvia 020 qui vem di Fortaleza a Tauá. Eu nunca tinha ido lá, aí pidiu pra mim í lá, tinha até um gadu lá, tinha vinti i duas cabeça di gadu lá, aí qui eu saí daqui cum distinu di í diretamente a casa du meu pai, i u primero lugá qui eu saísse di lá eu quiria í na casa du meu padrim, i assim eu fiz. Aí cheguei, achei as coisa mudada, ele já tava muito velhinhu, num tava inxerganu mais, mais a casa éra a mesma, a benfeitura ali, qui tinha um sítu di fruta a coisa mais linda, piscina, u mesmo jeitinho. U Ciará, nu sul, tem muita região di terra boa, qui eu vô ti falá sabe, dá pra tirá u chapéu, tudu qui si plantá colhe, todos lugares, tem mancha di terra boa, tem mancha di terra fraca. Cum dois dia eu fui lá nú sertão. Meu avô, ele é pai di quinzi filhu, i tinha essa fazenda lá, eu nunca tinha ido lá, aí repartiu e ficô cento e sessenta e seis hectari pa cada filhu, justamente a parte du meu pai era uma terra qui num foi desmatada i tinha quarenta e pocas cabeça di gadu, num tinha nada formadu, era só nativa, u gadu si mantia ali. I a coisa qui eu nunca isquici, nunca tinha vistu e depois qui vi num isquici, qui aqui eu nunca vi, qui lá passa anu sem dá uma chuva. Aí fui precorrê aquela área qui pertencia a meu pai. Tinha pé di imburana rapaz, aquela coisa mais linda qui eu num abarcava, árvore de aroêra, qui aqui eu nunca vi. Aí eu falei: mais meu Deus, fica até um anu sim chuvê, só cum u sereno da noite produiz u matu nativu e u gadu bunitu. Aí dipois eu voltei, tinha uma cidadinha, chama Cruzêru, Cruzêru tá cumparando igualmente Casa Verde, cruzamentu né, qui vai pra Fortaleza, vem pá Pedra Branca, pá Catreus, ali mora um tiu meu, u cara é bem di vida, diz: ô meu fi venha imbóra, si você num tive bem no Mato Grosso vem imhora pra cá, qui você financia aí, seu pai tem muito gadu aí, todo anu morre bizerru aí. Aí tá, eu já tava peganu amô na querença né. Aí meu pai falô si quisessi volta pra lá eu passava essa herança, passava a procuração pra mim. Naquilo uns irmão meu cumeçô sinti dô di cutuvelo. Aí naquela época a Rosa tinha intrado di féria nu mei du anu, u Rafael qui é u çaçula, naquele tempo ele tinha achu qui oitu anu, aí ele falô: ô meu fi, eu quiria tantu cunhecê sua mulhé, u meu netinhu mais novo. Aí eu liguei, ó Rosa, papai qué lhi cunhecê, intão você venha, traga u Rafael, eu ligu pá Damião lá im São Paulo, você péga o ônibus im São Paulo, e você vem aqui, eu quero que você vem aqui, num quéru qui você responda qui num vem. Aí assim ela feiz. Aí meu pai cunheceu ela, u Rafael. Fiquei, achu qui uns vinti i pôcu dia, aí voltêmu juntú. Até hoje num voltei mais, meu pai já faliceu, quando eu vim sabe já tava cum treis anu. [...] I eu num fui mais pu causa da família né, us filhu cumeçáru pidi pá num í, aí foi onde eu parei i pensei: eu tenhu qui dá valô na família qui construí né, i nissu passô u tempu i eu isquici, num fui mais lá i nem deu vontade di í lá. (Relato de Manoel Antônio Apolônio Filho em entrevista com gravação de áudio em 11/03/2018)

A experiência social do migrante Manoel Antônio, nos trabalhos em fazendas, o aproximou das lutas de classe pelo acesso à terra, junto a outros trabalhadores que nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais reuniam forças para enfrentar o embate. A aquisição do lote ao qual mora ocorreu no ano de 1989. Anteriormente à moradia no lote rural em Nova Andradina, o senhor Manoel Antônio relata muitas de suas experiências, desde a saída do Nordeste pra “companhia pra irmã” quando ainda na sua infância, os lugares de moradia e de trabalho em fazendas, os relacionamentos conjugais, os filhos, enfim o desenvolvimento da vida social. Ele conta que voltou no Ceará no ano de 2000, “cum vinte e nove ano qui tinha

saído de lá”. Ele conta que ao chegar, “éera véspera de Santo Antônio. Cheguei lá tinha pnhado fogo na foguera naquele momento. E alí foi uma aligria”. I du jeito qui saí di lá cheguei lá encontrei as coisa, num mudô nada, im Pedra Branca. Esse fragmento do relato nos faz lembrar da representatividade a que elementos culturais produzem a memória dos lugares, a fogueira, os santos, a religiosidade.

Questionado sobre o “num mudô nada”, ele relata que “Sim mudô, num tinha a mãe, us meu irmãos num tava tudo ali, um casô foi pa Fortaleza, oto aqui im Goiás. Meu pai quando mi viu, ficô muito filiz, é tanto qui ele nem quiria qui eu vinhesse mais”, nos levando ao entendimento de que, nos lugares, assim como aponta Sayad (1998, p. 243), o “migrante é antes de tudo uma condição social” entre dois ou mais lugares, entre “lugar passado” e “lugar presente”.

Pelo relato e a indagação respondida, verificamos que na condição do migrante, que retornou após longo tempo ao lugar, a memória perpassa por representações socioespaciais no campo do material e do imaterial, o que, segundo Goettert:

As representações, como movimento, tendem também a mudar durante e depois da migração. Certamente, representações do lugar de destino sofrem abalos com a mobilidade assim como as representações do lugar de origem, justamente pela apreensão de outros referenciais de vida, de experiência, novas idéias e concepções de si e do outro. É relativamente comum ouvirmos de migrantes que o lugar que deixou (depois de uma visita) já não é o mesmo, ocorrendo o que Abdelmalek Sayad apontou como um “estranhamento” nas idas à cidade natal, percebendo nela traços de conservadorismo e tradicionalismo antes imperceptíveis. (GOETTERT, 1998, p. 60 e 61)

Adentrando na questão que envolve o campo imaterial das relações sociais e na motivação da migração por entre lugares, temos no relato de José Bonfim, anteriormente migrado para a cidade de Campinas, a vinda para Nova Andradina motivado pelo relacionamento com a prima que já residia na cidade. Nesse contexto, a migração “transcende condicionantes econômicas e se inscreve no rol da subjetividade, do relacionamento interpessoal, conjugal” (Goettert,1998, p. 165).

Morando com amigos em Campinas, o migrante vê possibilidade de contato com parentes que emigraram do Nordeste e que estavam morando em Nova Andradina. Ele já havia entrado em contato com esses parentes por correspondências via carta. A tentativa de encontro com a prima na cidade de São Paulo foi negativa, porém a saga continuou:

Eu cheguei em Campinas em 86, morei ali nove anos. 95 eu vim pra Mato Grosso do Sul. O que aconteceu? Desde que eu era criança eu sabia da existência de uns parentes meu no estado do Paraná, por parte do meu pai, aí

olha que coisa curiosa, quando eu fui pra Campinas, até então, eu soube que esses parentes do meu pai que morava no Paraná, estavam morando aqui no Mato Grosso do Sul, uma tia minha, uma irmã do meu pai, aí eu pensava assim, puxa um dia eu vou conhecer essa tia, um dia eu vou conhecer essa família aí, porque quando eu ainda morava na Bahia eu tinha contato com uma prima que morava aqui no Mato Grosso do Sul, por carta, eu acabei trocando cartas com uma dessas primas. Aí o tempo foi passando, em campinas, de forma bem esporádica, mas a gente tinha algum contato por carta, aí até que em 91, no ano de 91, fazia cinco anos que eu morava em Campinas, eu soube que essa prima minha estava doente em São Paulo, São Paulo a Campinas são cem quilômetros. Eu falei, é uma oportunidade de eu conhecer pessoalmente essa prima. Acabo que a gente marco né e eu acabei não indo. Aí passou, ela me escreveu falando puxa vida que primo covarde, o que que aconteceu, tava tudo certo pra gente se conhecer, eu não vou fazer nenhum esforço mais pra te conhecer, tal, essa era uma oportunidade. Eu falei, beleza. Esperei a poeira baixá. No ano de 92 tinha um, coincidentemente eu conheci lá em Campinas um rapaz daqui de Nova Andradina, trabalhando na oficina da empresa lá. Na hora da janta a gente conversando lá, ele disse, ah, Nova Andradina, eu sou de lá, eu falei, cara eu tenho uma prima de Nova Andradina, aí ele falou, ah eu to indo de férias pra lá agora, se num qué i? Eu falei não, vo não. Esse ano eu não vou, mas de repente ano que vem. Eu falei, se você encontra uma pessoa assim, dei as características dela né, se você encontra essa pessoa em Nova Andradina, fala que eu mandei um abraço, e que coincidentemente a gente tá trabalhando junto. Ele veio, teve contato com essa minha prima, no ano de 92 né, aí chegou lá falando, puxa tua prima é bacana pra caramba, tal, e falou que você pisou na bola. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

Por ocasião de um período de férias no trabalho, no ano de 1993, foi o momento em que ele realmente se dispôs a visitar e conhecer a família em Nova Andradina. Nesse contexto, ele se envolve com a prima a qual não conhecia pessoalmente, dando início ao namoro. Ele retrata a difícil relação no namoro, condicionada pela distância e a motivação de vir morar em Nova Andradina:

Aí em 93 eu peguei férias em abril, fui lá na Viação Motta, São Paulo Nova Andradina. Peguei, tava de férias, falei, vou pra Nova Andradina conhece essa minha tia e essa minha prima. Chegando aqui eu fiquei duas semanas aqui, aí acabei chegando de surpresa, naturalmente, e acabei conhecendo e gostando da minha tia, e gostando da minha família e gostando da minha prima até demais, porque hoje se tornou minha esposa. A gente teve um envolvimento emocional, fiquei duas semanas, aí eu acabei voltando e a gente começou a namora. Ela tinha mais tempo e a cada quinze dias ela ia pra Campinas. Eu achava a distância assim, era um fator muito ingrato, pra quem era apaixonado. A gente se falava muito por telefone, era orelhão naquela época, a gente usava aquelas fichas, enchia o bolso de ficha e ia lá pro orelhão. Aí em 95, eu tava passando por uma transição lá na empresa, a empresa tava mudando a razão social, aí naturalmente, eles faze o acerto com a gente, automaticamente quem quisesse ia se readmitido nessa nova empresa. Mas aí eu peguei esse gancho, já que eu to sendo demitido vou aproveitar e vou lá pra Nova Andradina. Aí eu vim pra fica definitivamente com a minha prima namorada. Vim morar na casa com meu sogro e minha sogra. Meu sogro morreu sete anos após, eles morreram e a gente continua

na casa até hoje. Eu to no mesmo endereço desde 1995. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

A mudança para Nova Andradina causou choque, mediante às estruturas da cidade, pois ele já havia se acostumado com as dificuldades de vivência na cidade grande. As possibilidades de emprego em Nova Andradina eram escassas no momento da chegada, o que contribuiu para que ele permanecesse longo período desempregado. Empregado em algumas empresas, comenta sobre as dificuldades nas relações com os trabalhos. As relações na sociedade novandradinense, a partir do envolvimento com pessoas nos trabalhos e na igreja, contribuíram para a resistência e possibilitaram a permanência na cidade, pois em alguns períodos de dificuldade a cidade grande sempre lhe vinha à mente:

Quando cheguei em Campinas, eu me dei conta que eu tava dentro de uma metrópole de um milhão de habitantes, o choque foi tremendo, houve muita dificuldade, o ambiente, a rotina, depender de transporte público. [...] Em Nova Andradina foi chocante também, parecia que eu tava retrocedendo também, do ponto de vista social, porque eu cheguei nessa circunstância né, assumi um relacionamento a dois, relacionamento conjugal, e sem perspectiva profissional, eu não tinha nem ideia do que eu ia fazer, acabei ficando uns dois anos de, de desemprego, e ela trabalhando, ela que segurava as pontas né. E aquilo, volta e meia eu sentia vontade de voltar, muita vontade de voltar pra Campinas, foi um período muito difícil, como toda fase de adaptação né, na maioria das situações, pras pessoas, toda fase de adaptação demanda paciência né. [...] Aí eu comecei a trabalhar no Frigorífico Independência, consegui arrumar um trabalho lá no Independência, só que eu sabia que eu ia ter muita dificuldade, eles falava que era inevitável, eles falava que eu ia ter que passar pela parte da friagem ali né. Eu via as pessoas comenta como era o trabalho lá, eu falei, puxa vida, é difícil. Mas eu comecei lá na cacharia, era um trabalho relativamente tranquilo né, num ambiente com temperatura normal. Mas aí quando eles me disseram, uns vinte dias que eu tava trabalhando, que eu provavelmente teria que subir, ir lá pra parte da dizóssa, aquela parte pesada e fria, aí eu acabei pedindo pra sair. Depois fui trabalhar por pouco tempo na fecularia, Yamakawa né, aí trabalhei lá também, acho, que dois meses, aí acabei saindo, falei, puxa vida, acho que isso também não é pra mim não, não me adaptei sabe, tive dificuldade. Enquanto isso a saudade de Campinas, sabe! Aí em 98, acabei indo trabalhar na usina Santa Helena, trabalhei uma safra lá, seis meses, uma safra, foi uma experiência legal, inclusive, foi quando minha filha nasceu, trabalhava na parte do laboratório. Saí da usina eu fui contratado na prefeitura, serviços gerais na prefeitura, mais aí me levaram pra, como na época eu tocava na igreja, aquela coisa toda, o pessoal da igreja católica me conhecia, aí acho que acharam que eu tinha um potencial maior do que aquilo. Aí me levaram por ocasião do projeto da Assistência Social, tinha aquele projeto social chamado AMA¹⁷, que hoje acho que é extinto, mas era o PET¹⁸ né? Eu era monitor, eu fazia de tudo um pouco lá. Aí em

¹⁷ Assistência Mais Amor-AMA, projeto vinculado à Secretaria de Assistência Social do município.

¹⁸ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PET, projeto vinculado à Secretaria de Assistência Social do município.

2000 houve aquela mudança de governo municipal aí teve concurso, eu fiz, passei em terceiro lugar, fiz pra serviços gerais mesmo, aí assumi na assistência social mesmo. Fiquei dois anos. Nesse período que eu ficava lá na assistência social, por indicação de um amigo meu, que eu prezo muito pela amizade dele, o José Firmino, professor também de geografia, sabendo da minha dificuldade, eu ganhando um salário mínimo, falou, vai ter um concurso do estado de agente patrimonial, vamo fazê? Você vai, você é professor, mais o que eu vou fazer, sim, o que que eu vou conseguir numa dessa aí, oitavo ano. Ele disse, mais o nível lá é fundamental. E acabou que, por incentivo dele eu fiz minha inscrição no último dia. Fiz o concurso e curiosamente fiquei em terceiro lugar. Assumi como agente patrimonial o qual eu to até hoje. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

A relação com o lugar de onde saiu do Nordeste se dava pelo contato com os pais que lá moravam, pois, periodicamente, ele os visitava. José Bonfim fala sobre o seu envolvimento artístico com o pai e a produção de uma canção após seu último contato com ele:

Meu maior incentivador musical foi o meu pai, e todas as vezes que eu ia na Bahia, eu trocava umas figurinhas musicais com meu pai, eu com violão e meu pai com cavaquinho, mas as vezes eu não conseguia acompanhar ele, ele falava, estuda mais, mais aquilo aí já me motivava, então as vezes eu chegava, pai olha eu aprendi mais isso, ele falava, muito bem, vai aprimorando. Só que, em 97, no segundo semestre de 97 eu fui a Bahia meu pai já tava, três meses depois que ele tinha sofrido um AVC e tava lá acamado. Eu peguei o violão pra toca pro meu pai, e foi minha frustração, meu pai não reagia, meu pai, mal mexia o olho, daí, alí, eu falei, gente! toda vez que eu venho aqui meu pai troca figurinhas musicais, a gente troca ideias sobre acordes, puxa vida, eu não vou ter isso mais, meu pai morreu. Assim, meu pai ali vegetando né. Aí eu vim embora, vim embora frustrado, 97 eu vim embora, aí quando eu tava na fila do banco, até então era Banco Bamerindus, pra fazer um depósito pra minha irmã, que era pra ajuda ali, nos custos do tratamento dele, do acompanhamento, eu tava na fila, veio essa letra No Divã de Deus, aí eu falei assim, puxa, cara meu pai, meu pai não sai daquela não, meu pai não vai levantar mais, não vai toca música comigo não, meu pai já tá no, sei lá, meu pai tá deitado, meu pai tá em algum lugar, meu pai tá No Divã de Deus, sabe, eu pensei assim, sabe. Ali, naquela fila do banco nasceu essa canção, que deu título ao CD né? Então, muitas pessoas ao lê aquela música, que eu só coloquei ela no CD, por conta que eu achei o título sugestivo, mas aquela música era minha, eu fiz pra mim canta pro meu pai entendeu, ela não tinha nada a ver com alguém, e curiosamente essa música tomou uma, ficou de todo mundo, de todo filho, e que tinha perdido um pai. (Relato de José Bonfim em entrevista com gravação de áudio em 25/02/2018)

A integração de José Bonfim na sociedade novandradinense foi se constituindo pela vivência no lugar, num elo entre a individualidade, a intersubjetividade e as relações socioespaciais. Conforme Tuan (1980, p. 284), “uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser”. Nota-se então, que pessoas formam uma realidade complexa com diferentes manifestações, como o corpo, o conhecimento, a linguagem, a sociabilidade, a cultura, o trabalho e a religião.

Os valores apreendidos no convívio familiar em Dom Basílio vão contribuir para o sentimento que José Bonfim retrata na letra da música “No Divã de Deus”, indicando sua ligação com a terra natal e seu vínculo afetivo com o pai que lá ficou. Para Carlos (2007, p. 14), “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”.

A relação paternal no contexto da migração também é presente na motivação de Kátia. Porém o movimento se dá em diferentes tempo e espaço. No contexto do ato de violência que levou o pai à morte, ocasionado por uma vingança hereditária entre duas famílias, fez com que a família saísse de maneira forçada do lugar, ao qual ela compara ao dizer que “*Aqui não era melhor qui o Ebron*”, apontando a relação entre o ato expulsivo e a condição vivida nos primeiros anos em Nova Andradina:

Quando a minha mãe se recuperou, o Edson, meu primo, irmão do Edival foi buscá minha mãe, porque assim, minha família entendeu qui si meus irmãos ficassem lá, qui são três homens, eles iam crescê dentro dessa história, ou eles iam sê mortos ou iam vingá a morte do meu pai. Assim, não faltava tio pra falá assim, até hoje tem um tio qui fala, qui meus irmãos foram frôxos, qui eles tinham qui tê vingado a morte do meu pai. Como eu já tava em Fortaleza, eu tinha onze pra doze anos, aí eu fiquei lá. Quando eu vim três anos após pra conhecê aqui. Nossa, quando eu cheguei aqui achei muito feio, estranho sabe, essa cidade só tinha rua di chão, terra vermelha, a casa da minha mãe era di madêra, num tinha uma geladeira, uma pobreza. Pra quem morava num apartamento, ia pra praia toda semana, enfim, foi um choque muito grande. Aqui não era melhor qui o Ebron, porque assim, no Ebron a gente tinha nossa casa di material muito confortável, a gente tinha leite, queijo, galinha, cabra, a gente tinha comida a vontade sabe, i aqui era um salário mínimo pra comê, pagá aluguel, água, luz, gás, coitado dos meus irmãos, trabalhava carregando sacos nas costas. Aí eu queria voltá em seguida pra Fortaleza, mas acabei não indo. Com dez meses qui eu tava aqui, conheci meu marido, o Maurício, qui é Pernambucano, ele jogava no SENA e trabalhava na usina. Eu vim pra cá em vinte e sete de dezembro de oitenta e nove, eu namorei com ele só seis meses, casei e voltei pro Pernambuco, fiquei aqui um ano e meio. Fomos prá Ferreiros qui é a cidade onde ele nasceu i si criô, a cidade de Ferreiros fica a cem quilômetros de Recife, uma cidadezinha bem pequena também, tipo Batayporã hoje, lá eu fiquei cinco anos. Só qui eu morei em Ferreiro um ano e pouco e logo fui prá Timbaúba qui é uma cidade tipo Dourados hoje. Lá em Timbaúba eu trabalhei numa loja de roupa, eu vendia muito material esportivo. Meu marido veio pra São Paulo, como muitos nordestinos, pra trabalhá, ele trabalhou numa fábrica de brinquedos. Lá ele conheceu um rapaz qui viu o futebol dele, alí, pela empresa mesmo e mandou ele pra MR em Maracajú, aí di Maracajú ele veio pra cá por causa do SENA, a intenção é que ele jogasse bola, mas ele trabalhava três dias na usina e o restante da semana ele ficava treinando na concentração. Lá em Pernambuco eu também não parei de estudá, o tempo qui eu fiquei lá, eu fui fazê técnico em contabilidade. Aí em noventa i seis vindo pra cá, eu fiquei noventa i seis e noventa i sete sem estudá. Aí quando foi em noventa i nove, eu tinha tido da Kaline, minha segunda filha, tava morando na minha mãe ainda, com os dois filhos, aí eu fui fazê magistério

aqui, no Fátima Gaiotto, aí terminei aqui, formei também. Aí quando foi em dois mil e um eu prestei o vestibular na UEMS pra fazê a graduação em Normal Superior, terminei em dois mil e cinco. Desde dois mil e um eu tô como estatutária na prefeitura, no mesmo ano já tive quarenta aula convocada no PET, então eu já trabalhei como professora com magistério, nível um, como alfabetizadora. Eu passei em quatro concurso na educação, só pude assumi dois. (Relato de Kátia Cilene Gonçalves Marinho Ramos em entrevista com gravação de áudio em 19/03/2018)

Durante os primeiros anos em Nova Andradina, a migrante Kátia Cilene relembra o estranhamento e a dificuldade financeira da família em se manter no lugar. Após o início do relacionamento com o atual esposo, Maurício, também migrante nordestino, eles retornam para o interior do Pernambuco, cidade natal dele. Durante os seis anos que ficaram no Pernambuco, Kátia Cilene conta sobre sua relação com a família do esposo e com os trabalhos. Após seis anos de moradia no Pernambuco, o casal resolve voltar para Nova Andradina, de onde não mais saíram. Nesse caso, vemos na mobilidade de Kátia e do esposo a inconstância no movimento entre os lugares, apontando para uma transitoriedade nas relações socioeconômicas e subjetivas. Eda Maria Góes, ao prefaciá-la obra “O Espaço e o Vento” de Jones Dari Goettert (1998) aponta:

[...] transitoriedade migratória – que incorpora e expressa, simultaneamente, movimento e permanência, presença e ausência, familiaridade e estranhamento... pares contraditórios, porém nada excludentes, como podemos compreender a partir do fazer-se dos sujeitos.... (GOETTERT, 1998, p. 15).

No fazer-se migrantes, o casal Kátia e Maurício retornam a Nova Andradina, vivenciando e experienciando o lugar.

Assim também, pelo movimento da vida que os tios de Kátia, a senhora Maria Marizinha e o senhor José Freire, ambos nascidos em Acopiara no Ceará, após a trajetória e a vivência no município de Itaporã, onde, tinham próximo da família outros parentes, também migrantes nordestinas/os, resolvem procurar outro lugar. Nas viagens para São Paulo, onde comprava produtos para abastecer seu comércio, o senhor José tem contato com “um cidadão que falava muito aqui de Nova Andradina”, que após a vinda junto a senhora Maria Marizinha para conhecer o lugar, eles resolvem migrar para o município. Goettert (1998), ao tratar sobre o diferente, o estranho, nas relações entre pessoas e os lugares, aponta para o entendimento de que:

É possível perceber que os contatos posteriores com os lugares de origem são tão prenhes de tensão quanto as relações que diretamente condicionaram a migração. Disso, resultando que as representações sobre os lugares de origem e sobre os lugares de destino vão se modelando pelo movimento de

tais contatos e visitas e podem vir a sofrer modificações a cada nova relação com as gentes dos lugares de origem, mas também com as gentes dos lugares de destino. As representações, portanto, estão em movimento igual ao movimento mesmo das gentes e dos lugares daqui e de lá, tecidas no percurso. (GOETTERT, 1998, p. 289)

Nesse sentido, as representações da religiosidade presentes na vivência do lugar de origem, contribuem para o envolvimento dos migrantes nos lugares, como na ligação da família com a igreja católica no momento de chegada, onde estabeleceram vínculo:

Eu viajava muito pra São Paulo aí encontrei um cidadão que falava muito aqui de Nova Andradina. [...] Nem sei qui era Nova Andradina. Aí me vei na cabeça, eu disse, vou conhece essa cidade. Chamei a Marizinha e peguemo um fusquinha naquela época, aí quando chegamo aqui nós já agradamo, Marizinha falô, é pra qui qui nós vamo vim, aqui já não tem aquele barro qui lá tem. Ela gostô da cidade i eu também. Si organizamo e mudamo pra cá em mil novecentos e oitenta e três. Ficamos onze anos em Piraporã, nois já participava da igreja lá, católico participante, e quando nós chegamo aqui oprimero lugá qui nós visitamo fia a igreja, e a gente gostô do jeito. Eu fui na missa cedo, ela ficô arrumano a casa, a mudança né, í eu mi sentei du lado de um cara lá na igreja matriz naquele tempo, comecei conversa um poquinho mais ele. Ele disse, você mora aqui? Eu disse mora, faiz treis dia qui to morano aqui, cheguei sexta fera. Você participava da igreja lá? Disse, participava. Nós temos uma reunião terça fera na igreja aqui, você tá convidado pra participa com nós lá, você vai? Eu digo, vô. Na terça fera peguei o fusquinha, eu e a Marizinha, os meninu ficaram em casa. Aí nós chegamo lá nós se apresentamo, aí o pessoal falô do ECC, Encontro de Casais com Cristo, porque tinha dois casal que tava lá na reunião fazia parte do ECC. Aí quando nós terminamo a reunião, um casal chamô nós a parte e pergunto, o que vocês fazia no ECC lá? Aí nós falamo pra ele. Agarraro nós, sabe como é? Abraçaro. A gente se reunia com muita gente, fazia amizade, dentro de poco tempo, treis, quatro meis, parecia que tava aqui a quantos anos. [...] Eu voltei no Ebron só uma vez, estranhei bastante, a Marisinha foi várias vezes, depois de dois anos ela voltou lá, a ultima vez tá com cinco ano agora, foi quando a mãe dela morreu. (Relato de José Freire de Araújo em entrevista com gravação de áudio em 01/03/2018)

O contato da família com pessoas da igreja e o trabalho no comércio contribuiu para as experiências na nova sociedade, possibilitando oportunidades de trabalho aos filhos, como relata o filho do casal, Edival:

E aí não sei quem falô pro meu pai de Nova Andradina e Maracaju. Quando veio pra cá, passando por Fátima do Sul, minha mãe veio a primeira vez, não gostô, passou em Deodápolis, não gostô, passou em Glória num gostô, passou em Ivinhema, num gostô. Não era asfalto ainda, de Ivinhema pra cá era terra. Nunca tinha vindo em Nova Andradina, aí quando chegô em Nova Andradina, disse: é essa aqui. Não sei porquê encantou-se com Nova Andradina, isso em oitenta e treis. Aí ele veio aqui mais umas duas, três vezes, trouxe os filhos, foi conversando com as pessoas, seu Osvaldo da Sanesul qui já faleceu, acho qui deu pouso na casa dele. Lá em Piraporã, os amigos dele fizeram umas equipe de igreja, ergueram a comunidade. Aí vei

pra cá e já encaixô também. [...] Cheguei aqui em oitenta e três, fiz vinte ano aqui em Nova Andradina. Terminei a escola aqui, perdi um monte de ano, estudei aqui com a Fátima Guedes. O pai trouxe a loja de lá né, trouxe um restinho de produto di lá, coloco ali perto da rua da fêra, onde é o Devaní Breda por ali, qui era um ponto do seu Wilso, era Loja Popular, sempre foi Loja Popular. Logo pai fez amizade com um monte de gente aqui da cidade, da igreja, ele fez amizade com um tal di Jaime Aquino, o cara era gerente do Banco Itaú, i aí o pai, não sei como qui foi conseguiu me encaixá no Banco Itaú, foi direto de escriturário B que chamava na época. Então aquilo foi, meu pai já tinha loja e cresceu com a loja, foi ampliando. Eu trabalhei no banco de oitenta e quatro a noventa. Naquela época nós fizemos o magistério, nós imaginava ser professor, tinha uma irmã que era professora. Estudei no Centro Educacional. Só que no estágio do magistério eu já decidi que não queria ser professor. Aí saí do Itaú, peguei o dinheiro e comprei um terreno, já tava namorando, queria casá. Aí fui mascatiá, meu pai tinha uma belina, meu pai viu que eu queria casá. Aí meu pai falô assim: você não qué mascatiá? Vendê ropa nas fazenda? Te dou a comissão, te dou a Belina, te dou vinte e cinco por cento, pra você vendê. E eu sempre tive vontade de pô um negócio próprio, aí comecei. Enchi essa Belina e parti lá pra Pam, aqui pro cento e cinquenta e dois, lá pra Bandeirante em Taquarussu, aqui a redondeza aqui, andava tudo. Foi onde eu consegui construí minha primeira casinha, aí casei. Depois que casei aí eu abri a loja, em noventa e dois, que era alí onde é a farmácia do Adilson Central, e aí foi onde começou minha coisa pessoal, sozinho, separado da família. Casei em noventa e fiquei dois ano ajudando meu pai. Ele me ensinou a ir pra São Paulo, fazê compra, descê do ônibus, porque tinha que í pra rodoviária, pegá, táxi, ou ônibus, ou metrô. Pra quem é do interior é difícil. Meu pai me ensinou tudo isso, foi uma vez comigo pra São Paulo, aí ele falou: agora você vai sozinho. Aí montei minha loja e tamo aí até hoje. [...] Eu nasci em sessenta e três, saí em setenta e dois, chegemo em Piraporã em setenta e dois. Eu retornei no Nordeste eu tava lá em Itaporã, eu tinha quinze anos, com minha mãe, e aí eu voltei sozim, eu tava no Banco Itaú aqui em Nova Andradina aí eu fui passeá lá no Nordeste. Aí depois eu casei né, e não retornei mais lá. Hoje faiz vinte e um ano de casado. [...] Na minha candidatura pra vice-prefeito, eu sempre falava, mas meu pai, minha esposa, meus filho que não queriam. Eu sempre, eu gosto de gente, de pessoa, até porque eu participei de várias associações e eu acho que na política só precisa de uma pessoa séria, honesta, mais nada. A gente sabia que era difícil, que campanha não se faz sem dinheiro, a gente não tinha dinheiro. Era do Partido PROS, e aí fizemos o trabalho, mas não deu. (Relato de Edival Freire em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

Pelas indicações das relações dos trabalhos, no banco como “escriturário B”, no comércio, nas vendas em áreas rurais e municípios vizinhos, o ensinamento para as compras em São Paulo, contribuíram para que o migrante Edival se tornasse empresário na cidade, numa relação estabelecida de pai pra filho, como ele diz, “meu pai me ensinou tudo isso”.

Nesse contexto, associamos ao que Bosi (1979, p. 8) aponta como a luta de continuidade das experiências dos mais velhos, em que “a função social do velho é lembrar e aconselhar - memini, moneo - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir”.

Questionado sobre a experiência da candidatura a vice-prefeito no ano 2016, Edival comenta sobre a contrariedade da família, ao qual ele enfrentou rejeição, porém manteve resistência, mediante a vontade de estar a frente da administração municipal, o que não ocorreu por não ser eleito. Nesse período, trinta e três anos que Edival havia migrado para Nova Andradina, outro migrante nordestino ocupou o administrativo municipal no cargo de prefeito, Francisco Dantas Maniçoba, na gestão 1993/1996, o qual é mencionado no relato do migrante Hermes, cuja motivação da migração está associada à ligação com o sobrinho e outros familiares também migrantes nordestinas/os:

O Francisco chegô aqui mais ou menos em setenta e dois. Francisco ele estudava o vestibulá na casa da tia dele em João Pessoa, aí quando ele passou no vestibulá pra medicina, então ele ficô, uma turma foi transferida pra Campina Grande pra uma inauguração da faculdade de Campina Grande de medicina, foi a primeira turma e ele foi pra lá. Os pais dele morava no interiô, em Pombal. Ele se formou-se lá i ele foi fazê residência no Rio de Janeiro, eu acho que é no Rio. E de lá ele tinha um amigo que era muito chegado a outro lá em Patos, era Zé Tota, era formado também, não sei si era medicina. Mais aí ele era muito amigo de uma pessoa ligada a Zé Tota, e Zé Tota era muito amigo do dotô qui ele veio pra cá também, dotô Araújo, ele morreu aqui com Alzheimer. Aí então Zé Tota foi i perguntô pra Francisco se Francisco quiria vim pra cá trabalhá aqui. Aí ele terminô a residência no Rio de Janeiro e veio direto pra cá. Aí ele trabalhou aqui até, faiz quinze anos qui ele morreu, ele morreu em dois mil i três. Tem o hospital com o nome dele, o Regional, é Dr. Francisco Dantas Maniçoba. Ele, quando chegô aqui, trouxe doutora Neuma pra cá, qui é cunhada. Quando ele veio pra cá ele era soltero, aí a irmã de Neuma fazia medicina lá e trancou a faculdade pra vim pra cá, aí ele disse, qui ele já namorava com ela muito tempo, ou você tranca a matrícula e casa comigo pra í mora lá ou então eu caso com outra pessoa. Aí ela foi e casou com ele, aceitou o convite. Ela não chegou a fazê medicina, a Fátima, ela tem três filho. Ela era lá do Nordeste, eles são primos ligítimos, quando ele morava em João Pessoa, ele morava na casa da mãe de Fátima. (Relato de Hermes Almeida da Costa em entrevista com gravação de áudio em 05/03/2018)

O senhor Hermes retrata a vinda do sobrinho para Nova Andradina condicionada pelo trabalho em contato com amigos no Nordeste, numa rede de relações, que, nesse caso, associada a sujeitos com uma melhor condição socioeconômica, frente à ocupação no trabalho médico. Mondardo (2007) tratando de questões sobre a mobilidade do trabalho, aponta para o entendimento de que “O migrante, como um portador do fator trabalho, busca o máximo retorno para seu investimento em um dado ponto do espaço. Conseqüentemente, os diferenciais de salário, na espacialidade heterogênea, configura-se como fator básico da migração”. (MONDARDO, 2007, p. 60)

Entendemos, que mesmo sendo o homem, portador do fator trabalho, há evidência nas relações de poderes espacializadas no lugar, quando se percebe que as distintas conjunturas

socioeconômicas, e ainda políticas partidárias, nesse caso, dos dois migrantes aqui tratados, Edival e Francisco, o acesso ao poder administrativo municipal perpassa por questões que envolvem as classes sociais numa relação de poderes econômico e político.

Seguindo na motivação do migrante Hermes, pelo aconselhamento dos sobrinhos em Nova Andradina, e ainda a condição de aposentado, a saída do Nordeste só se deu após ele “vim istudá” o lugar:

Aí os menino aqui, Marcos e Francisco me aconselharam vir pra cá, pra cuidá da gente. Eu não tive filhos, eu era estéril. Vendi tudo lá depois que eu cheguei aqui, aí eu vim istudá aqui, pra vê se aqui dava pra ficá. Fiquei aqui uns treis meses, cheguei aqui em junho de noventa e sete, intão vai fazê vinte i um ano qui eu morá aqui. [...] Eu disse, eu não tenho filho, vamos se liga muito a família di Rita, os sobrinho. Eu mi liguei muito as irmãs di Rita, era nove irmãos, só tinha o Antônio e o resto era mulhé. Aí morreu tudim, só tinha Rita viva. [...] Quando eu cheguei em noventa e sete o Francisco já tinha terminado o mandato de prefeito. Quando eu cheguei aqui eu pensei assim, qui eu quiria saí di uma cidade grande, porque a cidade grande não dava mais pra vivê, não era muito tranquila, aí eu tivi qui pensa assim numa cidade menó, éu já tava com sessenta i cinco anu, aí a gente num sabe o tanto di vida qui tem né, hoje to com oitenta i seis anu. Então o Francisco sempre mi convidava pra vim aqui pra passιά, pra eu cunhecê a cidade, qui era muito boa, o clima era bom, aquela coisa toda. Aqui eu estranhei um poco o frio, eu cheguei num tempo frio, eu não trouxe agasalho, nada, qui eu não tinha a mínima ideia da coisa. O que me incomodô um poco foi que a mulhé num gostava di frio, nem di ar condicionado. Mas mesmo assim, nós procuramos se agasalhá bem, pegá o ritmo da coisa daqui, o sistema di vida daqui, aí nós si adaptamo bem ao clima. [...] Quando viemos pra cá, já viemos morá nessa casa. Eu lutei quinze anos com a doença di Rita, ele teve Alzheimer. Eu pedia muito a Deus, não mi tira antes di Rita, porque eu tenho qui cuidá di Rita. A família aqui é um pessoal muito ocupado e pelo qui eu vivi com Rita, eu não queria qui Rita tomasse uma assistência qui não fosse adequada pra ela, eu quiri aqui ela terminasse os dias de vida dela na casa dela. [...] Eu retornei lá só treis vezes, eu i Rita. Pretendo volta lá pra vê minhas irmãs, não pretendo vê muitas coisas não. Ligeiramente eu tenho vontade di visitá, qui eu era, eu fazia muita romaria pra Juazeiro do Norte, era muito ligado a Padre Cícero, aí então, ainda tenho vontade di í a Juazeiro do Norte no Ciará. [...] Os últimos onze meses de vida de Rita foi di hospital, ela teve pneumonia. A última pneumonia que ela teve nem chegou a í pro hospital, morreu aqui em casa. Quando ela era lúcida ela falava que quando morresse queria sê interrada na Paraíba, ela era paraibana. Ela foi sepultada aqui na cidade. Quando eu Morrê eu quero sê sepultado aqui, com Rita. Nós tivemo uma vida muito bonita, foi sessenta ano e cinco meses. Só os últimos quinze anos de vida dela foi muito complicado. [...] I hoje eu vivo assim, frequentando o Conviver, frequentando a aula di dança, pra dançá as dança da região, lá era otras coisas, forró, frevo. Eu tenho qui vivê a minha vida. (Relato de Hermes Almeida da Costa em entrevista com gravação de áudio em 05/03/2018)

A representatividade de cidade tranquila, ao qual o senhor Hermes coloca para Nova Andradina, em oposição à cidade grande, a menção de que “Marcos e Francisco me

aconselharam vir pra cá”, o “pra cuidá da gente”, e o “aí nós si adaptamo bem”, nos faz pensar sobre situações que envolvem elos entre parentescos e se desdobram na migração, nesse caso, a questão da afetividade, aquela em que, num ato de solidariedade, parece determinar a motivação. Para Goettert (1998, p.199), “As relações de solidariedade, vizinhança e amizade tendem ao estabelecimento de uma rede social fundamental para o rompimento com o jeito do lugar deixado, pois se constrói simultaneamente à incorporação do jeito do lugar chegado.”

Assim, se incorporando ao lugar chegado, após ter enfrentado o problema de saúde da esposa e em seguida a viuvez, o senhor Hermes conta que “eu tenho qui vivê a minha vida”, ao mencionar as atividades exercidas no projeto do Conviver¹⁹. A questão do “*Quando eu morrê eu quero sê sepultado aqui, com Rita*”, evidencia, pela relação na trajetória do casal, o querer pela preservação da memória, o reconhecimento da vinda e vivência dos migrantes para o município. Bosi (1979) aponta que:

Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo e não o anula tam pouco, [...] Quem guarda a memória no Hades²⁰ transcende a condição mortal, não vê mais oposição entre a vida e a morte. O privilégio pertence a todos aqueles cuja memória sabe discernir para além do presente o que está enterrado no mais profundo passado e a madurece em segredo para os tempos que virão. Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. (BOSI, 1979, p. 37)

Temos na relação entre a memória e a rede social a migração para Nova Andradina de Ricardo, a ligação com o cunhado e a irmã que haviam migrado anteriormente para o município, na motivação de que “Eu vim pra cá porque foi uma oportunidade de emprego”:

Ceguei em Nova Andradina em dois mil e onze. Minha irmã e meu cunhado já moravam aqui já tinha uns cinco ano, só que meu cunhado tinha mais tempo que ela. Ele tinha vindo antes, aí foi visitá os parentes lá e conheceu minha irmã lá, aí trouxe ela pra cá. Meu cunhado, tem os irmãos dele que vinheram om o Benedito Coutinho, quando o Coutinho veio abrí a Santa Helena, que era a antiga Xavante né, aí eles vinheram né, meu cunhado tem dois irmão que vinheram com ele, aí firmo aqui. [...] Eu vim pra cá porque foi uma oportunidade de emprego maió qui eu tive aqui, porque lá pra você pegá um cargo melhó, tipo um cargo de operado de máquina, di tratô, rapaz é duídu, num péga fácil não, a concorrência é muito e a falta de oportunidade é pôca, e outra coisa, cartêra limpa é raridade eles pegá, eles num péga. Aí a oportunidade qui eu tive aqui né, a oportunidade di vim direto pro tratô, aí eu vim. Agora é que num dá prá volta lá mesmo, porque lá o negócio ficô fei. Eu já vim direcionado prá esse trabalho, na usina Laguna, tô até hoje. [...] Eu retornei lá só duas vezes, eu retornei lá em

¹⁹ Centro de Convivência do Idoso em Nova Andradina.

²⁰ Referência a mitologia grega, ao qual Hades é o deus do submundo, do reino dos mortos.

janeiro do ano passado né, dois mil e dezessete a segunda vez, a primeira eu voltei no final de dois mil e doze pra dois mil e treze, voltei só pra passeá. Lá no lugá mesmo eu tenho meu pai, minha mãe, dois irmão e duas irmã. [...] Quando eu vim prá cá eu vim morá com minha irmã, até dá uma firmada. Morei dois ano com minha irmã, aí fui mora sozinho. Morei um ano sozinho numa quitinete, aí namorava com a Patrícia, aí a namorada engravidô, aí nós casô. A Patrícia é natural daqui. A gente mora de aluguel aqui, tá difícil. Me inscreví prá ganha casa do governo, tô esperâno. [...] Quando eu cheguei aqui era na época das vacas gorda, meu cunhado era encarregado da usina né, í ele ganhava carne bastante, rapaiz era churrasco toda semana, eu num cumia churrasco lá, rapaiz aqui o povo come carne dimais. Ó, entre o almoço daqui, o arroz e u feijão não muda quase nada di lá, só u tempero. Agora o café da manhã i a janta muda muito. Lá a noite tem cuscuz, batata, macaxera qui é mandioca aqui, inhame, tapióca ou raramente pão. I aqui o pessoal costumado comê arroz e feijão na janta. Cheguei aqui eu estranhei, falei oxi, cumê arroz e feijão na janta? Lá, nós comia muita farinha com charque. [...] Eu tenho um par de colegas aqui qui é colega di lá, qui vinheram depois né. Tem uns aqui qui eu não sabia qui táva aqui. Eu fui prá lá, aí ví um colega e perguntei, ô cadê o Jacson? Ele falô: o Jacson tá pra lá pro Mato Grosso do Sul, agora eu num sei qual cidade do Mato Grosso do Sul. Aí ele me mostrô uma foto do Jacson. Aqui, ele tá prá lá. Quando eu vi a foto eu conheci a praça das águas. Aí eu falei, ele tá em Nova Andradina, no mesmo lugá. Aí eu peguei o número dele e mandei um whats app. Perguntei prá ele: ou, onde você tá? Ele disse: Mato Grosso do Sul. Qual cidade? Ele disse: Nova Andradina. Eu falei: eu também moro aí. Ele veio aqui em casa ontem. (Relato de Ricardo Lourenço dos Santos em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

A migração de Ricardo para Nova Andradina, no ano de 2011, está relacionada a de outros migrantes, que em tempos passados vieram motivados pelo trabalho no setor sucroalcooleiro. O cunhado, como ele menciona, veio no mesmo movimento que a migrante Marcia Maria do Nascimento Lima e sua família. A aquisição da Energética Santa Helena pela família Coutinho, contribuiu para que migrantes nordestinas/os viessem para a cidade, atraídos pela oferta de trabalho, no contexto em que em Nova Andradina e na região se desenvolve a produção sucroalcooleira. Nesse sentido, a empresa exerce forte influência na mobilidade de migrantes nordestinas/os, estabelecendo redes sociais. Corroboramos com Mondardo (2012, p. 35), no entendimento de que “as redes sociais são, portanto, também redes territoriais, pois são alicerçadas em lugares específicos onde o grupo se encontra, conserva práticas comuns associadas ao lugar natal e propaga, a partir dele, sua territorialidade”.

Nesse sentido, a migração de nordestinas/os para Nova Andradina está relacionada a reprodução da vida nos moldes da sociedade (predominantemente capitalista), onde o progresso da acumulação pressupõe/depende da existência de “oferta de força de trabalho”. Harvey (2006, p. 129) aponta que a circulação de capital impõe a compra e venda da força de trabalho como mercadoria. Nesse sentido, a produção econômica do setor sucroalcooleiro em

Nova Andradina reflete na conjuntura da motivação para a migração de nordestinas/os, que inter-relacionados à mobilidade do capital entre os lugares de saída e de chegada, migram em distintas temporalidades, como no caso de Ricardo, em que o laço parental apareceu como ponte nesse processo. Mondardo (2012) aponta que nas redes de relações sociais:

Novos elementos estão sendo incorporados à luz do contexto pós-moderno como os processos identitários (de conflitos e alteridade), da relação eu/outro, da subjetividade, do cotidiano, do duo ausência e presença, das representações, da memória individual e coletiva, das redes de relações sociais e das estratégias espaciais mobilizadas no processo da migração. (MONDARDO, 2012, p. 35)

Ricardo comenta sobre as experiências em Nova Andradina, onde o morar junto a irmã e o cunhado, o estranhamento com a alimentação, o casamento, as dificuldades de pagar aluguel, a inscrição para ganhar casa do governo, vão se entrelaçando na constituição das relações sociais no novo lugar.

Em uma de suas visitas à casa dos pais em Alagoas, Ricardo relata sobre a representatividade de Nova Andradina pela imagem de uma das praças públicas do município, mostrada por um amigo lá em Alagoas. Pela imagem, viu e soube de um amigo que havia migrado para o trabalho no setor sucroalcooleiro em Nova Andradina: *‘eu tenho um par de colegas aqui qui é colega di lá, qui vinheram depois né’?* Esse fato evidencia a relação das redes sociais e a representatividade de elementos espacializados no município, como na imagem da praça Geraldo Mattos Lima. Sobre esse contexto, somos levados a pensar na produção e representatividade de elementos que simbolizam e identificam os lugares. Goettert (1998, p. 446) indica que a representação, “diferente da ideologia, não se define unicamente pelo concebido, pelo conhecimento; mas pela relação com a vivência (uma presença)”, em que “para gentes de lugares distantes, as representações invadem o passado, o presente e o futuro. Invadem os próprios lugares. Invadem as gentes. Fazem-se re-apresentações de pedaços de vida através da memória, das lembranças e recordações”.

Assim, em diferentes tempos e espaços, entendemos que migrantes nordestinas/os em Nova Andradina, a partir das experiências relatadas, participam da produção e espacialização do lugar, por meio das relações sociais e do desdobramento de representatividades da cultura nordestina.

3.1 Representações de Nordestinidade em Nova Andradina

Insistindo na questão da representatividade, abordaremos características de elementos que representam a cultura nordestina no município, aqui colocada como “Nordestinidade”,

termo constituído por discursos e imagens (estereotipadas ou não) utilizados na construção da cultura em associação as/aos nordestinas/os. A nordestinidade no município de Nova Andradina se dá pelas representações sociais de migrantes nordestinas/os que cultivam a identidade associada à cultura, o que segundo Albuquerque Jr. (2013, p. 28), “seria a tradição, o costume e a memória”. Ressaltamos que as representações sociais são definidas como sendo uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, no nosso caso, migrantes nordestinas/os em Nova Andradina. Moscovici (1977, p. 181) define representações sociais como:

[...] o conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida diária no curso das comunicações interindividuais. Elas são o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1977, p. 181)

Nesse sentido, as representações, sejam na alimentação, nas festividades, na religiosidade, na figuração, constituem modos de vida e formas de comunicação entre as pessoas e, por isso, elas são representações sociais. Assim, ao tratarmos sobre a participação da/o migrante nordestina/o em Nova Andradina, utilizando da fonte oral e registrando o relato de suas experiências, nos aproximamos da existência de elementos representativos da cultura nordestina, como a Associação Cultural Nordestina de Nova Andradina (Acna), o Dia Municipal do Migrante Nordestino em Nova Andradina e a obra literária “Eis-me aqui... Em prosas e versos”, do poeta Josenildo do Nascimento, o “Ceará”.

Relacionado a esse contexto, o senhor Joaquim Vieira de Souza relata sobre o início da “Associação Nordestina” em Nova Andradina e os dilemas para a manutenção e continuidade:

A ideia surgiu, antes de a gente toma a iniciativa de botá a mão na massa como diz o outro, começá os trabalho de fundação, a gente já ficou uns dois três anos conversando, aí vamos, vamos fundá, vamos, não vamos, e tal e tal, até que um determinado dia a gente se reuniu, era entre os amigos, os conterrâneos, qui eu conheci aqui. A ideia era fundá uma associação pra, pra, justamente pra fortalecê a questão cultural e até uma questão social, como a gente falou, se a associação crescê bastante, pela quantidade que tem, dá até pra gente fazê um trabalho social com aqueles que estão na perrenga, como diz o outro, tão na dificuldade né, mais é, como veio essa crise nacional aí que já ta uns cinco, seis anos, muitas pessoas desmotivaram né, se recolheram. No início teve uma participação bem grande mesmo. A primeira reunião nós fizemos na minha casa, a primeira reunião de confraternização, a de trabalho deu umas catorze pessoas, a de confraternização já deu umas setenta pessoas, assim, cada um levou um prato típico né, e a gente se reuniu

lá em casa, com as música de nordestino, bate papo e tal e as demais nós fizemos lá no SIMTED né, vários encontros lá no SIMTED nós fizemos, fizemos também um lá no Alice Festas, um baile nordestino, com músicos tipicamente nordestino, a sanfona, o triângulo a zabumba né e teve uma boa aceitação, mas depois já nos finalmente, já foi ficando difícil fazê porque num tinha pessoal pra corrê atrás das coisas, pra organizá, porque essas coisas parece fácil, mas num são fácil. Hoje pra você fazê um baile aqui hoje com segurança, você tem que tirá oito alvarás, a maioria é gratuito, o problema é o tempo, as vezes você tem que ir três vezes pra conseguí um alvará, í aí o tempo da gente num dá. Isso aí foi desmotivando um pouco a gente, eu fiquei cinco ano na presidência. O início foi em fevereiro de dois mil e doze. No dia dezenove de dezembro de dois mil e onze teve o dia do migrante nordestino aqui na câmara, tinha bastante gente, tive lá, eu participei e a partir dalí, a gente que já vinha construindo essa ideia, e a partir dali houve aquela motivação do pessoal. Chegamos a ter em torno de cento e cinquenta associados. Os encontro de confraternização e os baile era justamente pra gente se conhece, tê entrosamento e dalí surgí a participação daqueles que tivesse mais habilidade e vontade pra que se formasse uma diretoria forte e dentro dessa diretoria, uma diretoria que ia mexê só com eventos, ia fazê um baile, aquele grupo que ia corrê atrás, uma de fazê os almoço, de providenciá pra fazê aquelas comidas típicas, aquelas coisas, a ideia no início era fazê uma associação forte dessa maneira, mas com a participação de muitos, distribuído em grupos específicos pra cada um corrê atrás de alguma coisa né. O nome dela é Associação Cultural Nordestina de Nova Andradina e abreviando ACNNA, tá registrada em cartório, tem o estatuto registrado. Tem mais de cem associados, tem ficha com os nomes. (Relato de Joaquim Vieira de Souza, em entrevista com gravação de áudio em 21/03/2018)

Ao tratarmos sobre a trajetória do senhor Joaquim, vimos que ele migrou de Várzea Alegre no Ceará aos dois anos de idade junto a família, permanecendo no estado de São Paulo até os trinta anos, idade em que ele se muda para Nova Andradina. Pelo relato, evidenciamos a iniciativa do senhor Joaquim, morador há mais de trinta anos na cidade, em “fundá uma associação” “pra fortalecê a questão cultural e até uma questão social”.

Tal iniciativa nos leva a pensar sobre a representatividade de cultura nordestina na vida individual e coletiva dos migrantes, em que a identidade nordestina é passada de pais pra filhos, construída pela memória de uma tradição que perpassa por gerações. Os apontamentos de Albuquerque Jr. (2011) nos permitem associar a relação entre a representatividade do Nordeste e a memorização dos espaços da saudade para os migrantes:

O Nordeste foi construído como o espaço da saudade, do passado, [...] Ele também é o espaço da saudade para milhares de homens pobres, do campo, que foram obrigados a deixar o seu local de nascimento, suas terras, para migrar em direção ao sul, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro para onde iam em busca de empregos [...]. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 171)

Temos que, a partir da memória, a representatividade da cultura nordestina aparece, neste caso, associada a uma imagem construída e difundida, qual migrantes nordestinas/os idealizam e valorizam as tradições nos lugares onde chegam e se estabelecem.

Segundo Hobsbawn e Ranger (1997, p. 9), mesmo que a valorização da tradição seja com fins específicos, e mesmo que ela precise ser “(re)inventada”, as antigas tradições cedem lugar às “tradições construídas e institucionalizadas”, “normalmente reguladas” e “abertamente aceitas”, mas que de algum modo representam continuação com o passado dos migrantes.

Pela pesquisa, verificamos que nem todas/os migrantes nordestinas/os entrevistados mencionaram a participação na “Associação Nordestina”, e ainda considerando o relato do senhor Joaquim Vieira de Souza, quando ele diz que “Tem mais de cem associados” em contraposição ao senso demográfico do ano de 2010, que apontava a participação de 2.920 moradores no município com naturalidade na região Nordeste, pode-se entender que nem todas/os as/os migrantes nordestinos no município participam da associação. Obviamente não estamos estabelecendo que todas/os migrantes nordestinas/os no município deveriam estar associados à Associação Nordestina, essa contestação nos leva a diversos questionamentos, sobretudo aqueles voltados à questão da memória e da representatividade da cultura nordestina no município, onde determinadas pessoas formam um grupo que idealiza tal evento. Em Pollak (1989, p. 10), “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. Em Velho (1981) temos que:

Tomando-se como referência qualquer sociedade, pode-se-ia dizer que ela vive permanentemente a contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores – paradigmas, temas, etc. (VELHO, 1981, p. 18)

Nesse sentido, no relato da migrante Márcia, evidenciamos a relação do senhor Joaquim como idealizador da associação. Ao participar da diretoria, ela relata sobre as dificuldades na organização, efetivação e manutenção da associação, à qual, o “*seu Joaquim foi desanimando, problema de saúde, ele não queria mais participá das reuniões. Aí desde o ano passado [2017] estacionou*”.

Eu participo da diretoria da Associação. A Associação na verdade foi uma ideia do seu Joaquim, porque ele é cearense também. Então ele começou com aquele gás todo da gente montá a Associação, nós documentamos, nós fizemos uma pesquisa de campo pra mais ou menos quantos nordestinos tinha em Nova Andradina e a gente começou í atrás dessas pessoas pra se associá, fizemos uma continha pra contribuí, e até tem um dinheiro no banco

ainda guardado, era mensalidade que a gente pagava de vinte reais. Então assim, começou com aquele gás, a gente fazia almoço de uma vez por mês com os pratos típicos, cada um levava uma coisa, era bem tradicional nosso. Nós contratamos sanfoneiro, fizemos dois forró bom lá no Alice, a clientela, a maioria que ia era a nossa mesmo, descendente de lá mesmo. A gente tinha a ideia de ampliá, de tenta um terreno pra construí, porque toda vez a gente tinha que í atrás de um clube pra podê realiza os nossos almoço. Associados eram mais de cem, as fichas tão aqui comigo, aqui em casa. Mais aí foi desanimando, o seu Joaquim era o presidente, a gente divulgava muito na rádio, tinha o momento do forró onde ele divulgava as lojas dele e divulgava a Associação. Aí depois ele começou a querer que cada domingo fosse um, eu disse rapaz não dá, você já tá lá, ninguém queria í. O Cordeiro também participa da diretoria, o Edival, o Lagartixa, seu Emilson aqui da fazenda Baile. Aí seu Joaquim disse eu vou pará, porque aumentou o valor, ficava caro, ele pagava a metade por conta da loja e a outra metade a Associação pagava. O que a gente recebia dos sócios era muito pouco, não dava. Aí seu Joaquim foi desanimando, problema de saúde, ele não queria mais participá das reuniões. Aí desde o ano passado estacionou. (Relato de Marcia Maria do Nascimento Lima em entrevista com gravação de áudio em 24/02/2018)

Entendemos que a problemática acerca da constituição e manutenção da Associação Cultural Nordestina de Nova Andradina (ACNNA), envolve diversos fatores que contribuem para a dificuldade enfrentada pelo grupo e o idealizador, porém, a questão de ordem econômica é muito aparente nos relatos, em que, segundo atribuição do Senhor Joaquim, ela se deu por conta da “crise nacional”, “num tinha pessoal pra corrê atrás das coisas”, “o tempo da gente num dá”, “uma diretoria que ia mexê só com eventos”, “contratamos sanfoneiro, fizemos dois forró bom lá no Alice”, “O que a gente recebia dos sócios era muito pouco, não dava”.

Tais falas estão relacionadas à questão estrutural e apontam para o condicionamento de organização a uma associação cultural, em que o principal teor, como relata o senhor Joaquim, “pra fortalecê a questão cultural”, perpassa por conjunturas que demandam de recursos financeiros para administração do funcionamento, como nas organizações sem fim lucrativos, envolvendo relações de trabalho e com tendência à mercantilização da cultura nordestina. Portanto, na idealização da Associação, a memória parece ser convertida em mercadoria na preservação da cultura nordestina.

Continuando na questão cultural, a instauração do Dia Municipal do Migrante Nordestino em Nova Andradina surge da idealização de um grupo de pessoas que se mobilizaram para instituir a representação da participação do migrante no município.

Como relatado pelo senhor Joaquim, “a ideia era fundá uma associação”, que se deu após a comemoração da data instaurada em 19/12/2011 como “Dia Municipal do Migrante

Nordestino” em Nova Andradina a partir da Lei 1.031 de 14 de dezembro de 2011, no mandato do Prefeito José Gilberto Garcia.

A instauração do Dia Municipal do Migrante Nordestino, segundo o ex-vereador Vicente Lichot, proponente do projeto quando em seu mandato, ocorreu após conversas em bares da cidade com migrantes nordestinos, culminando com a proposta do projeto de Lei votada e aprovada pelos legisladores municipais para a formalização e instauração da data no calendário municipal. Veiculada em página do Jornal da Nova, a notícia evidencia que o ex-vereador é neto de um migrante nordestino, o que nos leva a pensar sobre seu envolvimento no projeto:

Segundo Vicente, a noite destinada ao povo nordestino é uma das mais felizes de sua vida, já que conta a história de um povo que ajudou a construir Nova Andradina. “É também uma homenagem ao meu avô sergipano, uma noite para reconhecer no povo nordestino a força, o suor e o jeito de ser. A história de um povo tão resistente e tão forte, que assim como o mandacaru, tem o espinho contra o preconceito e todas as formas de rejeição”, disse Vicente. “Neto de Sergipano, afirmo com convicção que Nova Andradina só é o que é por que teve o braço forte e o coração de fé dos nordestinos”, emendou.

Disponível em: <http://www.jornaldanova.com.br/noticia/4607/sessao-solene-marca-homenagem-ao-povo-nordestino> Acesso em: 15/09/2018.

A ideia de que pela representatividade sujeitos atuam para a manutenção e preservação de elementos e símbolos voltados a cultura nordestina no município, é aparente, ao que Woodward (2000) apresenta sobre os significados da representação:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? O que eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (...) Identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. (WOODWARD, 2000, p. 17).

Por conseguinte, temos na instituição do Dia Municipal do Migrante Nordestino em Nova Andradina a criação de um patrimônio. Segundo Londres (2001, p. 5), “Patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo, enfim, que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia”. Assim, pela criação do

patrimônio cultural, verifica-se que a manutenção da cultura nordestina no município está vinculada à representação da vida a partir de elementos do campo material e imaterial. Neste contexto se torna patrimônio tudo que habita o imaginário das pessoas, o que criam em conjunto. Temos na figura 15 imagem representativa da sessão solene na instauração do Dia do Migrante Nordestino em Nova Andradina, símbolos atribuídos ao imaginário construído e divulgado como cultura nordestina, em que a religião, a natureza, os costumes e as festas se fazem presente, e ainda a mala, conotando a relação da preservação da cultura no lugar, pelos migrantes e seus descendentes.

Figura 15- Sessão solene na instauração do dia do Migrante Nordestino em Nova Andradina (2011)



Fonte: arquivo pessoal. Créditos: Hélio Alves

Na imagem, o poeta Josenildo do Nascimento, popularmente conhecido como “Ceará”, é um dos entusiastas da manutenção da cultura nordestina no município. Filho de migrante nordestino, nascido no município de Batayporã, em 11/01/1982, conta que viveu até os quinze anos na área rural do município, no Bairro da Festa, na proximidade com a área urbana do município de Taquarussu, para onde a família se dirigia nos dias de compras. A saída do sítio se deu quando aos quinze anos ele se muda para o seminário na cidade de Campo Grande, onde viveu por três anos. A saída do seminário ocorreu pelo alistamento militar, onde ele ficou por mais três anos. Josenildo retorna ao lugar de morada da família no ano em que o pai falece, em fevereiro de 2004, indo trabalhar no serviço público do município de Taquarussu. No ano de 2007, ele se muda para Nova Andradina, onde assume concurso público na Prefeitura Municipal e posteriormente na Câmara Municipal. Questionado sobre a família, ele conta que a mãe residia na cidade de Batayporã, lugar onde o pai foi sepultado. Ele conta que é o caçula de dez filhos, mas que se entrevistasse a mãe, “ela diria que tem nove

filhos”, como se estivesse apagado da memória, como um trauma, o motivo [a perda de um filho], que fez a família emigrar do Ceará, mediante a ligação com os avós que haviam emigrado antes, ocasionando o contato com a região e o lugar. O poeta “Ceará” relata a relação entre a representatividade do nordeste e as vivências com o pai:

A minha mãe veio pra cá, ela insistiu pro meu pai, porque meus avós tinham vindo em sessenta e seis, especificamente pra Lagoa Bonita, linha onze, uma coisa assim, Glória de Dourados, Deodápolis, aquela região, pra trabalhar na roça de algodão. E aí, os meus pais vieram em setenta, por insistência da minha mãe, o meu pai era muito ligado ao Ceará e queria ficar lá. E a minha mãe, não foi por questão de melhoria, a insistência dela é porque ela perdeu um filho, por falta de assistência médica, então ela entendia que aqui ia ser melhor. Isso é tão significativo, que ela não cita isso, ela fala que teve nove filhos, parece que ela apagou da memória esse filho que ela perdeu, acho que era o terceiro filho dela, era criança, era em Aurora, no Ceará. Fui no Ceará duas vezes, a primeira no ano de 2010 e a segunda em 2013, já morava em Nova Andradina. Eu queria ir, de está lá antes de lançar meu livro, e meu pai dizia, “não morra sem í no Ceará. Minha mãe por exemplo, não tem nenhuma vontade de voltar no Ceará, nem a passeio. Os outros meus irmãos não demonstraram ter essa vontade, apesar do mais velho ter nascido lá. [...] O livro, eu sempre acompanhava meu pai nos botecos, ele adorava tocar, ele tocava com um tal de Tota, um senhor baiano que tinha lá, eles faziam aqueles repentes e eu amava aquilo lá, achava lindo. Eu ficava lá e depois eu trazia o violão, porque meu pai era alcólatra, bebia muito, quem levava o violão embora era eu. E eu me via naquilo lá, eu gostava, minha mãe implicava, ficava brava, porque ele levava eu ainda criança pros boteco. E aí eu ensaiava, uma ou outra apresentação ele falava, canta tal música, pega o violão, e aí eu ia fazendo isso. Aí o dia que ele morreu eu fiz um poema, “Eu sou o Zequinha, o José”, ali naquele momento, no dia que ele morreu mesmo, no calor da emoção, tudo, e recitei a beira do caixão. Aí, quando eu fiz aquilo eu pensei, caraca, não tem nenhuma lembrança do meu pai. Alguma foto, uma ou outra foto, mas não tem nada do meu pai fazendo repente, gravado, nada. Não tem isso. Eu vou escrever um livro. Aí eu decidi, em cinco de fevereiro de dois mil e quatro, no caixão do meu pai eu decidi, eu vou escrever um livro. Aí eu fui acumulando as coisas. Aí a faculdade, eu entendia o seguinte, não sei se é um pensamento muito humilde, mais eu entendia, poxa, não tenho nem faculdade! Que crédito esse livro vai ter? Aí no meu primeiro dia de faculdade, as pessoas dizendo, o meu objetivo aqui é esse, e eu disse, o meu é dar crédito ao meu livro. Eu quero dizer que sou um cabeça chata, mas com universidade pra poder lançar meu livro. (Relato de Josenildo do Nascimento, em entrevista com gravação de áudio em 25/07/2018)

Verificamos que a representatividade da cultura nordestina por Josenildo se dá pelo aprendizado com o pai, que como ele disse, “*o meu pai era muito ligado ao Ceará e queria ficar lá*”. Quando “*eles faziam aqueles repentes e eu amava aquilo lá, achava lindo. Eu ficava lá e depois eu trazia o violão*”. Sendo assim, os ensinamentos eram repassados quando o filho o acompanhava nos “botecos”, nos rementendo o entendimento de uma construção identitária pela vivência no lugar chegado e ligada à memória do Nordeste. Josenildo conta sua

impressão que teve quando foi a primeira vez em Aurora no ano de 2010, quarenta anos após a saída do pai de lá:

O que não estava impregnado nos olhos, aquilo que eu não conseguia vê, eu conseguí extrair da memória das pessoas. É muito presente aquilo ainda, enraizado ainda. Eu olhei pro rancho que meu pai morava lá, que ainda existia, í o que ele falava eu retratei, tudo o que meu pai me contava eu vi que a minha imaginação tava certa. (Relato de Josenildo do Nascimento, em entrevista com gravação de áudio em 25/07/2018)

Pela fala, Josenildo ao ver o lugar de onde o pai saiu, rememora as produções imaginárias absorvidas, os laços sociais com o passado, relativamente associado aos indivíduos do município de Aurora, está ligado a representatividade identitária presente na memória. Santos (2004) trata da relação entre a memória e a identidade apontando que:

A memória não pode ser entendida apenas como um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a mera reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligada, necessariamente, à questão da identidade (SANTOS, 2004, p. 59)

Sobre os argumentos de Pollak (1992) temos que:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, 204).

Em Halbwachs, a memória:

[...] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2013, p. 72).

Sendo assim, a memória como um processo dinâmico, ligado à identidade tanto individual como coletiva, em relação com o lugar, nos permite entender que as histórias de vida partilhadas e as lembranças individuais, ganham dimensões coletivas e nos permitem revisitar o passado. Para KESSEL (2008), a memória tem relação direta com os lugares:

Outro aspecto importante acerca da memória é a sua relação com os lugares. As memórias individual, coletiva e histórica têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não sejam condição para a sua preservação. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares

são importante referência na memória dos indivíduos, donde se segue que as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos (KESSEL, 2008, p. 4).

Nesse sentido, entendemos que pela sua vivência, Josenildo reinventa uma identidade nordestina associada à experiência do pai, preservando e difundindo a cultura nordestina em Nova Andradina e em outros lugares.

O poeta, questionado sobre a representatividade da obra “Eis-me Aqui... Em prosas e versos” e a sua relação com a identidade de nordestino, comenta:

Certo dia nós montamos uma apresentação na UEMS²¹, e eu quis intitulá de “Verso e a prosa de um falso nordestino”, e eu ouvi, categoricamente, não só dos mestres, mas também de algumas pessoas daqui, qui eu sou um legítimo representante da cultura nordestina. Eu ouvi de alguns migrantes conhecidos aqui, “você é mais nordestino do que eu rapaz”. Hoje eu vejo que as pessoas me veem como um legítimo nordestino. E se eu olhar pros meus irmãos que nasceram lá, eu sou mais nordestino do que ele, né. Me honra muito eu me sentir nordestino, eu me sinto nordestino. (Relato de Josenildo do Nascimento, em entrevista com gravação de áudio em 25/07/2018)

Nesse sentido, a partir da sua relação com a representatividade da cultura nordestina, Josenildo nos faz pensar sobre a questão da identidade em associação aos lugares. Nascido no município de Batayporã e residente em Nova Andradina, ele se identifica como nordestino. Nesse sentido, poderiam as/os migrantes nordestinas/os em Nova Andradina se identificarem como novandradinenses? Penna (1998) indica que a migração interfere na constituição identitária, e

Acarreta mudanças radicais no modo de vida, no nível do trabalho, da inserção comunitária [...], no acesso a bens materiais e simbólicos. [...] Tais mudanças refletem-se, sem dúvida, sobre os processos relativos à identidade social. Faz-se necessário, portanto, considerar a migração enquanto um processo dinâmico de transformação (destruição/ recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço, quanto dos referenciais simbólicos (as representações de identidade) que marcavam a experiência pessoal. (PENNA, 1998, p. 108)

Segundo Hall (2006, p. 7), o tratamento da identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Para ele, a crise de identidade “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p.7).

²¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, câmpus de Nova Andradina, onde Josenildo do Nascimento graduou-se no curso de Letras.

Assim, a nordestinidade, aqui apresentada como a representatividade da cultura nordestina no município, em associação à participação de migrantes nordestinas/os e seus descendentes na produção do lugar, se dá pelas representações sociais vinculadas às memórias, que se inter-relacionam e compõem a complexidade na constituição de identidades de migrantes nordestinas/os em Nova Andradina.

Considerações Finais

Ao descrevermos Nova Andradina pelos caminhos que a conectam a outros lugares, procuramos indicar que nos movimentos de entrada e saída há uma relação entre o contato e a permanência. A partir de tais movimentos, sujeitos vinculados a distintas conjunturas, ao se conectar aos lugares, o transformam, pois nos lugares, a vida se (re)produz.

Dentre aquelas/es que chegam e vivem nesse lugar, há aquelas/es que saíram de lugares da região Nordeste em diferentes períodos, as/os nordestinas/os. Elas e eles são influenciados por distintos motivos a saírem do seu lugar para outros.

Pela migração muitas/os nordestinas/os vieram envolvidos num processo migratório relacionado a questões econômicas, políticas e sociais. A partir dos estudos demográficos, em associação aos períodos analisados, no estado de Mato Grosso, entre 1940 e 1970, a migração de nordestinas/os teve um aumento de mais de quatrocentos por cento, em que os migrantes residentes no estado, na ordem dos 30.000 em 1940, aumentou para 154.581. Nesse contexto, associamos a motivação do processo migratório à política de expansão das fronteiras agrícolas, em que o plano desenvolvimentista de ocupação dos ditos espaços vazios culminou no projeto denominado Marcha para o Oeste. Na região Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso estava incluso nesse projeto, sendo que a promulgação de políticas públicas fortaleceu a ocupação de territórios do estado. Tais ocupações ocorreram por processos colonizadores por agências públicas, como a Colônia Agrícola de Dourados, e também por empresas colonizadoras particulares, como a Moura Andrade & CIA, empresa do fundador de Nova Andradina. Assim, a política da Marcha para o Oeste mobilizou grande contingente de migrantes nordestinas/os para lugares do estado.

Na década de 1980, pelo censo demográfico do IBGE, verificamos que houve um aumento significativo de residência de migrantes nordestinas/os no município de Nova Andradina, com mais de sessenta por cento em relação à década anterior esses migrantes perfaziam treze por cento do quantitativo total da população municipal, que era de 21.673 habitantes. No ano de 2000, o censo registrou um aumento de treze por cento desse contingente no município. Na década seguinte, os dados censitários mostram que a alteração no quantitativo de migrantes nordestinas/os para o município foi de seis por cento. Assim, pelos estudos demográficos, verificamos que em diferentes períodos a migração de

nordestinas/os para Nova Andradina esteve correlacionada a políticas com viés desenvolvimentista, promovendo a reorganização do espaço regional, estadual e municipal.

Para além do processo migratório, nos aproximamos de pessoas que se identificaram como nordestinas/os e que, em diferentes momentos, migraram para o município. Através do nosso contato pessoal, pelas entrevistas, os migrantes relataram experiências vividas no lugar de naturalidade, nas trajetórias e no município. Em cada relato, verificamos que a vida dos migrantes é permeada de significados, parecendo em muitos momentos semelhantes, porém a história de cada um tem especificidades que a tornam singular. Assim, pelo relato de suas memórias, podemos entender a constituição identitária dos migrantes em associação aos aspectos da vivência em lugares da Região Nordeste. Nesse sentido, nos lugares da memória, a maioria em áreas rurais, os migrantes retrataram suas relações com a moradia, a alimentação, o trabalho, a religiosidade, os costumes e as festas.

Ao tratarmos de questões voltadas à concepção identitária dos migrantes, verificamos que a formação da região está relacionada a políticas estatais ancoradas em pressupostos econômicos, que introduziram no imaginário popular as disparidades entre as regiões brasileiras. Políticas, como a SUDENE, influenciaram na produção econômica da região Nordeste, fortalecendo uma classe hegemônica e contribuindo para a acentuação das desigualdades sociais, motivando os trabalhadores a migrarem para lugares da região Sudeste, num movimento ligado pela oferta de trabalho em atividades do setor industrial e agropecuário. No contexto em que as políticas estatais formalizaram as disparidades regionais, a reorganização da região Centro-Oeste aparece associada à política da SUDECO, que contribuiu para a expansão da produção capitalista, principalmente ligada ao setor agropecuário, influenciando na motivando para a migração.

Entendemos que na produção dos espaços regionais, a homogeneização de aspectos econômicos e sociais contribuíram para o fortalecimento de representações. No caso da Região Nordeste, poderes hegemônicos ligados a uma estrutura política e econômica fortaleceram a idealização da região como espaço dos problemas ambientais e sociais, e contribuíram para a homogeneização de elementos na cultura da região, entendida como cultura nordestina. Tais elementos passaram a ser difundidos intra e extra região, pelas/os próprias/os nordestinas/os, a partir da visibilidade e dizibilidade na arte, na música e nas crenças, e reforçada por migrantes quando no contado com outros lugares.

Vimos que a migração, como fenômeno, ocorre por fatores políticos, econômicos e sociais, e se desdobra em fluxos de mobilidade humana de um lugar a outro, e que geralmente está associada a lugares de “repulsão” e de “atração”, como no caso das políticas que

enunciaram as disparidades regionais. No entanto, o migrante, aquele sujeito, que mesmo influenciado pelo fenômeno da migração, possui caráter subjetivo e é dotado de decisões, inclusive preso em redes de migração constituídas por familiares, parentes, amigos, trabalhos, amores e desamores.

Assim, migrantes nordestinas/os se envolvem em fluxos organizados, quando na institucionalização do fenômeno da migração, como também, no fluxo desorganizado, “decidem” seus caminhos. Percebemos que migrantes nordestinas/os decidiram seguir o caminho a Nova Andradina motivados pelo contato com outras/os migrantes já residentes no município. Nesse sentido, pela ligação com amigos, parentes, patrões e conhecidos, percebemos que há uma rede de contatos entre os migrantes, motivando-os à migração. Essa rede aparece relacionada à produção econômica no município e a mobilidade para o trabalho, quando em períodos ela esteve influenciada ao desenvolvimento da atividade pecuária, e atualmente para à agrícola, principalmente no setor sucroalcooleiro. Evidenciamos casos de migrantes nordestinos que lutaram para adquirir propriedade para o trabalho no meio rural por meio de sindicatos e projeto de reforma agrária, em resistência em latifúndios e migrantes que se ocuparam de trabalhos no comércio e na rede pública.

Sabemos que em Nova Andradina, pelas relações sociais, migrantes de diferentes lugares do Nordeste se encontraram e constituíram família. Alguns voltaram a morar no Nordeste e depois retornaram ao município. Há aqueles que vão a passeio, os que vieram e não querem voltar, “nem pra visitar”, e os que vieram e não mais voltaram. Também tem aqueles que falavam de voltar, porém não podem mais.

Assim, as/os migrantes nordestinas/os ao constituírem suas vivências no município de Nova Andradina, experienciam o lugar e se inserem num processo de organização de uma nova vida, cheia de significações do presente, mas com “raízes” no passado. Pelos relatos, verificamos que migrantes nordestinas/os em Nova Andradina portam lembranças dos lugares de vivência no Nordeste e à associam a cultura nordestina. O lugar é então permeado por elementos materiais e imateriais associados à cultura que trazem, mas também misturam a outras.

Migrantes e descendentes se envolvem e tentam mobilizar outros para afirmar a identidade nordestina no município, e pelas representações sociais tentam preservá-la. Nesse sentido, a diversidade de forças presentes no meio social, umas de ordem política, outras econômicas e até as subjetivas, contribuem para a problematização da instituição identitária do migrante e a “visi/dizibilidade” da cultura no lugar.

Temos então que em Nova Andradina a participação das/os migrantes nordestinas/os contribui para a produção e reprodução do lugar, e considerando o lugar como espaço de relações e realizações humanas, ele, assim como a identidade, se mantém aberto para os/as que vem de lá pra cá.

Entrevistadas/os:

Ricardo Lourenço dos Santos, nascido em Coruripe-AL em 19/08/1993. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 46 min. 11s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 24/02/2018.

Edival Freire, nascido em Acopiara-CE em 18/08/1963. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 52 min. 10s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 24/02/2018.

Marcia Maria do Nascimento Lima, nascida em Palmares-PE em 15/06/1965. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1h 26 min. 37s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 24/02/2018.

José Bonfim, nascido em Dom Basílio-BA em 02/01/1968. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 2 h 03 min. 39s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 25/02/2018.

José Freire de Araújo, nascido em Acopiara-CE em 10/02/1939 e Maria Marizinha Marinho, nascida em Acopiara-CE em 08/02/1942. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1h 04 min. 57s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 01/03/2018.

Marcionílio Pereira Santos, nascido em Lagoa Nova-BA em 04/12/1934. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 43 min. 23s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 02/03/2018.

Hermes Almeida da Costa, nascido em Pocinho-PE em 15-02-1932. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1h 32 min. 39s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 05/03/2018.

Marly Maria da Silva Nascimento, Nascida em Catité-BA em 31/12/1943. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1h 12 min. 26s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 10/03/2018.

Meridioneira Evangelista dos Santos Araújo, nascida em Dário Meira-BA em 31/05/1966. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 37 min. 19s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 10/03/2018.

Manoel Antônio Apolônio Filho, nascido em Pedra Branca-CE em 17/08/1955. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1h 06 min. 49s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 11/03/2018.

Joaquim Alves Barbosa, nascido em Rio das Contas-BA em 22/11/1953. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 56 min. 23s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 11/03/2018.

Kátia Cilene Gonçalves Marinho Ramos, nascida em Acopiara-CE em 03/01/1976. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 1 h 38 min. 48s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 19/03/2018.

Joaquim Vieira de Souza, nascido em Várzea Alegre-CE em 30/07/1946. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 41 min. 51s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 21/03/2018.

Josenildo do Nascimento, nascido em Batayporã em 11/01/1982. Gravação em formato de áudio MP3 com duração de 52 min. 49 s. Produção: Giovan Pereira Santana, Nova Andradina, 25/07/2018

Referências Bibliográficas

- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense, contexto, propósitos e contradições.** Dourados, MS: UFGD, 2014
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940).** 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia.** 3ª ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papyrus, 2000.
- ARENDT, Hannah. Tradução de Roberto Raposo. **A Condição Humana.** 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2007.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 9ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- BRASIL. IBGE. **Censos Demográficos,** 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Disponível em: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm Acesso em: 09/02/2017
- BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos.** In Explorações Geográficas: Percursos no fim do Século. Org. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BONFIM, Juliana Sanches Silva. **Colonização Particular: atuação da companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940 – 1960).** Dourados: UFGD, 2009.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-191.
- _____, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTTIGIEG, J. **Educação e hegemonia.** In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

- CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Revista Estudos Avançados. N. 11. São Paulo: USP, 1991, pp. 173-191.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CRUIKSHANK, Julie. **Tradição oral e história oral: revendo algumas questões.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos & abusos da história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 149-164.
- DAMIANI, Amélia. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim - A Construção do Conceito de Hegemonia.** São Paulo: Editora Xamã, 2011.
- DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O território Ofaié e o conceito de poder e violência em Mato Grosso do Sul.** História Unisinos, 15(2):146-158, Maio/Agosto 2011.
Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2011.152.02/500> Acesso em: 11/09/2018
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.
- GARRIDO, Joan dei Alcàzar. **As fontes Oraís na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate.** Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 13, n. 25/26, Ago. 1993. p. 33-54.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere;** edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital.** Editora Estampa, 1977.
- Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOETTERT, Jones Dari. “**O vôo das pandorgas**”: migração sulista para Rondonópolis – MT. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2000.

_____. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e Migração no Nordeste: Reflexões sobre o Processo de Banalização de sua Dimensão Histórica**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco-PE, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. Antares, n. 3 jan.-jun. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLZER, Werther. **O lugar na geografia humanista**. Revista Território. Rio de Janeiro: ano IV, n. 7, p. 67-78, jul/dez. 1999

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Museu da pessoa, 2008. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf. Acesso em 10/01/2019

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Fonte Digital, 2006.

LONDRES, Cecília Org. Revista Tempo Brasileiro. **Patrimônio Imaterial**, Out-Dez, n °147. pp. 69-78. Rio de Janeiro, 2001.

LOZANO, Jorge Eduardo A. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-25.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para se plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Território Migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.

_____. **Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural?** Terra Livre. Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29, p. 51-74. Ago-Dez/2007.

MORO, Nataniél Dal. **Trabalhadores migrantes e trabalhadores locais: a questão dos discursos sobre o “outro” no sul de mato grosso nas décadas de 1960-1970**. São Paulo: Projeto História, n. 33, p. 351-363, dez. 2006

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

NASCIMENTO, Josenildo do. **Eis-me Aqui...Em prosas e versos**. Vol. 1. Gráfica e Editora Cristo Rei. Nova Andradina-MS. 2017

NÓBREGA, Francisco Pereira. **Vingança, Não: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste**. 3ª ed. João Pessoa, PB: Freitas Bastos, 1989

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**; IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

_____. **Memória e identidade social**. IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

ROUSSO, Henry. **“A memória não é mais o que era”**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 93-101.

SACK, Robert David. **O significado de territorialidade**. In: DIAS, Leila Cristina e FERRARI, Maristela (orgs.). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular, 2011.

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Vol.3, São Paulo, ABEP, 1992, p. 119-144.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: 7 ed. Edusp, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; ANTONELLO, Joice A. **A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil)** In: anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus- Ba, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Thadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho**. Pegada, v.3, Número Especial, agosto de 2002. Presidente Prudente, CEGeT, 2002b.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

VILLA, Marco Antonio. **Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.